



de política exterior do brasil

número 57, abril, maio e junho de 1988

1. presidente da república de moçambique visita o brasil
2. visita do primeiro ministro da tchecoslováquia ao brasil
3. relações brasil-portugal. visita do primeiro ministro anibal cavaco silva
4. ministro das relações exteriores da venezuela visita brasília
5. guillermo bedregal gutierrez em brasília
6. abreu sodré na china
7. presidente josé sarney na organização das nações unidas
8. 80 anos da imigração japonesa. visita de sua alteza imperial, príncipe fumihito
9. itamaraty comemora o dia do diplomata

ministério das relações exteriores





resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 57. abril, maio e junho de 1988

ano 15. ISSN 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Secretário Geral das Relações Exteriores
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário Geral de Administração e de Comunicações
Embaixador Marco Cesar Meira Naslauský

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Luiz Antonio Jardim Gagliardi

Chefe do Centro de Documentação
Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)

Redator e Editor responsável: Ríglea C. Brauer

Responsáveis pela Distribuição: Marinete Bernardino Boaventura; Jorge dos Santos

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:

Centro de Documentação (CDO) – Palácio do Itamaraty, anexo II, sala 25

Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil

CEP 70 170. Telefones: (061) 211-6410 e 211-6474

Resenha de Política Exterior do Brasil

Ano 1 – nº 1 – junho de 1974 – Brasília, Ministério das Relações
Exteriores, 1974.

v. trimestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério
das Relações Exteriores.

327 (081) (05)

R 433

presidente da república de moçambique visita o brasil

**Discursos dos Presidentes José Sarney e Joaquim Chissano,
na recepção no Palácio Itamaraty, em 08 de abril de 1988**

discurso do presidente José Sarney

Excelentíssimo Senhor
Presidente Joaquim Chissano,
A fraterna amizade pelo povo de Moçambique é um sentimento que está entranhado no coração de todos os brasileiros. Traduz a profundidade e a solidez de nossos vínculos: somos irmãos de sangue, a história nos reservou origem comum, a mesma língua, e estamos trabalhando juntos no presente e para o futuro.

Inspirado por essa tradição de convívio que une o Brasil a Moçambique, estendo minhas cordiais boas-vindas a Vossa Excelência e sua ilustre comitiva, nesta visita para nós muito grata e honrosa, a primeira que o traz a nossa terra investido da alta dignidade de Chefe de Estado.

Destas horas que passará no Brasil, estou certo de que Vossa Excelência recolherá o testemunho eloqüente do apreço e da admiração que nutrimos pela nação moçambicana, protagonista de páginas gloriosas na história da descolonização africana e que, hoje, se afirma com grandeza e confiança na luta pela construção de uma pátria livre e justa, próspera e pacífica.

A presença de Vossa Excelência entre nós expressa a relação inquebrantável entre nossos povos: coincide com momento de importância singular não só para a sociedade brasileira mas também para nossa aproximação com a África.

Não haverá escapado à atenção de Vossa Excelência, conhecedor da realidade brasileira, que neste ano de 1988 comemoramos uma das efemérides magnas de nossa história: o Centenário da Abolição da Escravatura.

Combatente forjado nos árduos embates pela libertação do povo moçambicano, Vossa Excelência, Senhor Presidente, sabe aquilatar o alcance com que esse acontecimento se projeta na vida do povo brasileiro, obrigando-nos a refletir sobre o passado, a refluir no tempo em busca de ensinamentos que haverão de iluminar o caminho do futuro.

Há mais de um século, o grande diplomata e estadista Joaquim Nabuco, emprestando com inteligência e entusiasmo toda a força de seu idealismo ao triunfo da causa abolicionista, advertia que o desrespeito a certos princípios fundamentais, base das sociedades organizadas, afasta qualquer nação da comunhão civilizada do mundo.

É o que ainda ocorre, na proximidade de um novo milênio, com a persistência do regime cruel e anacrônico do **apartheid** na África do Sul, condenado unanimemente pela comunidade internacional.

Na consciência do povo brasileiro está profundamente enraizada a aversão a todo tipo de discriminação racial. Somos uma nação de múltiplas influências étnicas. Construímos, a partir da vocação de unidade de nosso povo, uma sociedade enriquecida pelas culturas de variada procedência.

Repudiamos com igual vigor todas as formas de violência originadas do **apartheid** e que afrontam normas e princípios do direito internacional:

– A ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e as freqüentes investidas daquele país contra territórios de Moçambique e de Angola;

– A violação, pelo Governo sul-africano, da letra e do espírito do Acordo de Incomati e do Compromisso de Lusaca, ao persistir no seu apoio às forças irregulares que procuram levar o medo e a destruição a diferentes quadrantes dos solos moçambicano e angolano.

Fere nossa consciência de homens livres e respeitosos da justiça saber que, malgrado o apelo unânime da comunidade internacional, pesa a ameaça de execução sobre seis cidadãos sul-africanos aprisionados em Sharpville.

Como Chefe de um governo empenhado na reconstrução democrática, deploro, como mais um fator a agravar o estado de tensão na África Austral, o banimento de quase duas dezenas de organizações que, de forma pacífica, se dedicavam à instauração das liberdades civis na República da África do Sul.

A mensagem do Brasil, senhor Presidente, é de paz, de diálogo e de cooperação. É expressiva da nossa constante dedicação à causa da liberdade de todos os homens, sem distinções, à causa da solidariedade entre todos os povos, à causa do progresso de todas as Nações.

Da África veio nossa civilização. À africana Moçambique, aos países irmãos de língua oficial portuguesa, pretendemos reservar o melhor de nossa colaboração em domínios os mais diferenciados, da economia e do comércio, da educação e da cultura, da ciência e da tecnologia.

É esta uma demonstração cabal da primazia que lhe atribuímos em toda a trama de nossos vínculos externos.

As exemplares relações entre o Brasil e Moçambique ganham cada dia novo alento, sobretudo em sucessivos projetos de cooperação técnica.

Registro, com satisfação, a proposta do Brasil ao PNUD, à OIT e à Unido para fazer de Moçambique um país prioritário na estratégia de projetos conjuntos de desenvolvimento apoiados por aqueles organismos das Nações Unidas.

Por outro lado, penso que nossos países deveriam desenvolver ação conjunta com o Banco Mundial para encontrar fórmulas de ampliação da cooperação bilateral na fase preparatória do plano de recuperação econômica de Moçambique.

Há que destacar ainda o papel dos consultores brasileiros nas atividades do programa do carvão de Moçambique.

Como resultado destes trabalhos, creio seja possível viabilizar o aporte brasileiro na exploração das jazidas de carvão de Moatize, empreendimento capaz de revigorar a cooperação entre os dois países.

O Brasil acredita na importância do seu diálogo com Moçambique e está empenhado, como no âmbito da Comissão Mista, a reunir-se aproximadamente, a intensificá-lo em todas as áreas de interesse comum.

Tanto o comércio quanto o intercâmbio científico-tecnológico terão a ganhar com os novos mecanismos de cooperação que deveremos examinar naquela comissão, com vistas a aprofundar nosso relacionamento em todos os níveis.

Graças às sábias e pragmáticas diretrizes impostas por Vossa Excelência à gestão da economia moçambicana, não é difícil prever o adensamento das relações comerciais de Moçambique com o resto do mundo, inclusive o Brasil.

Homem que sempre buscou encontrar na convergência da política com a literatura a

identificação do sentir de seu próprio povo, antevejo com o maior orgulho, como cidadão e como escritor, a próxima entrada em funcionamento do Centro de Estudos Brasileiros em Maputo. Essa casa de cultura, a ser aberta a todos os moçambicanos, dedicada a aprofundar o conhecimento mútuo, está fadada a servir como mais um elo de integração cultural entre nossos povos.

Senhor Presidente,

Neste momento de confraternização entre brasileiros e moçambicanos, não poderia deixar de prestar nossa sentida homenagem à memória do inesquecível Presidente Samora Machel, líder e estadista africano que conduziu seu povo pela rota da esperança, do trabalho. Seu desaparecimento, em trágicas circunstâncias, representou pesada e sensível perda para Moçambique e para a África. Perda também lamentada pelo Brasil e por todos os povos amantes da paz, da justiça e da liberdade.

Ao acolher nesta oportunidade a visita de Vossa Excelência ao Brasil, desejo felicitá-lo, Presidente Joaquim Chissano, pelo êxito já consagrado de sua viagem à América Latina e ao Caribe, a qual vem oferecer contribuição das mais significativas para o estreitamento das relações de amizade e cooperação entre nossos dois continentes vizinhos.

Intensificando e expandindo seus laços, Moçambique e Brasil acrescentam a essa tarefa comum todo o vigor e o potencial de sua colaboração.

Como testemunha da elevada importância que meu governo atribui às relações com a República Popular de Moçambique, e em reconhecimento ao papel de relevo que vem desempenhando Vossa Excelência como construtor da nossa maior aproximação, decidi conceder-lhe o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Desejo que Vossa Excelência veja nessa condecoração, a mais importante entre to-

das as que o Governo brasileiro confere, um símbolo da amizade perene entre nossos dois povos.

E é com grande alegria que lhe imponho neste momento as insígnias desta distinção.

discurso do presidente de moçambique, joaquim alberto chissano

Senhores Membros do Governo Brasileiro;
Minhas Senhoras e meus Senhores;
Estimado e Respeitado
Presidente José Sarney,

Sentimo-nos profundamente sensibilizados e emocionados pelas palavras que Vossa Excelência acaba de dirigir a minha pessoa, a minha Esposa e a toda a comitiva que me acompanha. Elas expressam o calor e a amizade que nos tem rodeado desde os primeiros momentos da nossa estada na bela capital deste imenso e maravilhoso país que é o Brasil.

Para o povo amigo brasileiro trazemos as mais fraternas e cordiais saudações do povo moçambicano.

Esta visita tem para nós um particular e profundo significado, pois, além de ser a primeira deslocação oficial, na qualidade de Presidente da República Popular de Moçambique, que realizamos à República Federativa do Brasil, efetua-se no ano em que se comemora o centenário da abolição da escravatura, passo gigantesco para a liberdade e dignidade do homem.

Este encontro ao mais alto nível, entre povos com um passado histórico comum, com uma grande identidade geográfica e humana, é para nós motivo de imensa alegria e satisfação.

É importante para nós moçambicanos realizarmos esta visita numa altura em que o vosso país respira um clima de democracia crescente após longos anos de negação dos direitos mais elementares do homem.

Saudamos, por isso, todas as forças democráticas brasileiras cuja ação tornou possível este clima. Saudamos, muito em particular, o papel que Vossa Excelência desempenhou como sucessor do saudoso Presidente-eleito Tancredo Neves, que foi um grande amigo de Moçambique.

É nosso desejo que este encontro seja o elemento catalizador para enriquecer o conhecimento mútuo da realidade que vivemos, das nossas dificuldades e sucessos, dos projetos que os nossos dois países estabeleceram para romper com a herança da dominação a que fomos sujeitos.

Moçambique e Brasil não são países pobres nem condenados à fatalidade do atraso e miséria.

Ambos possuem imensos recursos naturais e riquezas, que, associados à determinação, inteligência e trabalho árduo dos respectivos povos, podem garantir a vitória do combate contra o subdesenvolvimento.

Senhor Presidente,

Para desenvolver esse potencial de riquezas, a República Popular de Moçambique traçou à data da proclamação de sua independência um plano de desenvolvimento que a curto e médio prazo iria proporcionar uma sensível melhoria das condições de vida do seu povo.

Todavia, após quase treze anos de independência o nosso desenvolvimento não avançou devido à ação de forças saudosistas do colonialismo e retrógradas, que desencadearam atos de terrorismo e barbarismo, matando populações indefesas e destruindo infra-estruturas econômicas e sociais.

Estas ações terroristas são levadas a cabo por bandidos armados organizados, treinados, equipados, financiados e infiltrados no nosso território pela África do Sul para semear a morte, a destruição, o caos.

O banditismo armado criado pela Rodésia do Sul de Ian Smith passou, em mil e novecentos

e oitenta, após a independência deste território, hoje Zimbábue, a ser dirigido diretamente pela África do Sul racista.

É assim que o regime do **apartheid**, através dos seus agentes, os bandidos armados, assassina homens e mulheres, velhos e crianças indefesos, num verdadeiro genocídio. Jovens adolescentes são raptados e ensinados a matar. Destroem hospitais, escolas, pontes, lojas, linhas férreas e de abastecimento de energia elétrica. Os seus principais alvos são setores sociais e economicamente estratégicos.

Esta guerra não declarada contra Moçambique, movida pela África do Sul através dos bandidos armados, é uma crueldade ímpar e de uma desumanidade sem igual.

O povo moçambicano amante da paz está, por ironia, há quase vinte e cinco anos em permanente estado de guerra. Ontem foi a luta de libertação nacional e hoje são as agressões externas.

Com o objetivo de criar um clima de paz e em consonância com os desejos e aspirações do nosso povo, a República Popular de Moçambique assinou com a África do Sul o Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança, o Acordo de Nkomati.

Todavia, cedo se dissiparam as nossas esperanças de paz. A África do Sul nunca chegou a respeitar nem no espírito nem na letra o Acordo de Nkomati, violando assim, e uma vez mais, os mais elementares princípios do direito internacional e da convivência entre Estados. As provas da violação do acordo pelo regime de Pretória avolumaram-se cada vez mais quer através de documentos capturados, quer através de declarações de ex-integrantes dos bandidos que se entregaram ou foram capturados pelas nossas forças.

Estimado Presidente

José Sarney,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Apesar do potencial de riqueza que Moçambique detém, são grandes as dificuldades eco-

nômicas que hoje enfrentamos, decorrentes, essencialmente, da agressão do regime do **apartheid**, através dos bandidos armados, acrescida da seca prolongada e outras calamidades naturais.

São incalculáveis os custos materiais, financeiros e em vidas humanas causados por esta agressão – estimando-se já para cima de cem mil mortes – e a deslocação forçada de mais de quatro milhões de camponeses das suas terras onde viviam e produziam.

De mil e novecentos e oitenta e um até esta data os prejuízos materiais elevam-se a mais de seis bilhões de dólares, o que corresponde praticamente ao dobro da nossa dívida externa.

Um dos alvos preferidos do regime do **apartheid** através dos seus agentes, os bandidos armados, é a SADCC, organização criada em mil e novecentos e oitenta para promover o desenvolvimento econômico e diminuir a dependência em relação ao regime do **apartheid**.

É assim que Pretória, para preservar a sua hegemonia na zona, pretende inviabilizar a SADCC através de permanente sabotagem de linhas férreas e vias de acesso aos portos moçambicanos e angolanos, forçando os países do **hinterland** a utilizar os portos e linhas férreas sul-africanas.

Senhor Presidente,

A nossa determinação é grande em preservar a independência e soberania conquistadas à custa do sangue derramado pelos melhores filhos do povo moçambicano. Eliminar o banditismo promovido do exterior é tarefa que absorve avultadas somas de dinheiro que deveriam servir para projetos de desenvolvimento e setores sociais tais como a educação, saúde e outros.

Mas não podemos esperar pelo fim da guerra para reabilitar a nossa economia profundamente afetada e deteriorada.

Nessa perspectiva a República Popular de Moçambique definiu e deu início em princípios de mil e novecentos e oitenta e sete a um conjunto de medidas econômicas e financeiras para enfrentar a profunda crise econômica, sustendo a sua deterioração e reabilitando-a mesmo na dura situação de guerra em que se encontra envolvida.

Foi um desafio que exigiu uma coragem e sacrifício do nosso povo mas cujos resultados embora modestos são já palpáveis e encorajadores. É assim que no âmbito da produção cresceu a participação do setor agrário familiar e incrementou-se a produção industrial e a comercialização agrária.

As exportações e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceram, tendo-se registrado também um considerável aumento na produtividade laboral. Contudo persistem alguns fatores que condicionam o sucesso do Programa de Reabilitação Econômica, designadamente as ações de agressão e desestabilização movidas por Pretória, dificultando a circulação de pessoas e bens e levando a cabo ações diversas a que já referimos.

Nesta situação de guerra, a população rural é, sem dúvida, a mais afetada e sacrificada, vendo-se deslocada e totalmente desprovida dos seus bens e recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Para socorrer esta população deslocada, lançamos um Programa de Emergência, visando assistir vítimas de guerra e das calamidades naturais em Moçambique. Uma generosa ajuda humanitária tem sido recebida de diversos governos, organismos das Nações Unidas, organizações não governamentais e de organizações religiosas, que têm contribuído para minimizar a tragédia e sofrimento das famílias afetadas.

Senhor Presidente,

A situação na África Austral é de grande tensão e altamente perigosa devido única e fundamentalmente à agressividade do regime do **apartheid** considerado pelas Nações Unidas como "um crime contra a humanidade."

Senhor Presidente,

Quando a África do Sul agride Moçambique através dos bandidos armados, invade e ocupa parte do território angolano diretamente ou através da UNITA; quando alimenta dos dissidentes do Zimbábue e realiza assaltos através de comandos e atentados bombistas, contra cidadãos indefesos na Zâmbia e Botswana, o seu objetivo é desviar as atenções sobre as verdadeiras causas da justa luta que o povo sul-africano, organizado por ANC, e o povo namíbio pela SWAPO travam contra o regime do **apartheid**.

Por isso, a paz duradoura na região passa necessariamente pela eliminação total do **apartheid**.

Reiteramos, pois, o apoio moral, político e diplomático da República Popular de Moçambique ao ANC na sua luta pela eliminação do **apartheid** na África do Sul e à SWAPO na sua luta pela independência e autodeterminação na Namíbia.

Saudamos o Brasil pelas suas posições corretas e corajosas no que concerne à solidariedade para com os países da África Austral e em especial pela condenação do **apartheid**, aprovando inclusivamente leis proibindo qualquer tipo de relação do país com a África do Sul seja econômica, técnica, científica, cultural ou desportiva.

Senhor Presidente,

É no contexto da execução do Programa de Reabilitação Econômica que pensamos dever ser perspectivada a presente fase do relançamento e desenvolvimento da cooperação entre o Brasil e Moçambique.

O Programa de Reabilitação Econômica dá maiores possibilidades de consolidar e alargar a nossa cooperação. Por outro lado, a adesão de Moçambique a instituições financeiras internacionais permite também novas formas de cooperação entre os nossos países, inserindo-as num quadro mais amplo.

O combate que travamos pela independência econômica, pelo bem-estar é uma luta comum dos nossos dois países.

A cooperação entre os países como os nossos constitui um instrumento decisivo para a defesa dos interesses econômicos mútuos complementarizando e potenciando as imensas riquezas dos nossos países ao serviço do bem-estar de ambos os povos, ao serviço da paz, da estabilidade e segurança internacionais.

Dentro em breve, Moçambique e Brasil irão reunir a Segunda Sessão da sua Comissão Mista para a qual esperamos serem criadas as condições para possibilitar um diálogo aberto e frutuoso e o relançamento da cooperação.

Senhor Presidente
José Sarney,

Hoje, a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento em geral, e da África subsariana em especial, constitui um reflexo mais dramático dos grandes desequilíbrios e imperfeições que caracterizam o sistema econômico internacional.

A ação concertada e a cooperação dos devedores, em particular dos países em vias de desenvolvimento, são necessárias para a solução global do problema da dívida.

É através da promoção de ações concretas de cooperação sul-sul que, valorizando as riquezas e enormes potencialidades e capacidades que possuímos, poderemos encarar com realismo a atual problemática da dívida externa. Somos chamados a prosseguir, como países em desenvolvimento, a busca de soluções que não bloqueiem o desenvolvimento dos países do Sul e por mais forte razão não agravem o empobrecimento a que estamos sujeitos.

No âmbito do desarmamento, saudamos os esforços desenvolvidos pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética para a eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcance, que culminaram com a assinatura do acordo em Washington.

Consideramos, no entanto, que o objetivo final de toda a negociação deverá ser a meta do desarmamento geral e completo.

Na certeza de que as vitórias do povo brasileiro na conquista dos seus ideais e democracia serão irreversíveis e constituirão um suporte seguro e precioso para a luta que outros povos da África, Ásia e América Latina travam, saudamos e expressamos a nossa solidariedade para com este povo irmão e amigo.

Estimado Presidente José Sarney,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O nosso patrimônio de comunicação e cultura, de amor e conhecimento mútuo deve ser valorizado e potenciado ao seu expoente máximo como exemplo de amizade e relacionamento entre os povos, servindo de cimento aglutinador da nossa cooperação assente em bases de respeito mútuo e de reciprocidade de interesses.

Ao terminar, gostaria de renovar os meus agradecimentos, da minha Esposa e de toda a comitiva que me acompanha, pela maneira amiga, simpática, calorosa e envolvente com que fomos acolhidos desde os primeiros momentos da nossa chegada à terra brasileira.

Para Si, Senhor Presidente José Sarney, dirijo uma saudação especial pelo seu empenhamento pessoal no desenvolvimento da cooperação entre os nossos dois Estados.

Peço aos presentes que me acompanhem num brinde:

À saúde do Presidente José Sarney e Esposa;
À amizade e solidariedade entre o povo moçambicano e brasileiro;

À saúde dos presentes.

A Luta Continua!

comunicado conjunto

A convite de Sua Excelência o Doutor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República

Popular de Moçambique, acompanhado por sua esposa e importante delegação, efetuou visita oficial e de amizade ao Brasil, dias 08 e 09 de abril de 1988. Os nomes dos integrantes da comitiva moçambicana estão relacionados em folha anexa.

2. Foi essa a primeira visita de um Chefe de Estado moçambicano ao Brasil na história das relações entre os dois países, fato que bem atesta a solidez dos laços existentes entre as duas nações, e o desejo dos respectivos Governos de estreitá-los cada vez mais, respeitados os princípios da igualdade, não-interferência, cooperação e solidariedade entre os Estados.

3. O Presidente da República Federativa do Brasil homenageou o Presidente da República Popular de Moçambique, esposa e delegação, com um jantar oficial, na noite do dia 08.

4. Em suas conversações, marcadas por clima de grande cordialidade, fraternal amizade e mútua compreensão, os dois Mandatários examinaram, de forma pormenorizada, o atual estágio do relacionamento bilateral e as perspectivas de sua ampliação e diversificação. Fizeram, ademais, um balanço dos últimos acontecimentos de relevo na cena política internacional, demorando-se na discussão dos temas que mais de perto interessam à África e à América Latina.

5. Salientaram ambos sua absoluta condenação a toda e qualquer forma de discriminação racial, em particular ao sistema do **apartheid** vigente na República da África do Sul, apontado como a causa primeira do estado de tensão reinante na África Austral.

6. Condenaram, de maneira enérgica, toda a sorte de atos de violência perpetrados pelo Governo da África do Sul, ou a mando deste, contra os países de Linha de Frente e contra cidadãos sul-africanos, inclusive residentes em outros países, pacificamente empenhados na erradicação do **apartheid** e sua substituição por um regime de igualdade democrática de direitos, sem distinções de raça ou de cor, inspirado na "Declaração dos Direitos do Homem".

7. Condenaram, nomeadamente, a invasão de Angola pelo exército sul-africano; o banimento, pelo Governo de Pretória, de diversas organizações democráticas que faziam oposição legal, aberta e pacífica ao sistema do **apartheid**; e a condenação à morte, sem culpa plenamente formada, de seis cidadãos sul-africanos negros aprisionados em Sharpville, por cujas vidas somaram seu apelo ao da sociedade internacional.

8. Responsabilizaram o Governo sul-africano pela violação do Acordo de Incomati e do Compromisso de Lusaca, ao continuar a dar apoio às forças irregulares envolvidas nas ações armadas e atos de sabotagem ocorridos em território moçambicano, e ao apoiar a UNITA e invadir Angola.

9. Reafirmaram o apoio incondicional dos Governos do Brasil e de Moçambique à independência da Namíbia, em consonância com a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que se solidarizaram com o povo namibiano, representado pela SWAPO, na justa luta pelo reconhecimento do seu inquestionável e impostergável direito à autodeterminação.

10. Enalteceram, ainda, os esforços desenvolvidos conjuntamente pelos países-membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e pelos países-doadores, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento integrado daquela região africana. O Presidente José Sarney aproveitou a ocasião para reafirmar a disposição do Governo brasileiro de estabelecer com aquela Conferência e, em especial, com a Unidade Técnico-Administrativa do Setor de Transportes e Comunicações, coordenada pelo Governo moçambicano, amplo programa de cooperação voltado, prioritariamente, para a formação de quadros no setor de transportes.

11. No âmbito das relações bilaterais, foram destacados os avanços da cooperação técnica, no setor do carvão, e dos entendimentos com os Ministérios do Trabalho, da Cooperação e da Administração Estatal visando à organização de programas de capacitação de recursos humanos. Os dois Presidentes notaram a existência de complementaridades entre as economias brasileira e moçambicana, salientando ambos a importância do programa de cooperação iniciado em 1987, para o crescimento e a diversificação do intercâmbio de bens e serviços.

12. Ficou acordado que a II Reunião da Comissão Mista será realizada ainda no corrente ano, em data a ser posteriormente fixada. Na sua agenda, deverão figurar como tópicos principais a identificação de novos campos de cooperação e o exame de novos mecanismos ou esquemas, que tornem possível encaminhar e acelerar a solução dos problemas pendentes.

13. Os dois Mandatários registraram, com satisfação, a próxima inauguração, em Maputo, de um "Centro de Estudos Brasileiros".

14. No final da visita, Sua Excelência o Senhor Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República Popular de Moçambique, agradeceu, em seu nome, no de sua esposa e no da delegação que o acompanhou, o caloroso acolhimento e a hospitalidade que lhes foram dispensados durante sua estada na República Federativa do Brasil.

15. O Primeiro Mandatário moçambicano convidou Sua Excelência o Presidente José Sarney a efetuar uma visita oficial e de amizade à República Popular de Moçambique. O convite foi aceito com satisfação, ficando as datas para serem acordadas por via diplomática.

Itamaraty comemora o dia do diplomata

Discurso do Presidente da República José Sarney, na cerimônia do Dia do Diplomata, em 20 de abril de 1988, realizada no Itamaraty

Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Roberto Costa de Abreu Sodré, Senhores Embaixadores acreditados junto ao meu Governo, Senhores Ministros de Estado, Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Senhor Embaixador João Clemente Baena Soares, hoje aqui presente na qualidade de pai de formando, Senhora Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, Senhores Embaixadores, Senhor Conselheiro Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, Diplomata Manuel Adalberto Carlos Montenegro da Cruz, orador da turma, Senhores alunos de países amigos, Jovens formando, Minhas senhoras e meus senhores,

Retorno hoje com muito prazer a esta Casa no dia dedicado à celebração de seu grande patrono, o Barão do Rio Branco. Homem do seu tempo e para o seu tempo, a seu gênio nós devemos a consolidação da base física da soberania nacional.

Num mundo em acelerada transformação, a diplomacia tem de ser capaz de lidar com as complexas exigências do cotidiano, à luz dos valores do passado e com uma visão sempre voltada para o futuro. Stendhal concebia o romance como um espelho que o autor passava ao longo de um caminho. Assim também se pode conceber a política externa, porque é um espelho e uma trajetória.

Política externa pressupõe esforço permanente de reflexão e de análise crítica. Os fenômenos com que lidamos neste campo são extremamente complexos. Resistem às certezas categóricas e aos rigores das ideologias. Raramente admitem respostas peremptórias. Requerem de cada um de nós constante aprimoramento intelectual e um espírito aberto à inovação e à mudança.

Compete ao diplomata, como profissional de política externa, captar este universo em fluxo com grande sentido de permanência.

Vivemos época de grandes transformações. A plenitude democrática dá-nos as condições adequadas para que a presença do Brasil se fortaleça sobre alicerces de autenticidade e legitimidade. A futura Constituição consagrará os princípios fundamentais que informam a política externa do Brasil: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a solução pacífica dos conflitos, a defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, e a busca da cooperação e do progresso da humanidade.

Estes princípios respondem ao que há de essencial e permanente na política externa, que é, sem dúvida, a nossa vocação política. Não temos qualquer sorte de litígio internacional, não abrigamos pretensões de hegemonia, não ameaçamos ninguém e não somos ameaçados.

O fortalecimento da paz e da segurança internacional é, assim, objetivo central de nossa atuação externa, devendo ser perseguido com determinação.

Move-nos igualmente o objetivo de ampliar e tornar mais transparentes os processos decisórios em matéria de economia e finanças internacionais. A luta pela criação de condições externas que viabilizem nosso processo de desenvolvimento tem sido uma constante na diplomacia brasileira. Deve continuar. Nosso país necessita crescer, garantir o bem-estar de sua população e aliviar as enormes carências econômicas e sociais que temos de enfrentar. Devemos persistir na busca de soluções adequadas para problemas como a dívida externa, o protecionismo e a desvalorização dos produtos primários.

O Brasil participa com espírito construtivo na economia internacional. Somos uma Nação aberta à cooperação e ao intercâmbio com todos os povos. Não temos qualquer vocação para o isolamento. Não pretendemos fugir aos desafios da competição no âmbito do mercado mundial; temos ampla confiança em nossa capacidade para enfrentá-los.

Meu Governo está consciente de que, neste momento crucial de sua trajetória histórica, o Brasil precisa ir ao encontro do futuro. Precisa preparar-se para ingressar com confiança no século XXI. O domínio das escalas mais avançadas do conhecimento científico, das tecnologias que ditam as novas formas da economia mundial é uma conquista que não podemos adiar, sob pena de mergulharmos na dependência e na frustração.

Temos um compromisso assumido com a modernidade. É tempo de nos livrarmos de concepções e práticas anacrônicas. O Estado é capaz de muito – e deve fazer tudo em benefício da sociedade. Ao longo das últimas décadas, porém, o Estado agigantou-se de tal maneira no Brasil que acabou por inibir, em lugar de estimular. Estou firmemente empenhado em reverter esta tendência.

O Brasil não pode permanecer na contracorrente da História. Hoje, o que se observa no mundo é o crescimento notável de novas tendências de abertura. Não como uma ideologia; mas como uma necessidade de afastar os entraves do progresso. O sucesso está ao lado daqueles que têm sabido incorporar-se às grandes correntes internacionais de comércio, de investimentos e de inovação tecnológica: aos que têm sabido somar, em lugar de dividir; abrir-se e integrar-se, em lugar de isolar; adquirir, em suma, condições de competir adequadamente, de participar plenamente da grande aventura do desenvolvimento, que conduz a níveis crescentes de prosperidade e bem-estar.

Nós temos recursos humanos e recursos naturais para esse desafio.

San Thiago Dantas dizia que nada é mais difícil do que ser independente; nada é mais difícil do que tomar nas próprias mãos as próprias responsabilidades.

Enfrentaremos este desafio. O Brasil precisa integrar-se decididamente no mundo da modernidade. Somos grandes demais para que nos deixemos seduzir pelo conforto ilusório das atitudes conformistas; para que nos privemos do desafio enriquecedor da competição. Para perder-nos nas águas do populismo inconseqüente.

A tarefa não é fácil, não será fácil.

Muito necessitaremos do concurso do Ministério das Relações Exteriores. Traço de união do Brasil com o mundo, o Itamaraty está preparado para assumir nestes momentos de transformação um papel de vanguarda.

Nossa diplomacia é cada vez mais a diplomacia do futuro, a diplomacia das oportunidades, a diplomacia da renovação.

Essa ação de transformar e de criar já vem rendendo frutos notáveis na América Latina. A integração econômica, obra tão adiada na História do Continente, é agora buscada com vigor e determinação. Queremos crescer juntos com nossos vizinhos e irmãos latino-america-

nos. Mas ela não seria possível mesmo que tivesse uma decisão política, uma vontade política do Governo, se não tivesse o respaldo dos recursos humanos extraordinários de que dispõe a Casa de Rio Branco.

Estamos convencidos de que o crescimento e a afirmação de nossos povos são uma tarefa comum, a ser levada adiante em comum. O mundo do futuro, não perco a ocasião de repetir, será o mundo das economias de conjunto.

Nossas sociedades estão hoje plenamente imbuídas de uma mentalidade de colaboração e confiança mútua. Sepultamos um tipo de visão distorcida que, no passado, alimentou discórdias e rivalidades e só fez retardar nossa conjugação de esforços e recursos em prol dos interesses que nos aproximam.

A participação do Brasil no mecanismo permanente de consulta e concertação política reflete nosso comprometimento com as causas e aspirações da América Latina. Na reunião presidencial de Acapulco, comprovei quanto o Brasil tem a contribuir para o debate e a reflexão sobre os grandes problemas políticos e econômicos que afetam a nossa região.

Idêntico propósito anima o Governo brasileiro na construção de relações mais estreitas e produtivas com nossos irmãos africanos. Relações que espelham autenticamente nosso apoio e solidariedade às nações do Continente vizinho, nascidas em lutas heróicas de libertação e que continuam, sobretudo na África Austral, a enfrentar adversidades ao seu desenvolvimento e ao exercício de sua soberania. O Brasil seguirá levantando com firmeza sua voz de protesto contra o regime do **apartheid**, instrumento de iniquidade e violência, resquício de um passado de opressão, incompatível com os princípios básicos que norteiam a nossa política exterior.

O encaminhamento das crises políticas internacionais não pode deixar de contar com a contribuição diplomática brasileira.

Foi com essa motivação que voltamos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, renovando nosso compromisso e responsabilidades com a causa da paz.

O ânimo de cooperação pelo qual nos pautamos no sistema internacional leva meu Governo a buscar intensificar também nossos laços com as regiões mais diversas do globo. Em seu espírito universalista, a diplomacia brasileira marcha para um convívio com o mundo, fundamentado no respeito mútuo e na crença de que todos os povos têm algo a ganhar uns com os outros.

Estendemos nosso raio de ação diplomática a todos os quadrantes. As relações com a Ásia, com o Leste Europeu, com o Oriente Médio, áreas onde crescem os interesses comerciais do Brasil, continuarão a merecer nossa prioridade.

Tudo isso sem abnegar nem subestimar nossas relações com os países desenvolvidos, aos quais estamos ligados com raízes de ideais comuns. Nossa opção pela modernidade determina crescente participação no mundo da inovação tecnológica, do comércio e dos investimentos. Saberemos aproveitar as oportunidades que nos são abertas nestes tempos de mudança e de transformação.

Jovens diplomatas,

Este é o Brasil que lhes caberá representar. Um Brasil moderno; mais e mais envolvido nas grandes correntes da vida internacional; mais e mais confrontado com desafios e com oportunidades. Ser diplomata, afirmei aqui no ano passado, é ter no sangue a terra e, acrescento, carregar na consciência o sentido permanente da busca de novos caminhos.

A turma que hoje se forma, como as que a precederam e as que a sucederão, constitui elo vital na trajetória de continuidade da diplomacia brasileira. Seu aporte de juventude, idealismo e inteligência não desmerecerá, estou certo, a tradição desta Casa.

Quero também agradecer, em nome do Governo, ao senhor Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, a maneira leal e competente com que vem desempenhando as suas funções. Apoiado em figuras excepcionais da diplomacia brasileira, que nesta Casa, dentro e fora, defendem e constroem os interesses do Brasil com o mundo.

Foi feliz e significativa nesse particular a escolha do nome de João Guimarães Rosa para patrono desta turma. A criatividade, o talento original e as dimensões extraordinárias da obra de Guimarães Rosa fazem dele patrimônio inestimável da cultura brasileira. Grande diplomata e notável escritor, Rosa foi, acima de tudo, homem dotado de um sentido profundo de Brasil. Em sua personalidade, reuniam-se harmoniosamente os elementos essenciais ao diplomata: o saber, o amor pelo País, a capacidade de criar e de servir.

Trago-lhes minhas congratulações pelo sucesso com que concluíram sua preparação para a vida profissional, minha palavra de incentivo e meus votos de pleno êxito e felicidade em suas vidas.

Quero, para finalizar, buscar um pouco de inspiração, uma inspiração mais pobre nas palavras aqui proferidas pelo paraninfo da turma, o professor Valladares, quando ele falou que o sertão de Guimarães Rosa era, sem dúvida, um cenário mundial. Um cenário em que existia a permanente ameaça da guerra e a constante e permanente angústia da luta pela paz. Mas o sertão de Guimarães Rosa era também um sertão de ternura. E esse sertão de ternura era um sertão que falava, sobretudo, de suas origens. E é justamente a origem, essas origens que foram tão bem descritas pelo patrono desta turma, que deve estar permanentemente na função de todo diplomata. A origem da sua Pátria, a origem da sua terra. Repito, quanto mais regional, mais universal.

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cerimônia comemorativa do Dia do Diplomata

Ao dar-lhes minhas boas-vindas, Senhores formandos, na presença honrosa de Sua Ex-

celência o Senhor Presidente da República, José Sarney, posso afirmar-lhes que desde o instante em que ingressaram no curso de preparação do Itamaraty, até a colação de grau, a História transportou os diplomatas para um mundo novo.

Quero fazê-los refletir, como Chefe da Casa de Rio Branco, sobre a magnitude das implicações que essa realidade terá para o exercício de suas funções. O Itamaraty, que não se deixa improvisar, há de perceber com antevisão e clareza as exigências do momento histórico. Deve estar à altura das responsabilidades da hora presente e corresponder aos desafios que o mundo lhe reserva. E o instante para essa reflexão, meus jovens formandos, é a solenidade do Dia do Diplomata.

A vida internacional vem sendo dominada por graves apreensões e presságios diante do perigo de aniquilação da humanidade. No decorrer do aprendizado dos novos diplomatas, a linguagem da confrontação entre as superpotências exacerbava-se com o emprego de avançadas tecnologias militares capazes de levar para o espaço exterior os riscos de uma guerra nuclear. Hoje, anunciam-se mensagens de esperança, que acalentam a paz e afastam a destruição global. Renascem as práticas da distensão, que pareciam condenadas ao esquecimento. Pela via do diálogo, chega-se finalmente a um acordo concreto sobre desarmamento.

Esses fatos recentes parecem mesmo indicar que o mundo esteja vivendo uma nova era, com a emergência de fenômenos significativos. Dogmas começam a se romper. O ímpeto da transformação varre as sociedades. Há um sinal que aponta para atitudes e convicções reformuladas.

Nem a pureza doutrinária dos sistemas sociais resiste a tendências de maior flexibilidade e pragmatismo, cujo principal exemplo constitui a **perestroika**. Nações que atravessaram décadas de experiência centrada na rigidez de princípios redescobrem caminhos inventivos e corajosos.

Por outro lado, as ideologias já não separam os povos como antigamente. Cresce a consciência de que o mundo é fortemente plural e rico em diversidade.

O Brasil acompanha com interesse essas importantes mudanças na cena mundial. Com a nova distensão nas relações leste-oeste, cujas conseqüências é dever da nossa diplomacia avaliar e influenciar em toda sua extensão, cabe-nos procurar participar dos desdobramentos desse processo nos foros internacionais. Este é um grande desafio que doravante irão enfrentar os atuais diplomatas e os que hoje iniciam essa nobre e árdua missão.

Mesmo diante da diminuição dos riscos de um conflito mundial, outros desafios nos aguardam. A humanidade ainda se mostra tímida em sua escalada de progresso e acomodada diante de injustiças e violências. Temos de enfrentar e combater os desequilíbrios econômicos entre as nações. O domínio do saber científico e tecnológico deve ser aberto aos Estados em desenvolvimento. Não pode ser privilégio das grandes potências, pois esse avanço é que dá aos países um reforço crucial para atingir plenamente sua independência e autonomia. Isto constitui matéria de trabalho para os diplomatas brasileiros, quer na ação bilateral, quer nos foros multilaterais.

No processo de formação de grandes espaços econômicos, a Europa está deixando para trás uma história secular de guerras e antagonismos, procurando construir nas últimas décadas, para assombro e felicidade das novas gerações, uma poderosa unidade econômica integrada, que é o Mercado Comum. Na mesma tendência, os Estados Unidos e o Canadá procuram eliminar barreiras ao seu comércio e lançam as bases de um forte esquema associativo.

Marchando também para a economia dos conjuntos, a América Latina começa a edificar os pilares da sua integração. Hoje, a região é para o Brasil um cenário em que nosso engajamento diplomático representa modificação sensível em nossa ação externa. O Brasil desvenda um horizonte novo na América Lati-

na com a decisão de contribuir para o fortalecimento da democracia e da estabilidade do continente. Decisão que é do Presidente Sarney, empenhado pessoalmente no aprofundamento de nossos laços com a América Latina e o Caribe. À sua visão de estadista, devemos o início de um processo sem precedentes de liquidação de suspeitas e desconfianças na região.

A retórica da amizade entre os povos latino-americanos e caribenhos em muitos casos não se completava por fatos. Hoje há vontade, ação e concretização de iniciativas em nosso relacionamento político, econômico, cultural, científico e tecnológico. Esses passos, Senhor Presidente, conduzem ao futuro de modernidade que nosso continente se propõe construir. E irá fazê-lo com a mesma convicção com que Vossa Excelência, dois dias atrás, ao inaugurar um encontro de escritores da América Latina e do Caribe, afirmou desta mesma tribuna que hoje, mais do que nunca, "governar é modernizar".

A diplomacia de hoje tem, portanto, novas preocupações e estímulos. Municia-se de instrumentos mais aperfeiçoados e se orienta por concepções transformadoras. Tendo-se destacado sempre em sua ação de abrir canais de comunicação com todos os povos e de ampliar oportunidades de negócio que ajudem nosso desenvolvimento, esta Casa vai ao encontro de uma nova etapa de sua História. Para ela, seus funcionários devem estar preparados.

Nesse percurso, o Itamaraty estará também voltado para dentro da sociedade brasileira, e não apenas para o mundo. Sensível ao pulsar do corpo social, intensifica e fortalece suas ligações com todos os setores da Nação, e para tanto um passo importante foi a criação do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Dedicado ao entrosamento desta Casa com a sociedade e a inteligência brasileira, o Instituto ajudará a enriquecer o processo de concepção da política externa, incentivando a participação de crescentes segmentos no debate das questões afetas à diplomacia do país.

Tudo isto, Senhor Presidente, mostra como o Itamaraty se atualiza e se adapta às situações que vão surgindo. Talvez em reconhecimento a essa capacidade, os serviços do diplomata brasileiro, não enclausurado em sua própria instituição, têm sido, para nossa satisfação, freqüentemente solicitados por outros órgãos da administração pública, o que lhe permite colaborar na solução dos problemas mais complexos e diversificados do país.

Agradeço mais este testemunho da atenção e do apoio do Presidente José Sarney a nossa Casa. A lembrança de Rio Branco ressoa todos os anos em nossa festa maior, esta cerimônia rica de significado para a instituição, e nela a participação de Vossa Excelência é para nós motivo de orgulho.

O mundo que nossos formandos recebem em processo de transformação acelerada e o Brasil que Vossa Excelência preside em clima de plena liberdade e marcado progresso virão oferecer aos novos diplomatas grandes oportunidades de servir ao país. O Ministério das Relações Exteriores, que tenho a honra de comandar por delegação de confiança de Vossa Excelência, não faltará jamais com seu empenho – posso assegurá-lo, Senhor Presidente – para fazer desta Casa da diplomacia brasileira, com a ajuda de todos seus funcionários, um lugar de trabalho sempre fecundo em benefício do Brasil.

Sob a orientação de Vossa Excelência, aqui seguiremos lutando pela grandeza de nosso país. Da trincheira dessa luta, que é pela paz e pela justiça, pelo desenvolvimento e pela modernidade, antecipamos com toda certeza o merecido reconhecimento da História pela contribuição determinante de Vossa Excelência para nossa política externa e suas inegáveis conquistas.

Discurso pronunciado pelo Conselheiro Tadeu Valladares, paraninfo da Turma de formandos de 1987, durante a cerimônia do Dia do Diplomata

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Missões Diplomáticas Estrangeiras,
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Excelentíssima Senhora Diretora do Instituto Rio Branco,
Senhoras e Senhores,
Meus Alunos,

Na data em que o Itamaraty celebra o Dia do Diplomata, a presença de Vossa Excelência nesta cerimônia, Senhor Presidente da República, é-nos sobremaneira honrosa. A partir de hoje, 17 Terceiros-Secretários e 4 Terceiras-Secretárias iniciam a carreira diplomática. Deixam de ser estudantes, passam a desempenhar novos papéis profissionais. Ao iniciar este discurso posso, pela última vez, chamá-los meus alunos. Ao seu término, e por toda a vida, seremos colegas.

A cerimônia de formatura indica, para além da realização dos projetos pessoais dos formandos, que a Chancelaria se renova e, nesse processo, o Itamaraty assegura sua continuidade. O ingresso de jovens funcionários enriquece o conjunto dos que se dedicam a administrar o complexo universo das relações externas da República.

Sutileza própria à contradição: necessariamente o que surge como renovação no interior da continuidade é promessa de mudança. A vocês, meus alunos, ao atuarem em níveis progressivamente mais altos de decisão e responsabilidade, competirá o difícil e delicado esforço de harmonizar a tradição que remonta a Rio Branco com as exigências emanadas do processo de mudança social que vive o país. A vocês o desafio de compor as exigências, por vezes conflitantes, que emergem da sociedade civil com as perspectivas, nem sempre generosas, engendradas pelo sistema internacional envolvente.

É esta a matriz totalizante com que trabalha a diplomacia brasileira contemporânea, herdeira consciente de uma tradição e defensora de sassombreira de urgentes reformas. Em sua

simplicidade aparente, ela integra três elementos indissolivelmente ligados. Em primeiro lugar, o solo em que deitamos raízes, o fundamento último que orienta nossos atos profissionais: a tensão criadora entre a idéia e a realidade histórica da nação. Em segundo, a sociedade civil, que mediante sua movimentação particular sinaliza, de maneira espontânea e assistemática, as metas de nosso agir estratégico. E, por fim, o próprio Estado, que alcança seu objetivo quando atende aos reclamos da sociedade e defende os interesses gerais do país na arena externa.

Enfatizar continuidade e mudança, privilegiar a nação, dialogar com a sociedade e favorecer o lado racional da atividade do Estado é reafirmar, de imediato, os valores que orientam o Itamaraty. É também lembrar um de seus mais distinguidos servidores, o Embaixador João Guimarães Rosa, patrono desta turma.

Brasileiro e cosmopolita, atento às exigências incisivas do agora e fascinado pela presença subjacente do eterno, o imortal Cordisburgo realizou feito extraordinário: articulou a cultura brasileira ao pensamento universal e recolocou literariamente a questão ontológica a partir do incessante interrogar do ser no mundo.

Diplomata excelente, deixou-nos em **Grande Sertão**: **Veredas** referências políticas fundamentais. Efetuar, na leitura de sua obra-prima, deslocamento da metafísica à política conduz ao pronto reconhecer de alguns traços distintivos do sistema internacional. "O sertão está em toda a parte" (p.9). Neste espaço sem limites, a violência domina, onipresente. Por isso mesmo, a questão é descobrir como superar o conflito, como reconhecer, na mistura sem sentido do real, aquilo que detém a possibilidade de gestar um mundo novo.

"O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias, deus mesmo, quando vier que venha armado" (pp.17/18).

"Tudo naquele tempo, e de cada banda que eu fosse, eram pessoas matando e morrendo, vivendo numa fúria firme, numa certeza e eu

não pertencia a razão nenhuma, não guardava fé e nem fazia parte" (p.110).

"Ser ruim, sempre, às vezes é custoso, carece de perversos exercícios de experiência" (p.131).

Três frases esparsas, recolhidas do **Grande Sertão**. No entanto, que descrição mais contundente se poderia fazer do universo "hobbesiano"? que melhor desenho de um sistema de poder no qual o operam destravadas as lógicas funestas das hegemonias?

No sertão, a paisagem política é desoladora. Diante deste panorama, o que resta a fazer? Se bem lido o real, a catástrofe espreita a cada momento. A espécie está condenada a viver sob ameaça do caos originado pela guerra. Como assegurar a vida humana em meio à violência desmedida? De Hobbes a Hegel, no pensamento ocidental, a saída lógica para esta situação dilemática foi perseguida. As soluções propostas resultam na meia-vida, momento decisivo da dialética do Senhor e do Escravo. Mas a submissão aos mais fortes ou mesmo a servidão voluntária, serão elas, meus alunos, o destino fatal dos homens no sertão? Onde buscar a contramola que nos resgate da tragédia criada no evoluir da história?

Interpretada com olhos de diplomata brasileiro, esta indagação pode ser vista como a motivação latente à odisséia de Riobaldo. Ao final da narrativa, enriquecido pelas metamorfoses que o transformaram de dominado em dominante, de jagunço em chefe de jagunços, mudanças ineficazes no interior da estrutura, Riobaldo alcança a sabedoria: "Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa – a inteira – cujo significado vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem – mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar, como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber?" (p.366).

Substitua-se "cada uma pessoa" por "todo Estado-Nação", e a solução do Embaixador Guimarães Rosa ao problema da desordem do mundo é, na essência, a resposta da diplomacia brasileira à assimetria imperante no sistema internacional. Em lugar da violência, o direito, a norma. Ao invés das injunções do realismo político decifrado como idolatria do poder, o esforço da absoluta maioria dos Estados para elaborar princípios de justiça e modelos de comportamento que civilizem o campo das relações internacionais. Em vez da confrontação estéril, a negociação de boa-fé. Em substituição ao universo inseguro que deriva da ameaça ou do uso da força, a vigência das regras elaboradas por todos. Em lugar da desigualdade que leva ao plano inclinado da tirania, a construção coletiva e transparente da vontade geral. "Como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber?"

Vocês, meus alunos, que analisaram os limites do realismo e as ilusões da normatividade idealista, sabem que só no espaço intermédio, em vias de criação, há lugar para a política externa de um país em desenvolvimento, pertencente ao Ocidente e ao Terceiro Mundo, desprovido de nocivos poderes mas dispendo de inerradicável dimensão de projeto e sonho. Conhecidos os impasses a que conduzem antigos modelos é que podemos trilhar novos caminhos, cultivar nossa singularidade, defender nossa soberania e atuar de maneira solidária com os parceiros que buscam as mesmas metas. Não nos olvidemos: "O real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia." (p.52).

O Brasil, hoje, está em plena travessia. Do autoritarismo para a consolidação democrática temos caminhado juntos. Todas as veredas confluem para o grande ponto de encontro. Todas as águas correm para o mesmo rio. A esperança é ver o Estado e a sociedade renovados.

A agenda é clara. Subdesenvolvimento e dívida social são em grande parte sinônimos. Romper com um é possível apenas mediante o resgate da outra. E como não agimos no

vazio dos desertos, fiéis a nosso impulso de abertura queremos atuar no "redemunho" do mundo, na encruzilhada onde dependência e interdependência se entrelaçam, no espaço onde as grandes correntes do pensamento político mundial interagem, na arena onde a crítica viva da história anula dualismos maniqueístas. Impossível a democracia, irremediável a dívida social, invencível o subdesenvolvimento se não aprofundarmos nosso esforço de modernização econômica. Entretanto, para que a modernização seja autêntica, imprescindível a consciência de que todas as cópias surgem como armadilhas. Nós mesmos devemos, sob pena de fracasso irreparável, projetar as formas definitórias de nossa autenticidade. Impensável, ademais, que o Brasil alcance a inserção que lhe convém no sistema mundial sem que, integrado num conjunto maior, continue a implementar sua política de reforma da ordem internacional. Não esqueçamos, o sertão está em toda a parte. Em contrapartida, nas "costas do mundo", desafiando o medo, há um vislumbre. Ainda que de maneira frágil, delineia-se a norma da verdadeira convivência, do "que pode haver sempre e ainda não há" (p.118).

Meus alunos, Vocês se transformam em meus colegas em momento decisivo. O signo da mudança comanda o Brasil e preside o futuro do sistema político e econômico internacional. As crises estruturais, interna e externa, aparecem, somadas. Da crueza de seu abraço surgem, para os que sabem ver, múltiplas oportunidades, expectativas inaugurais e o inusitado das surpresas cotidianas.

Desafios, riscos e ameaças também se fazem presentes. Sem desconhecê-los, prefiro enfatizar a sobrecoisa, a dimensão da promessa. As crises, em sua severidade, clamam por nós, para que sejamos os agentes conscientes de sua necessária superação. Nesse longo processo, a todos Vocês, estou seguro, cabe-rão papéis relevantes.

O tempo passará, cada qual realizará sua travessia, todos nós empenhados na travessia maior do país. Eu, no futuro, lembrarei tantas vezes deste momento, desses ensaios de

análise, desse pensar em voz alta, dessa esperança por princípio. Para mim, tê-los como alunos foi mais que privilégio: foi oportunidade rara de mútuo encantamento, pretexto para a emoção de tê-los como amigos. Embora viver seja muito perigoso, ter amigos, nós o sabemos, é poder conversar "de igual a igual, desarmado" (p.139).

Colegas, sejam bem-vindos.

Discurso do Orador da turma de formandos do Instituto Rio Branco, Secretário Manoel Adalberto Carlos Monteiro Lopes da Cruz

Os escassos anos que nos separam do início de um novo século realçam a urgência das tarefas que o Brasil confia à sua diplomacia e o signo de reflexão que se impõe a quem assume o serviço exterior como profissão.

Com efeito, se é possível afirmar que o advento do presente século teve de esperar o abalo convulsivo de 1914, pode-se também dizer, em nossos dias, que o século XX já se esvai, prefigurando o que virá, na rápida mudança das realidades político-econômicas e ao impacto da revolução tecnológica.

Tradicional e acurado observador da história, o Itamaraty soube antever, na aceleração dos tempos que caracterizou as últimas décadas, a complexidade crescente que veio assumir a ação externa do país como condição necessária e conseqüência inescapável do desenvolvimento nacional.

A diplomacia brasileira enfrentou esse desafio com a capacidade de renovação que lhe conferem a natureza da sua missão, que se projeta no tempo por vir, e o admirável sentido de continuidade que alicerça sua tradições.

Desde sempre fiel ao serviço dos interesses da sociedade brasileira e atento às mudanças verificadas no seu seio, o Itamaraty incorporou novos temas à sua agenda e ampliou o alcance de sua atuação, hoje verdadeiramente ecumênica. Ao mesmo tempo, cuidou de prestigiar e de manter, inalterados, os princípios de igualdade entre os Estados, solução pacifi-

ca das controvérsias, não-ingerência e autodeterminação dos povos, bem como o diálogo permanente e a cooperação que presidem à presença do país no sistema internacional. Pode orgulhar-se portanto esta Casa de refletir, no campo externo, o ideal democrático em cuja construção nos empenhamos os brasileiros de hoje.

Ao começarmos nossa vida funcional, vemos com satisfação que a preocupação permanente de Vossa Excelência em ver asseguradas a competência e a dignidade no exercício da função pública está-se materializando na implantação de critérios de competência desde a formação de quadros, por parte da recém-criada Escola Nacional de Administração, até a progressão funcional, por meio da reforma administrativa ora em implantação.

Jovens diplomatas, encontramos alento, além disso, nas reformas estruturais da nossa carreira com que se viu coroado o empenho do Senhor Ministro de Estado, Roberto de Abreu Sodré, e do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Vem essa decisão de Vossa Excelência, respaldada pela aprovação dos representantes da sociedade brasileira no Congresso, valorizando o exercício da função diplomática, e faz recair em critérios exclusivamente de mérito o acesso a nossa Carreira.

A atividade quotidiana dos diplomatas e a vida internacional do país se espraiam, atualmente, por um largo espectro, contando, entre seus trunfos, o grau sem precedentes de aproximação, confiança e atuação concertada que marca o governo de Vossa Excelência em nossas relações no âmbito latino-americano, bem como a cada vez mais árdua e vital defesa dos interesses brasileiros, nos planos comercial, financeiro e tecnológico, em uma quadra especialmente dramática na história dos países em desenvolvimento.

O esforço inovador que visa a dotar o Brasil de novos e mais largos horizontes no mundo é, contudo, um processo permanente, de cujo aspecto institucional temos o exemplo recente do estabelecimento, no âmbito da Fundação

Alexandre de Gusmão, da Agência Brasileira de Cooperação e do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Esses dois órgãos, de vocações aparentemente díspares, na verdade somam-se ao Itamaraty incorporando em si a articulação essencial entre a reflexão e a ação assinalada em uma oração célebre por Péricles, há mais de vinte séculos. A convicção de que o debate não entrava a ação – antes, assegura-lhe o êxito – é, felizmente, outra das valiosas tradições da nossa diplomacia.

Com o concurso da nova Agência, em que o Ministro Luiz Jorge Rangel de Castro comanda competente e motivada equipe, poderão ser fortalecidos ainda mais os vínculos da cooperação, sobretudo no eixo sul-sul, tomado campo fértil de oportunidades para a aproximação entre os povos em desenvolvimento. Não menos essencial, para enveredar pelos difíceis caminhos que aguardam a nação nos próximos anos, será a contribuição da rica experiência da diplomacia brasileira que o Instituto de Pesquisa trará ao paciente trabalho de desenvolver novas concepções sobre as relações internacionais, mais adequadas à inserção efetiva do Brasil, que se realiza diuturnamente nos centros de pesquisa do país.

Dar-se-á assim, em um quadro mais amplo e sistemático, com o rigor analítico que caracteriza o Diretor do Instituto, Ministro Gelson Fonseca Júnior, a conjunção entre a execução da política externa e o refinamento dos instrumentos de análise da situação internacional, processo tanto mais importante, para o diplomata de um país em desenvolvimento, porquanto as concepções oriundas do centro do sistema internacional soem referir-se a outras realidades e a outros interesses, como assinalou de forma pioneira o Embaixador Araújo Castro, em sua vigorosa crítica às visões que implicam o congelamento da estrutura do poder mundial.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência nesta Casa, por ocasião da inauguração dos organismos

recém-referidos, atesta a relevância que seu governo lhes atribui para o futuro da política externa do Brasil.

A presença com que nos honra hoje, por outro lado, assinala que é sobretudo na renovação, na aprendizagem e nos padrões de excelência de sucessivas gerações de diplomatas que o Brasil e o Itamaraty encontram os elementos de continuidade e de evolução indispensáveis à política externa.

Assumimos nossas funções no Ministério com a experiência pessoal de uma fecunda etapa de aprendizagem, no Instituto Rio Branco, a que virão suceder-se outras, na construção de nossas trajetórias pessoais, graças aos ensinamentos do dia-a-dia e ao conselho generoso dos nossos chefes e colegas.

Tivemos o privilégio de, ainda alunos, conhecermos elevados exemplos de dedicação, desprendimento e competência da parte da direção, do corpo docente e dos funcionários do Instituto Rio Branco.

Do Embaixador Lauro Escorel, Diretor do Instituto ao iniciarmos nosso curso, recebemos lições de cavalheirismo, competência e espírito público, forjadas em uma vida de serviços relevantes para o país.

Liderança, energia, talento organizativo e um elevadíssimo sentido profissional se combinam com o encanto pessoal na Embaixadora Thereza Quintella, que nos transmitiu o sentido do cumprimento do dever, a seriedade e a busca da excelência como elementos vitais na carreira que estamos começando.

Com o nosso paraninfo, Conselheiro Tadeu Valladares, tivemos a fascinante experiência de, guiados por um mestre e um amigo, rastrear idéias “por fundo de todos os matos”, à maneira de Riobaldo Tatarana, para recolher o sentido da palavra posta a serviço dos interesses nacionais no discurso diplomático brasileiro.

Da mesma forma que as turmas que nos precederam, tivemos o privilégio de ver, no Minis-

tro José Francisco Rezek, alta inteligência aliada à profunda compreensão do fenômeno humano. Com o Professor Antonio Augusto , Cançado Trindade, notável talento jurídico incorporado a esta Casa, conhecemos o desafio de um direito internacional cada vez mais voltado para a cooperação e o desenvolvimento. Por outro lado, assistimos ao início de um hiato na inestimável colaboração prestada à formação dos novos diplomatas pelo exemplo e pelo profundo conhecimento dos homens e das coisas do Brasil do Embaixador Rubens Ricúpero.

Nossa homenagem e nossa gratidão a esses professores, que simbolizam as virtudes que encontramos em todo o corpo docente do Instituto, fazem-se extensivas aos seus funcionários, pelo apoio que nos brindaram com sua competência, sintetizados na simpatia, no profissionalismo e na energia sem limites que cabem na figura quase etérea de Sebastiana Azevedo.

Senhor Presidente,

Disse Guimarães Rosa, certa vez, ter exercido bem a diplomacia por ser esta uma profissão de sonhadores. Restituído, pelo profundo e pioneiro estudo da Ministra Heloísa Vilhena, ao contexto de rigoroso cumprimento do dever que marcou a trajetória diplomática do genial autor do **Grande Sertão**, esse comentário retoma sua verdadeira dimensão.

Na verdade, ao diplomata não é dado em nenhum momento abstrair-se da análise objetiva dos fatos e das situações.

Contudo, sua função se projeta na construção de uma nova realidade, pois, como no idioma gaélico, os verbos da diplomacia, mesmo quando flexionados no modo presente, assumem significado futuro, vinculando homens e nações.

A atividade diplomática tem, portanto, uma dimensão necessariamente utópica, solidamente alicerçada no campo do real e na busca do possível. Essa característica é especialmente marcada, no caso do Brasil, pelo

papel que desempenha o Itamaraty na defesa de uma nova inserção para o país no sistema internacional.

Transitamos, de fato, por um tempo decisivo para as aspirações do Brasil como país em desenvolvimento. A acelerada criação de novas e revolucionárias tecnologias constitui um desafio permanente para nosso país, que se projeta no século XXI ainda marcado pelos graves problemas econômicos e sociais que constituem seu legado histórico.

No plano político, o desanuviamento das tensões em que ciframos nossas esperanças de paz no mundo parece apenas parcial e é por toda a parte solapado pelo reaparecimento constante de atritos que cruelmente coartam as aspirações dos povos a uma vida digna e pacífica.

Jovens diplomatas, acreditamos que a avaliação realista do mundo atual não nos autoriza, contudo, a sermos pessimistas. Ao contrário, sabemos que, projetada no futuro, nossa atividade pode e deve contribuir para a superação das atuais dificuldades por que passa o país e a humanidade.

Amanhã, levados pela nossa profissão a afastar-nos do Brasil e das memórias de nossa formação, esperamos ser dignos do exemplo de nosso patrono, que, embora homem de sertões e fronteiras, preferiu sempre as verdades que unem os destinos dos homens e dos povos e que, afastado por longo tempo do país, constitui, todavia, uma das expressões mais nobres e perfeitas de brasilidade.

“Utópicos na esperança, concretos e realistas na ação”, passamos a fazer parte hoje de forma plena de uma Casa que se destaca pelos serviços prestados ao Brasil e lhe asseguramos, Senhor Presidente, que nossos melhores esforços serão dedicados a contribuir, em nossas modestas atribuições, para a construção de uma realidade mais justa e mais humana, objetivo último, enfim, de toda atividade diplomática.

simpósio internacional sobre literatura

Cerimônia de Instalação do Simpósio Internacional sobre o papel dinâmico da Literatura da América Latina e do Caribe na criação literária universal, realizada no Palácio Itamaraty, em 18 de abril de 1988

pronunciamento do presidente josé sarney

Senhor Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira,
Senhor Diretor-Geral para Cultura e Comunicações da UNESCO, Henri Lopes,
Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima,
Senhor Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO, Josué de Souza Montello,
Senhor Jorge Amado,
Senhor Secretário-Geral do Ministério da Cultura, Joaquim Salles de Oliveira Itapari,
Amigos Escritores,
Minhas Senhoras, meus Senhores,

Para mim, muitos são os motivos de regozijo ao inaugurar este Simpósio Internacional sobre o Papel Dinâmico da Literatura da América Latina e do Caribe na Criação Literária Universal, um reconhecimento da UNESCO à importância da literatura latino-americana e sua amplitude mundial.

O escritor e o infatigável leitor que me liga com paixão às letras juntam-se neste momento para dar boas-vindas a todos.

O Brasil, cuja circunstância orteguiana é a América Latina, e que encontra nos povos irmãos do continente e do Caribe o elo primeiro de sua identidade no mundo, não poderia deixar de sentir-se plenamente orgulhoso de sediar este encontro.

Vai aqui o brinde da hospitalidade brasileira a tantos nomes ilustres da criação literária e da crítica latino-americanas.

A presença, em Brasília, destes artistas da palavra e intelectuais que pensam a criação literária espelha por certo o interesse com que o Brasil de hoje acolhe as manifestações mais variadas do espírito humano no mundo todo e na nossa América em especial.

Entre os grandes escritores latino-americanos deste século, inclui-se sem dúvida Jorge Amado, cuja homenagem aqui prestada com a concessão da Medalha Picasso, a mais alta condecoração da UNESCO, é para mim, como brasileiro, motivo de indisfarçável orgulho. Jorge Amado é um verdadeiro patrimônio do Brasil e de todos os leitores do mundo, onde sua obra é conhecida. Seus livros sempre estiveram perto do povo brasileiro. E ele tem sido, além disso, entre nós, um exemplo perseverante de combatividade.

Ressalto, também, o orgulho de nós, brasileiros, pela presença na UNESCO de um dos momentos mais importantes da inteligência brasileira de todos os tempos, Josué Montello, autor de monumental obra literária que alcança todos os campos da cultura. Josué Montello é hoje uma afirmação extraordinária do Brasil, não só de consagração nacional como de importância mundial.

Este encontro marca as comemorações do aniversário de fundação da nossa capital, Brasília, "a cidade branca, a cidade Vênus", de que falou Pablo Nerudá. "Brasília não tem portas", dizia o grande poeta chileno, "é espaço claro, extensão mental, claridade construída... Isolada em seu milagre humano, em meio do

espaço brasileiro, é como uma imposição da suprema vontade criadora do homem”.

O Governador José Aparecido, com sua capacidade imaginativa e sua visão para as coisas do espírito, está transformando a cidade na capital cultural do país e em importante centro latino-americano de vivência cultural.

Diria que aqui está simbolizada a luta da América Latina pela sua modernização. Aqui tentou o latino-americano construir sua utopia. Aqui pulsa o coração de um país, na confluência de tempos em que as vanguardas internacionais da segunda metade do século XX, estampadas nas artes e na arquitetura, se aproximam da origem cultural americana.

Este encontro tem, além disso, um significado especial para mim, como escritor e como político.

A literatura foi sempre a minha vocação e a política o meu destino.

A atitude do intelectual e a do político são, à primeira vista, contraditórias.

O escritor não pode se conformar com a realidade, assim como as palavras se revoltam contra o silêncio. Seu espírito não cabe na estreiteza das coisas. Sua mão não se escraviza aos acontecimentos; quer superá-los. O escritor é o homem da justiça absoluta. O político vive das realidades. Há uma angústia crescente, adicional, que se agrega a um Presidente que tem a busca de todos os intelectuais: o mundo que deve ser criado por ele, e não o que a vida lhe oferece.

Ele está, antes de mais nada, a serviço de sua consciência. Seus mundos são abertos. Enquanto for escritor, ele não tem porto de chegada, só muitos portos de partida. No seu itinerário, busca a verdade de suas palavras e de seus atos. Nenhum poder, nenhuma força exterior o fazem deixar de ver seus ideais absolutos.

O político, ao contrário, deve ter a capacidade de negociar, de aceitar diferenças e reconhe-

cer as limitações que o presente lhe impõe. Já se disse que a política é a arte do possível. O barro do político é o que existe. Do intelectual, o que precisa existir. Uma flor não é uma flor, mas a transcendência da flor.

E é no campo das possibilidades que a política tem objetivos definidos. O político tem, num dado contexto histórico, programas a cumprir e metas a alcançar. Nessa contradição existe, paradoxalmente, um encontro e conjugação.

A angústia do escritor acende mais facilmente o fogo da paixão, sem a qual o político não será mais que sombra das misérias cotidianas.

O escritor ajuda o político a ver mais longe, a enxergar em cada ato não apenas a solução específica de um problema, mas também um modo de comportar-se no mundo; a perceber por trás de cada aspecto da paisagem as grandes linhas do horizonte.

Por isso, como político e como Presidente da República, não renego nem abandono as artes do escritor. Sempre tenho um convite de noivado para a literatura. Um soneto, um livro para pensar.

Senti na minha vivência pessoal, na minha saga, a dura realidade social de nosso povo.

“Meu país, essa parte de mim fora de mim constantemente a procurar-me...”, como no verso de Carlos Drummond de Andrade.

Era dessa realidade que eu podia tratar em minha literatura e era contra ela que eu investiria na política.

Meu desejo, ainda quando jovem escritor, de contribuir para a conscientização de nossos graves problemas sociais teve, sem dúvida, continuidade na política.

Agora, como Presidente da República, tive a possibilidade de contribuir concretamente para a consolidação da democracia no Brasil, restabelecendo as eleições diretas em todos os

níveis, assegurando a total liberdade de organização política e sindical, convocando a Assembléia Nacional Constituinte e iniciando a reforma agrária.

Mais do que tudo isso, porque é a base de tudo isso, a visão intelectual, a floresta, que me faz ter paciência, equilíbrio, compreensão dos homens, e razão para avaliar as frágeis raízes do desenvolvimento político que precisam de cuidados para não morrer. A América Latina sofre a doença histórica de utilizar a liberdade sem trato, deixando-a morrer.

E para nós é dramática, trágica, esta vivência. Nós escritores vivemos da liberdade. O bem mais caro àquele que escreve é sua liberdade de expressão. Escrevemos como compulsão mas não desejamos que morra no papel o que escrevemos. Escrevemos para criar a vida. Renascer em cada leitor. Eternizar tempos, memórias, amores.

A irmandade latino-americana não tem a ver apenas com nossas raízes comuns, com nossas culturas indígenas, com a terrível vivência da escravidão ou com a colonização ibérica. Ela é sentida nos desafios políticos, econômicos e sociais de nosso presente, no dia-a-dia de nossa construção democrática, na experiência de nosso subdesenvolvimento, na nossa luta pela eliminação da fome e da miséria.

Asturias, Borges, Carpentier, Rulfo, Darío, Martí, Bioy Casares, Onetti, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Abelardo Arias, João Guimarães Rosa, Maria Benedetti, Carlos Fuentes, Clarice Lispector, Ernesto Sabato, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Josué Montello, José Veiga e tantos outros figurariam na linha de frente da produção literária universal, ao lado de poetas como Pablo Neruda e Octavio Paz, todos responsáveis pelo desenvolvimento de uma literatura que passaria agora a influenciar-se a si mesma, quando não a inverter o curso tradicional das influências para operar sobre literaturas de outras latitudes.

Jamais antes tamanho vigor – qualitativo e quantitativo – terá impulsionado um movimen-

to e fornecido à criação literária um universo de tamanha dimensão física e humana: da Patagônia às ilhas do Caribe, do alto dos Andes à Caatinga nordestina, nas mais variadas cidades, uma legião de escritores conquistava a mente de um público inigualado, dentro e fora de nossas fronteiras, escrevendo, como disse certa vez García Márquez, “um só romance”, que alteraria para sempre o perfil de nossas letras e a dimensão de nossa presença na cultura universal.

Esse grande romance construiu a maior interpretação filosófica que jamais se fez sobre a América Latina e sua condição histórica.

Desde as histórias que criaram espaços míticos – Macondo, Comala, Santa María de Nieva –, que na realidade funcionariam como verdadeiras metáforas da América, até a literatura experimental que faria da palavra o objeto primeiro do próprio ato de narrar e criar poesia, a literatura latino-americana contemporânea recobriria uma vez mais, com outra estética, com outro vigor, a vasta extensão geográfica e humana do nosso continente.

Formando uma só corrente discursiva com o ensaio interpretativo e a filosofia, nossas letras perscrutariam não apenas e o presente o passado das Américas, mas seus diversos projetos de futuro.

Uma nova identidade latino-americana e caribenha surgiria dessas indagações; e o valor universal dessa literatura viria a ser reconhecido pela avassaladora presença de nossos escritores nas estantes das livrarias de todo o globo, no interesse a ela devotado pelo mundo acadêmico, nas tiragens sem precedentes de quase todas as obras.

Começamos a transformar a nossa realidade pela palavra escrita; e por meio dela levamos às sete partidas do mundo a reivindicação de nossa identidade, que traduz a reivindicação de autoridade sobre nosso próprio destino.

Com ela, conquistamos um lugar, sem favores, pela força da própria criação.

Hoje a literatura da América Latina e do Cari-

be deixa longe, em abrangência, a riqueza temática, o vigor estético e a penetração no público, aquelas "correntes literárias" a que com pioneirismo se referiu, em obra clássica, o'pai da moderna crítica literária latino-americana, Pedro Henríquez Ureña.

Temos o privilégio de ver reunidos aqui muitos dos mestres da nossa literatura, em reafirmação, com sua presença, da tendência que a América Latina também ofereceu ao mundo literário universal, a do escritor-crítico, espelho de uma constante auto-indagação que só trabalha em favor da renovação criadora das nossas letras.

Nosso desafio maior é o da modernização. Venho do Maranhão, do Nordeste, da região mais pobre e atrasada do Brasil. Estive, portanto, acostumado a ver o Brasil a partir do seu ângulo mais problemático. Mas talvez seja precisamente por isto que sinto, com tanta clareza, que hoje governar é modernizar.

Muitas vezes lançam a flecha do meu provincialismo. Mas quanto mais regional, mais universal. Eu começo em mim, na minha cidade, na minha casa, no meu berço. Aí estão nossas raízes eternas.

A modernização, em sentido amplo, não deve ser interpretada como uma opção estreita pela industrialização e pela técnica.

Esta veio para ficar, mas não pode ser dissociada do desenvolvimento completo do homem.

Nossa escolha dos bens produzidos, nossos modelos de industrialização e de desenvolvimento tecnológico não são apenas opções econômicas: são opções políticas, sociais e sobretudo culturais. Pois o que está em jogo é a qualidade e a maneira de vida de nossos povos, seus hábitos e costumes e suas relações sociais. A tecnologia e a expansão industrial devem, portanto, estar a serviço de opções de vida e de valores culturais amplos de nossa região.

Precisamos investir na pesquisa, no aprimoramento tecnológico e na produção de bens. Mas ao mesmo tempo precisamos de pensar como fazê-lo. E, ao lado desse esforço, devemos também investir em arte, em literatura, em ciência, em defesa do patrimônio cultural. No Brasil, a experiência da chamada Lei Sarney, de incentivos fiscais para a cultura, já rende enormes frutos, cujos desdobramentos vão muito além das simples obras inauguradas, dos espetáculos e exposições montados ou dos livros publicados. As realizações culturais, mais que quaisquer outras, têm uma expressão ampla, repercutindo sobre os mais variados setores da vida cultural, e vão, como bolas de neve, crescendo e se multiplicando ao descenderem as curvas do tempo.

Nossa modernização passa também pelas instituições políticas. Já não é mais possível continuar a termos duas Américas Latinas, uma da elite e outra da grande massa do povo, perpetuando a desigualdade social, a disparidade da renda e da riqueza. Já não é mais possível que continue tão estreita a participação das grandes majorias nos processos políticos e econômicos de nossa região.

Nossas instituições políticas devem se ajustar à necessidade de que as massas participem das decisões políticas e aproveitem as vantagens de nossas realizações econômicas.

Aumentar essa participação, expandindo a democracia, é também um imperativo do desenvolvimento, num momento tão delicado da vida econômica de nossos países. De fato, a América Latina tem regredido, em termos econômicos, na década de 80, tendo experimentado uma perda sensível em relação a outras regiões do mundo.

Creio que a possibilidade de nossa recuperação passa não apenas pela luta necessária e dramática contra as iniquidades do sistema econômico internacional e pela solução de problemas agudos, como o da dívida externa, mas também por nosso próprio esforço de ampliar o número de nossos produtores e consumidores, democratizando nossas economias internas.

A ampliação do acesso dos latino-americanos a todos os aspectos da vida cultural deve, não impedir, mas, ao contrário, melhorar a qualidade de sua produção material e espiritual. Ao contrário do que alguns crêem, ao associarem elitismo a qualidade, esta aumenta quando damos a um número maior de pessoas a possibilidade de participar ativamente da vida política, econômica e cultural.

Creio, finalmente, que um dos caminhos para nossa modernização é o de comparecermos ao destino que Bolívar já havia traçado para nossos povos: o da união latino-americana.

A América Latina é um continente que até há bem pouco tempo, apesar de suas raízes comuns e inevitavelmente de um destino único, não havia se encontrado consigo mesmo; que nutria com países extra-regionais uma relação vertical mais estreita do que a que podia estabelecer horizontalmente dentro de suas próprias fronteiras. Paradoxalmente, era imensa a distância entre vizinhos.

Temos hoje, no mais alto nível, mecanismos de consulta e coordenação não apenas econômica, mas também política.

Eu me orgulharei sempre de ter tentado, iniciado, e ter sangrado na luta para dar ao Brasil a expressão de país latino-americano.

Tento virar o leme para estarmos juntos, sem sermos irmãos de costas, mas de mãos dadas.

Crescermos juntos foi meu lema.

Meu governo tem-se empenhado na integração latino-americana, que já começamos a realizar concretamente com a Argentina e o Uruguai. Não se trata apenas de realizar a integração nos campos econômico, comercial e tecnológico, de explorar possibilidades no campo monetário e de realizar maior cooperação financeira, mas também de estender a integração à área cultural. Quanto mais conhecemos as produções culturais da própria Amé-

rica Latina, quanto menos barreiras se estabelecem em nossas fronteiras à livre circulação de obras de arte e de produtos culturais em geral dentro de nossa região, mais aptos estaremos a reforçar uma cultura regional viva e dinâmica.

Tenho certeza de que este encontro servirá para aprofundar a discussão sobre estas questões. As inquietações que amadurecem na mente da intelectualidade latino-americana não podem ser senão produto dos grandes desafios com que nossos povos são confrontados no presente.

A produção literária é individual, e o artista se automutilaria se tivesse que estar preso a mensagens ou programas, se sua obra não fosse mais do que a explicitação de um credo. Mas o resultado de seu trabalho o supera.

A arte e a literatura não podem ser senão, assim, expressões profundas dos povos.

O escritor de uma região não pode deixar de retratá-la, mesmo que o retrato que faça dela seja cheio de sombras. Isto não significa, contudo, que ele esteja preso a temas ou tenha que renunciar à sua ampla liberdade de criação.

Disse Machado de Assis que "não há dúvida que uma literatura... deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferecem sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecem. O que se deve exigir do escritor antes de tudo", acrescenta ele, "é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país".

O retrato da América Latina se afirma, assim, no singular, mas com expressões plurais. Pois a América Latina é uma pluralidade; não apenas somos povos mestiços, mas temos culturas mescladas.

O escritor lapida suas palavras neste retrato, cujo pano de fundo é o grito de dor e desespero, o gemido do sofrimento, a paisagem de-

soladora da fome e da miséria, mas também o sonho, a luta histórica pela redenção política e econômica.

O escritor latino-americano chega hoje a uma encruzilhada, que é ao mesmo tempo nacional, regional e mundial. Sob o signo da crise e da mudança, no estertor das ideologias do sé-

culo XIX, a América Latina é o território do novo sobre o qual é escrito seu destino.

No dizer de Lezama Lima, "la Historia está hecha, pero hay que hacerla de nuevo".

Conquistar futuros sem apagar a memória; inovar sem idolatrar o novo, eis o desafio.

Sejam bem-vindos.

abreu sodré na china

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no banquete oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Senhor Qian Quchen

Visito a República Popular da China dominado pela emoção de conhecer de perto a grandeza deste povo. Nos olhos e no coração, carrego o impacto deste meu primeiro encontro com uma das culturas mais ricas do mundo, sociedade de tradições milenares, nação que forjou uma história de sabedoria e engenhosidade. Chego admirado, também, com as profundas transformações que experimentou este país, perseguindo hoje com tenacidade o rumo do progresso e da modernização.

Agradeço, Senhor Ministro, as amáveis palavras com que Vossa Excelência acaba de saudar a mim e a minha comitiva. A simpatia e o calor humano do povo chinês, de que é testemunho vivo esta acolhida, ficarão indelevelmente marcados em nossa memória.

A este povo, trago a mensagem de paz e amizade de uma nação que, acima das distâncias, deseja projetar toda sua vocação universalista no convívio internacional. Não viria eu ao outro lado do mundo se não estivesse tangido por uma grande confiança na capacidade de nossos países de encontrar caminhos harmoniosos e mutuamente benéficos para seu relacionamento.

Tenho consciência plena de que uma efetiva cooperação entre o Brasil e a República Popular da China não se fará sem um prévio conhecimento recíproco de seus objetivos de desenvolvimento. Não se fará, também, sem uma compreensão realista das peculiaridades de nossas civilizações e de nossos padrões culturais.

Estamos, por isso, intensificando o diálogo e fortalecendo as bases de uma parcela capaz de florescer em diferentes campos.

Pela mesma razão, aguardo com expectativa as visitas que farei às cidades deste grande país. A elas irei com a disposição de espírito de procurar absorver, em toda sua riqueza e pujança, a realidade cultural e social da República Popular da China.

Senhor Ministro,

Bem sei que o Brasil e a China são países que apresentam traços comuns. Temos imenso território. Não apenas imenso, mas dadivoso, pois é fértil a superfície que o cobre e ricas suas camadas subterrâneas.

Nossa convergência maior, porém, reside no fato de tanto um quanto o outro serem países que se encontram em acelerado processo de desenvolvimento industrial. Por diferentes vias e modelos, compreensíveis em sistemas econômicos de influência doutrinária não idêntica, alcançaram nas últimas décadas invejáveis taxas de crescimento econômico. E somos, hoje, o Brasil e a China, países que já ocupam espaço próprio no cada vez mais complexo sistema das relações internacionais.

Todos esses elementos comuns mais do que justificam a Segunda Reunião de Consultas Políticas, celebrada durante esta minha visita a Pequim, em seguimento ao encontro realizado em Brasília em julho de 1986.

Dentro da moldura dessas consultas, estabelecemos um canal regular para valioso intercâmbio de idéias sobre temas da atualidade mundial, assim como para construtivo diálogo

em torno de assuntos bilaterais, ampliando-se o terreno para maior entendimento e cooperação entre nossos dois países.

Posso comprovar, por essas conversações, a coincidência que nos aproxima em relação à necessidade da cooperação sul-sul, fator que haverá de contribuir para a gradativa transformação da ordem econômica internacional.

A adoção de novas regras que tornem essa ordem econômica mais equilibrada e estável para todos é, Senhor Ministro, um clamor por justiça que traduz, em todos os foros, os anseios do Terceiro Mundo. A mesma veemência com que o Brasil a ele se junta caracteriza nossa atuação combativa e responsável em defesa da paz entre os povos.

Para o Brasil, a igualdade e o respeito mútuo são os pilares da boa convivência internacional. O mundo só conhecerá horizonte de tranquilidade quando as práticas da negociação e do diálogo conquistarem definitivamente o universo da diplomacia. Quando for irrestrita a crença nos instrumentos da paz e da conciliação para resolver os conflitos. Quando o recurso ao direito suplantar, em todos os quadrantes, a lógica do poder.

Convencido de que o sistema mundial não suportará por mais tempo conviver com o terror da escalada armamentista, o Brasil aplaude a recente assinatura do acordo entre os Estados Unidos da América e a União Soviética sobre eliminação de arsenais nucleares de alcance médio. Consideramos esse um primeiro e importante passo para novos entendimentos visando à diminuição dos riscos de um conflito global e à necessária transferência de recursos para os objetivos do desenvolvimento. O Brasil, nesse contexto, reputa muito positivo o compromisso da China de restringir o uso de seus artefatos nucleares.

Para o êxito da cooperação que se propõem desenvolver, o Brasil e a China têm, como maior desafio, de manter-se a passo com o avanço científico-tecnológico. Não podemos nos desviar do caminho da modernidade. Mais do que nunca, o futuro de nossos povos de-

pende, não de simples realizações a nosso alcance, mas sobretudo da nossa capacidade de criar, de inovar e de ampliar o domínio do conhecimento aos setores mais diversos. Em benefício de cada um de nossos povos, cabe-nos procurar compartilhar o progresso da humanidade. Daí o caráter prioritário que meu Governo atribui ao domínio das tecnologias de ponta capazes de assegurarem bases autônomas para nosso desenvolvimento.

Para tanto, estamos abertos à cooperação com todos os povos e acreditamos nas perspectivas de associação com aqueles países em estágio de desenvolvimento semelhante ao nosso. O Brasil e a China têm, nesse sentido, um caminho fértil a percorrer, como o demonstra o acordo a ser concluído para a construção de dois satélites sino-brasileiros de sensoriamento remoto. Estamos confiantes de que outros projetos, em áreas de tecnologia avançada, serão identificados e executados conjuntamente.

São iniciativas como essas que tornam nossas relações cada vez mais densas e proveitosas. Mas elas jamais poderiam prosperar se não contassem com o respaldo político traduzido na vontade comum de ambos os Governos de aperfeiçoarem seus laços com espírito leal e construtivo.

Será para reforçar essa vontade, no nível mais alto de decisão, que o Presidente de meu país, José Sarney, atendendo a amável convite do Primeiro-Ministro Li Peng, visitará em julho próximo a República Popular da China. Estou certo de que essa visita estreitará ainda mais os laços de amizade e cooperação entre os dois países, dando-lhes uma dimensão nova à altura não só do potencial de nosso relacionamento, mas também dos grandes desafios que tanto o Brasil quanto a China são chamados a responder perante o mundo. É firme a convicção de meu Governo de que muito teremos a ganhar se de nosso esforço de cooperação, como pretendemos fazer na visita do Presidente José Sarney, soubermos extrair os melhores frutos.

Com essa certeza, peço aos presentes que me acompanhem em um brinde pelo mais completo êxito do Chanceler Qian Qichen à frente da diplomacia chinesa, pela sua saúde e felicidade pessoal, e de todos os amigos chineses que se sentam aqui em torno desta mesa, e pelo futuro de crescente progresso nas relações entre o Brasil e a República Popular da China.

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, na abertura da reunião de consultas políticas com a república popular da china

Agradeço, em nome dos integrantes de minha comitiva e no meu próprio, as cordiais palavras de boas-vindas de Vossa Excelência, testemunho expressivo da generosa hospitalidade com que nos têm cercado, desde os primeiros momentos de nossa chegada, o Governo e o povo chineses.

É com grande satisfação, Senhor Ministro, que lhe apresento os cumprimentos e as congratulações do Governo brasileiro pela sua recente designação para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Para mim é particularmente grata e honrosa a circunstância de inaugurar juntamente com Vossa Excelência os trabalhos desta Segunda Reunião de Consultas Políticas. Considero um privilégio o fato de ser um dos primeiros representantes estrangeiros a entrevistar-me pessoalmente com Vossa Excelência, há poucos dias de sua investidura como Ministro. Sua trajetória de homem público, seu tirocínio, bem como suas comprovadas qualificações diplomáticas são a melhor segurança de que desenvolverá uma ação fecunda na condução da política externa de seu país, voltada para a paz e a cooperação entre os povos.

Estou certo de que, durante sua gestão – e na mesma linha seguida pelo seu antecessor, hoje ascendido à posição de Vice-Primeiro-Ministro –, os vínculos entre o Brasil e a República Popular da China se beneficiarão de continuado incremento e frutificarão em iniciativas mutuamente vantajosas. Peço, nesta ocasião, transmita ao Senhor Wu Xuiqian

minhas saudações e os votos que formulo de pleno êxito no desempenho de suas novas e altas funções.

Senhor Ministro,

A celebração da Segunda Reunião de Consultas Políticas é oportunidade especialmente significativa e auspiciosa no denso contexto das relações sino-brasileiras.

Instituídas em 1985, quando da histórica visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, as consultas se revelam instrumento valioso para aprofundar o conhecimento recíproco, a compreensão e a confiança. Elas atestam igualmente o alto grau de maturidade do relacionamento bilateral, que muito tem-se enriquecido precisamente da continuada troca de experiências, dados e opiniões. Nesse sentido, cabe assinalar o intenso intercâmbio de visitas de autoridades governamentais e de técnicos de alto nível de nossos países, cobrindo as mais variadas áreas e atividades, como a econômica, a comercial e a da ciência e tecnologia.

No mês de março último, entrou em vigor, após a respectiva troca dos instrumentos de ratificação, o Acordo Cultural entre o Brasil e a China. Aqui também são novas perspectivas que se abrem a uma aproximação mais estreita e a uma colaboração mais íntima e amistosa.

Recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Academia Chinesa de Tecnologia concluíram a nível técnico as negociações relacionadas com o desenvolvimento conjunto de satélite de sensoriamento remoto. Congratulo-me com Vossa Excelência por essa iniciativa de grande significado. Tenho fé em que esse será o primeiro passo para novos projetos de cooperação nessa área. O Brasil e a China logram acumular importante acervo de realizações e experiência em alguns setores do desenvolvimento tecnológico, e é fértil o campo que se abre a novas explorações e empreendimentos.

Durante o Décimo Terceiro Congresso do Partido Comunista, o Secretário-Geral Zhao Ziyang teve a oportunidade de enfatizar uma vez mais a prioridade atribuída pelo Governo da República Popular da China ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, mencionado como um dos três objetivos fundamentais do Partido.

O Brasil, em momento de decisiva transição política, acompanha com interesse e admiração o empenho e a determinação da República Popular da China no sentido da reforma e da modernização através da política de abertura para o exterior.

O Brasil está convencido de que toda ênfase deve ser colocada no avanço tecnológico, sob pena de permanecermos à margem das dramáticas transformações que se têm acelerado nas últimas décadas deste século. Em meio a esses esforços, lamentamos verificar as barreiras e restrições de toda ordem, que são impostas, na atual conjuntura internacional, ao acesso a novas tecnologias. Nessas circunstâncias, meu Governo crê que é chegado o momento de emprestar toda ênfase a projetos bilaterais de elevado conteúdo na área da ciência e tecnologia.

Nesse quadro dinâmico do convívio bilateral, o intercâmbio comercial tem lugar de destaque, com notável desempenho a partir sobretudo de 1980. Faz-se necessário, entretanto, dar novo impulso ao setor, face ao decréscimo registrado nos últimos dois anos no fluxo de nossas trocas.

Devemos ter sempre em mente a busca de níveis crescentes em nossas transações e do equilíbrio mutuamente vantajoso.

Senhor Ministro,

A pauta das presentes consultas contempla, além de itens do âmbito bilateral, uma variada gama de assuntos da agenda internacional.

É extremamente grato constatar o amplo espaço de convergência de posições do Brasil e da China no que se refere aos grandes temas

mundiais, o que se reflete na atuação de nossas representações nos organismos internacionais, as quais trabalham em clima de perfeito entendimento e amizade.

Desejo, a propósito, assinalar a simpatia com que o Governo brasileiro vê as negociações em curso para o reingresso da China no GATT. Tenho a certeza de que naquele foro a China emprestará seu peso e sua voz autorizada à defesa dos pleitos e reivindicações dos países em desenvolvimento, como vem fazendo coerentemente nas demais organizações multilaterais.

O Brasil e a China estão voltados para a tarefa prioritária de promover o desenvolvimento econômico e social e a melhoria das condições de vida de seus povos. No convívio bilateral, nossa atuação é pautada pelo respeito mútuo e pelas iniciativas que resultem em benefício de ambas as partes.

A defesa desses princípios e ideais comuns pelo Brasil e pela China reforça e consolida nossa convivência e nos estimula a explorarmos juntos as imensas potencialidades de cooperação e entendimento.

Palestra pronunciada pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, perante exportadores e importadores de Xangai, durante sua visita à China

Considero de particular importância, entre minhas responsabilidades como chefe da diplomacia brasileira, a de promover a abertura de canais de diálogo e colaboração com as forças vivas das nações que, como a República Popular da China, ocupam posição de destaque no mundo.

É exatamente com essa motivação que tenho a honra de visitar a cidade de Xangai, importante centro econômico deste país, fadado a converter-se em vigorosa mola propulsora da maior aproximação entre nossos povos.

Sinto nesta metrópole industrial e portuária a mesma atmosfera de trabalho e pujança de minha terra natal, São Paulo, onde fiz a maior parte de minha carreira política e cheguei a ter

o privilégio de exercer o cargo de governador. De minha experiência como homem público, herdei uma confiança irrestrita nos destinos do Brasil, e aqui em Xangai, deparando-me com seu progresso econômico, sou tomado de sentimento similar, pois daqui antevejo o futuro promissor do desenvolvimento da China e sua crescente afirmação no cenário internacional.

Nas conversações que acabo de manter em Pequim com o Chanceler Qian Qichen, expressei-lhe a firmeza da vontade política brasileira de aprofundar nossos laços de amizade e cooperação com a China. Coube-me, nesse contexto, a tarefa de preparar, junto às autoridades do Governo chinês, a visita que o Presidente do Brasil, José Sarney, realizará a este país em julho próximo, acontecimento que, sem dúvida, constituirá um marco nas relações sino-brasileiras.

O Brasil e a China têm grandes afinidades decorrentes de seus imensos territórios, numerosas populações, amplos recursos naturais e níveis de progresso econômico. Perseguimos objetivos comuns, como os da paz e do desenvolvimento, e estamos persuadidos de que, fortalecendo nossa compreensão mútua, haveremos de construir um relacionamento cada vez mais estreito e duradouro, em benefício não só do progresso de nossos países, mas também da colaboração sul-sul.

Minha participação neste encontro com as autoridades econômicas e representantes empresariais de Xangai é um testemunho do interesse de meu governo de trabalhar com empenho nesta direção. Para tanto, desejo proporcionar aos Senhores, da maneira mais franca e sincera, uma visão da atual realidade econômica brasileira e oferecer-lhes elementos de reflexão sobre as possibilidades de intensificação de nossos vínculos com a China, sobretudo no campo comercial.

O Brasil vem atravessando, ao longo dos últimos anos, a crise econômica desencadeada pelo segundo choque petrolífero que afetou a comunidade internacional em sua totalidade. Como país em desenvolvimento, sentiu os

efeitos dessa crise de forma acentuada, enfrentando, a partir do início da década de oitenta, uma conjuntura externa amplamente desfavorável.

Os desafios mais significativos daí resultantes são conhecidos de todos:

- o problema do elevado endividamento externo;
- a retração dos mercados das economias centrais e a multiplicação de práticas e medidas protecionistas que dificultam o acesso de nossos produtos de exportação;
- a queda nos preços dos produtos básicos, afetando as receitas cambiais das nações em desenvolvimento, fenômeno este agravado hoje pela concorrência da produção agrícola subsidiada de países industrializados.

Entre esses elementos adversos, o que influiu de forma determinante no agravamento da situação econômica brasileira foi a dívida externa, que converteu o país em exportador líquido de capitais justamente quando mais se fazia necessária a contribuição dos investimentos externos para nosso desenvolvimento.

Cabe recordar que, ao longo de toda a década de setenta, a economia brasileira havia experimentado taxas médias de crescimento superiores a 9 por cento ao ano. Com o problema do endividamento, passou então a viver sob a ameaça constante de estagnação, com efeitos nefastos que a vem obrigando, no curso dos anos oitenta, a um comportamento de certo modo irregular. Para que se tenha uma rápida visão de quanto fomos afetados, basta mencionar que, nos primeiros anos da presente década, chegamos a apresentar taxas negativas de crescimento e somente a partir de 1984 retomamos índices positivos.

É importante salientar que essa recuperação da economia brasileira não se deveu à situação internacional, mas principalmente ao nosso próprio esforço. Privado de capitais externos e sujeito a pesados dispêndios com os pagamentos do serviço da dívida, o país lo-

grou, assim mesmo, ingressar em um novo período de expansão, que, embora aquém de sua reais possibilidades, não deixa de ser auspicioso.

No plano interno, o governo vem empreendendo esforços, nos últimos três anos, para eliminar os acentuados desequilíbrios da economia, representados pelo déficit público e pela inflação. Estes são problemas crônicos que temos enfrentado com determinação, convencidos de que seu equacionamento requer realismo e, ao mesmo tempo, prudência e responsabilidade, já que, no Brasil de hoje, nenhum receituário de medidas econômicas pode ser aplicado em detrimento da justiça social.

O Brasil é uma nação que não pode abdicar de seu direito de crescer. Abrigando uma população superior a 120 milhões de habitantes, e tendo a necessidade imperiosa de gerar cerca de 2 milhões de novos empregos por ano, sob pena de graves riscos sociais, nosso país não pode aceitar o estancamento de sua economia. É imbuído de tal percepção que o Governo brasileiro enfrenta, de maneira firme e coerente, o controle da economia em seus múltiplos aspectos.

Nessa linha, o Brasil busca hoje dar uma resposta eficaz ao problema da dívida externa, sobre o qual é conhecida a postura de meu governo. Consideramos o processo de renegociação como plural, implicando variáveis técnicas e políticas. Temos advogado, em múltiplos foros, que, no processo de reestruturação da dívida, existe uma nítida co-responsabilidade entre credores e devedores. Não podendo o assunto estar desvinculado de sua vertente política, julgamos que, nesses procedimentos, nós, os países devedores, não nos devemos privar do crescimento econômico para cumprir com as obrigações externas. Equivale isto a dizer que a solução do problema da dívida tem necessariamente que passar pela expansão de nossas economias.

O Brasil sempre honrou seus compromissos financeiros e continuará a fazê-lo. Mas estamos convencidos de que o pagamento da dí-

vida sem possibilidades de crescimento traduz inequívocas contradições econômicas, morais e políticas. Econômicas, porque representariam uma contribuição nossa, dos países em desenvolvimento, ao crescimento ainda maior dos já desenvolvidos. Contradições morais, porque estaríamos deixando de atender nossas carências nos setores de saúde, educação, habitação, alimentação, para financiar sociedades abastadas. E, por último, contradições políticas, porque o enfraquecimento de nossas economias tenderia a afetar a estabilidade das estruturas democráticas que tratamos hoje de consolidar em nosso país.

O Governo brasileiro continua, nesse contexto, a reclamar um diálogo justo com as nações credoras, insistindo num trabalho de esclarecimento e persuasão que tem servido ao propósito de conscientização de grande parte da opinião pública nos países industrializados.

Em recentes conversações com o Comitê de Gestão da Dívida Brasileira, conseguimos um reescalonamento de longo prazo dos vencimentos referentes ao principal da dívida comercial para o período de 1987/1993. Os valores contemplados se situam em torno de 68 bilhões de dólares, para os quais o Governo brasileiro logrou obter um prazo de pagamento de 20 anos, com 8 de carência e uma **spread** favorável. Outro resultado estimulante foi obtido em recentes negociações sobre conversão da dívida, as quais refletiram confiança de investidores estrangeiros na vitalidade da economia brasileira.

Apesar dos múltiplos problemas que enfrentamos, acredito firmemente na capacidade de o Brasil superar a crise por que passa sua economia. Com esforço, talento e perseverança, estamos realinhando o país no curso do desenvolvimento acelerado. Há fatos concretos que justificam meu otimismo:

1 – No mundo ocidental, somos a oitava economia, com um produto interno bruto da ordem de 280 bilhões de dólares, infra-estrutura avançada, uma sólida e diversificada base industrial e um empresariado com grande poder de recuperação e capacidade criativa.

2 – Temos presença expressiva nos mercados internacionais, em que pese aos obstáculos impostos pelas economias industrializadas, destacando-se nosso país como importante supridor de bens manufaturados, alguns com alto nível de sofisticação, e de serviços. Hoje, 70 por cento de nossas exportações são constituídos de produtos industrializados.

3 – No ano passado, registramos um superávit comercial de 11,6 bilhões de dólares, o que representou o terceiro saldo no mundo, logo após os obtidos pelo Japão e República Federal da Alemanha. Para este ano, a previsão de nossas autoridades econômicas é de um superávit entre 12,5 e 15 bilhões de dólares.

4 – Dotado, ademais, de uma pujante economia agrícola, o Brasil deverá obter, no corrente ano, novo recorde histórico em sua safra de grãos, estimada em 66,9 milhões de toneladas.

5 – Em matéria de equacionamento de nossas dificuldades energéticas, temos logrado relevantes conquistas: nos últimos dez anos, mais que triplicou nossa produção de petróleo e gás natural, a produção de álcool anidro e hidratado registrou aumento superior a 8 vezes, a geração de origem hidrelétrica não cessou de crescer.

Justifica ainda minha confiança nos rumos do desenvolvimento brasileiro a projeção altamente significativa que, na busca incessante de novas opções de comércio, já alcançamos no setor de exportação de serviços. Fenômeno ainda bem recente, datando do início dos anos 70, a participação de empresas brasileiras de consultoria e engenharia em projetos de desenvolvimento no exterior vem fortalecendo qualitativamente nossa presença econômica no mundo. Do mercado internacional de serviços, estimado pelo Banco Mundial em 100 bilhões de dólares, detemos hoje uma fração de aproximadamente 6 bilhões de dólares – fração proporcionalmente pequena, é verdade, mas de inegável importância para um país como o Brasil, cuja participação no comércio mundial apenas se tornou mais ativa nas últimas duas décadas.

Tais negócios levam nossas firmas a desenvolver atividades de cooperação em regiões como América Latina, África e Oriente Médio, construindo hidrelétricas, rodovias, projetos de irrigação, usinas industriais diversificadas, criando, enfim, infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico-social de povos irmãos. Atualmente, mais de 150 empresas brasileiras se encontram trabalhando em cerca de 50 países.

Na atual projeção econômica brasileira, ganham realce cada vez maior os esforços em prol da integração latino-americana. Junto com outros países vizinhos, o Brasil vem dando impulso a uma política de criação de espaços econômicos ampliados, a qual viabilizará o incremento do comércio regional, possibilitando, igualmente, através de escalas de produção elevadas, investimentos acrescidos em pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

A integração latino-americana é hoje um grande desafio, que o Governo do Presidente José Sarney tem enfrentado com determinação, consciente da tendência que se observa em todo o mundo no sentido da economia dos conjuntos.

No processo de aceleradas transformações por que passa a economia internacional, o Brasil está, assim, em sintonia com a História. Preparamo-nos para ingressar com confiança no século XXI, que – tudo indica – será marcado pela ação de grandes blocos econômicos, dotados de estruturas modernas e avançadas de produção, de elevada capacidade científica e tecnológica, de crescente poder de competição nos mercados internacionais.

Mas para nações como o Brasil, o caminho da modernidade não deixa de ser árduo. Enfrentamos hoje a tentativa de imposição de uma nova divisão internacional do trabalho, onde aos países em desenvolvimento caberia o papel de meros consumidores de tecnologia de ponta. Não nos resignaremos, contudo, à idéia de sermos sociedades atrasadas e caudatárias. Queremos ser protagonistas da revolução tecnológica. Queremos compartilhar os frutos do progresso. Não aceitamos ser espectadores da História.

O amplo espectro de nossa presença no cenário do comércio internacional comprova que a trajetória do desenvolvimento somente será viável com o domínio científico e tecnológico por parte de empresas e governo conjuntamente. Na busca desse objetivo, não podemos deixar de voltar nossas atenções para as crescentes possibilidades de cooperação entre países em desenvolvimento. O Brasil e a China já dão passos concretos em tal sentido, de que são testemunho os entendimentos para a construção de satélites de sensoriamento remoto.

Vale também considerar que, em outros setores de atividades envolvendo tecnologia de ponta, como a indústria aeronáutica, o Brasil já está cooperando ativamente com outros países. Atualmente, aeronaves brasileiras são encontradas em diversos mercados, até mesmo de países desenvolvidos como os Estados Unidos da América, a França e a República Federal da Alemanha. Embora ainda de forma incipiente, produtos de alta tecnologia como robôs para uso industrial estão sendo também comercializados para a Europa.

Conferindo alto significado à expansão de seus laços de cooperação econômica com o mundo, o Brasil sabe que a desejada modernização de sua economia exige obrigatoriamente o recurso à importação. A entrada no país de bens, serviços e tecnologias que venham complementar nossos recursos e enriquecer nossos esforços de desenvolvimento é um aporte do qual não podemos prescindir.

O comércio é uma via de mão dupla. Infelizmente, a crise da dívida externa reduziu em grande medida nossa capacidade de importar, tendo em vista o imperativo da geração de elevados saldos comerciais para o pagamento de nossos compromissos financeiros. Nenhum país em desenvolvimento, contudo, pode suportar indefinidamente uma política de severa contração de importações, sem o risco de frear seu crescimento econômico e levar seus parceiros a se retraírem em busca de alternativas comerciais.

O Brasil participa com espírito construtivo da economia internacional. Acreditamos que um intercâmbio fundado na reciprocidade de vantagens e na concorrência salutar constitui a pedra angular de relacionamentos comerciais frutíferos e duradouros. Somos, por isso, uma nação aberta à cooperação com todos os povos. Não desejamos a autarquia econômica. No mundo de hoje, a experiência de modelos fechados deu lugar a visões de maior pragmatismo e realismo, e um dos exemplos mais eloqüentes dessa transformação está na própria China, que, com sua atual política de abertura ao exterior, lança as bases de sua modernização econômica.

No que toca mais diretamente ao comércio sino-brasileiro, quero recordar que, em 1974, quando o Brasil e a China estabeleceram relações diplomáticas, o intercâmbio limitava-se a US\$ 19 milhões nos dois sentidos. Em 1985, essa cifra alcançou o total recorde de US\$ 1.236 (um bilhão e duzentos e trinta e seis milhões). Em 1985 e 1986, a China foi o segundo mais importante mercado para as exportações brasileiras dentre os países em desenvolvimento.

As exportações brasileiras para a China chegaram a US\$ 817,5 milhões em 1985, caindo em 1986 para US\$ 517,5 milhões e US\$ 334 milhões no período de janeiro a novembro de 1987. Tanto em 1985 quanto em 1986 os produtos siderúrgicos representaram mais de 65% de nossas vendas. Outros produtos importantes foram os petroquímicos, o minério de ferro, o alumínio, o fumo em folha, óleos vegetais, papel. Mais recentemente, começamos a vender igualmente madeira.

No que se refere a vendas chinesas ao Brasil, foram registrados os valores de US\$ 418,5 milhões em 1985, US\$ 289 milhões em 1986 e US\$ 263 milhões entre janeiro e novembro de 1987. O petróleo tem sido responsável pela quase totalidade dessas vendas, cabendo assinalar, no entanto, que, a partir do ano passado, o Brasil passou a importar carvão siderúrgico chinês.

Como se observa pelos dados acima, o comércio sino-brasileiro experimentou significativa queda após os valores recordes atingidos em 1985. Esta tendência negativa pode ser atribuída a fatores conjunturais, mas há também razões de caráter permanente para explicar as oscilações sofridas pelo comércio bilateral: limitações mútuas no que se refere às possibilidades de financiamento das exportações, desconhecimento recíproco em grande número de áreas, dificuldades em matéria de fretes e, principalmente, a concentração excessiva em poucos produtos das respectivas pautas de exportação e importação.

A fim de superar tais obstáculos, devemos usar nossa imaginação criadora, para que nosso intercâmbio possa experimentar crescimento contínuo e estável, com inclusão de novos produtos no fluxo de comércio bilateral. Nesse sentido, cito novamente, como um exemplo positivo, a decisão do Governo brasileiro de passar a importar carvão metalúrgico da China.

Ultrapassando a fase de um simples relacionamento comercial, o Brasil e a China começam a aproximar-se também no campo da cooperação econômica. A China já realizou dois investimentos de risco em indústrias de transformação no Brasil (ferro-gusa e madeira). Há cinco escritórios de representação de corporações chinesas no Brasil: MINMETALS, SI-

NOCHEM, CITIC, SINOTRANS e CHINALAMECA. No que toca à presença brasileira na China, há em Pequim escritórios de representação de três **tradings** (INTERBRAS, Cotia e FORLAB-CHITEC) e do Banco do Brasil. Além disso, cabe mencionar o interesse de firmas brasileiras em cooperar na implementação de projetos de infra-estrutura econômica na China.

Nesse contexto de progressiva aproximação entre os dois países, o Governo brasileiro está ciente de que uma estreita colaboração com Xangai, um dos mais dinâmicos e tradicionais centros econômico-comerciais da RPC, é de importância decisiva. Em 1984, foi assinado entre os dois países acordo consular que previa a instalação de Consulado chinês em São Paulo e de Consulado brasileiro em Xangai. O Consulado em São Paulo está em pleno e profícuo funcionamento, mas o nosso Consulado nesta cidade não pôde ainda ser criado. Esta minha viagem à China, esta minha passagem por Xangai fortalecem minha convicção de que esta é uma providência importante. Espero que em prazo não muito longo possamos efetivamente ter uma presença brasileira permanente em Xangai, capaz de contribuir de maneira eficaz para o estreitamento ainda maior de relações em que estamos todos tão vivamente empenhados.

reunião ministerial da cepal

Discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, na solenidade de abertura da 22ª Reunião Ministerial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

É com grande satisfação que, em nome de Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney, apresento as boas-vindas do povo e do Governo brasileiros aos ilustres participantes desta reunião ministerial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe.

Sente-se honrado nosso país em abrigar as deliberações de um foro que se transformou em verdadeiro patrimônio da região, construído pela inteligência, pelo descortino e pela dedicação de eminentes homens públicos que abraçaram as causas maiores de nossos povos.

Inaugurar esta Conferência é para mim um encargo muito grato, tanto pela oportunidade de participar pela segunda vez de um encontro da CEPAL como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, quanto pela singular coincidência de que a Comissão comemora hoje seu quadragéssimo aniversário. São quarenta anos de um trabalho valioso para o conhecimento das potencialidades da América Latina e do Caribe, e de um esforço ímpar para identificar estratégias inovadoras de desenvolvimento. Quarenta anos de trabalho marcados pela riqueza intelectual, pela criatividade, pela eficiência, tudo no propósito comum de vencer os desafios que a História nos legou.

A CEPAL foi a gênese do moderno pensamento econômico latino-americano. De seus diagnósticos e propostas nasceram sólidas concepções sobre a realidade de nosso continente. Raúl Prebisch, através de seus percu-

cientes e iluminados estudos, contribuiu para a conscientização de nossos problemas estruturais, mormente no tocante às disparidades entre a América Latina e os países desenvolvidos. A desigualdade e a assimetria das relações centro-periferia e a contaminação desses desníveis na própria dinâmica do desenvolvimento econômico das nações latino-americanas foram objeto da preocupação do ilustre pensador argentino. Hoje, esse diagnóstico está inegavelmente presente em toda a análise das relações econômicas internacionais, tendo sido ponto de partida para o redirecionamento do diálogo norte-sul, que, desde a década dos anos sessenta, ocupa a agenda das Nações Unidas.

Como órgão de vanguarda no pensamento econômico, a CEPAL tem oferecido relevantes serviços à América Latina e ao Caribe. A semente de seus estudos germina não apenas nos Governos, mas também nas universidades, nos centros de pesquisa, nos partidos políticos.

Para que essa contribuição frutifique cada vez mais em proveito de nosso desenvolvimento, é indispensável que a Organização das Nações Unidas continue prestando seu apoio à CEPAL quer em recursos humanos, quer em recursos materiais. Esse apoio, que, em última análise, encontra algumas de suas raízes substantivas em países aqui representados, é retaguarda essencial para viabilizar os resultados alentadores que já alcançamos.

Como foro de debate e reflexão, a CEPAL nos tem ajudado a focar as grandes adversidades que nossos países devem superar na busca de soluções propícias ao atendimento das legítimas aspirações de progresso e bem-estar de nossos povos. Infelizmente, os esforços da região em busca do desenvolvimento e de uma participação mais adequada na economia mundial continuam a encontrar obstáculos.

Enfrentamos hoje uma crise de imprevisíveis resultados. A dívida externa, as altas taxas de juros, as incertezas cambiais, a inédita queda dos preços dos produtos básicos e o protecionismo dos países industrializados penalizam perversamente as nações da América Latina e do Caribe.

No ano passado fomos convocados à Cidade do México para avaliar essa crise e refletir sobre as estratégias de desenvolvimento que nos cabe seguir. Como afirmei em meu pronunciamento naquela oportunidade, o Brasil considera não haver alternativa aceitável fora do crescimento econômico e da justiça social. A essas exigências básicas subordinamos nossa política e decisões estratégicas.

A evolução que desde então tem marcado a economia internacional confirma o acerto dessa orientação. Persiste uma disputa cada vez maior pelo comércio mundial. Recorre-se frequentemente a práticas de retaliação até mesmo contra parceiros em desenvolvimento. Os desequilíbrios inerentes às economias centrais continuam sendo transferidos para nossos países, aumentando a inflação, o desemprego e o risco de recessão. Permanecem estancados os fluxos de investimentos e empréstimos necessários à recuperação econômica dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, persistem os enfoques convencionais a respeito dos problemas que afetam nossas economias. As nações desenvolvidas se recusam a aceitar que a solução adequada para o problema da dívida externa deva passar necessariamente pelo exame de sua interação com a expansão das exportações dos países devedores para os países

credores. Paradoxalmente, em que pese à reiterada apologia retórica de um comércio sem fronteiras, os países credores vêm asfixiando as economias dos países devedores com um elenco de medidas neoprotecionistas identificadas com a contabilidade míope de seus balanços de pagamentos. Estamos, assim, submetidos hoje a duas lâminas cortantes em nosso relacionamento com as economias centrais: uma política monetária que nos penaliza com a elevação constante das taxas de juros e uma política comercial que nos dificulta ainda mais o acesso aos mercados consumidores.

O Brasil deseja pagar seus compromissos, como sempre o fez, mas para tanto é fundamental que o mundo credor crie condições de um diálogo justo que nos leve ao desenvolvimento e à conseqüente expansão de nossas riquezas.

O ambiente de instabilidade em que vivemos e a falta de perspectivas para o relançamento da economia mundial colocam hoje para nosso continente um desafio gigantesco. A América Latina e o Caribe precisam crescer. Pois do contrário não só verá comprometida sua estabilidade política, econômica e social, mas também não terá condições adequadas de uma participação mais efetiva na economia internacional.

Mas creio ter sido a principal conclusão de nossos trabalhos na Cidade do México, corroborada no dia-a-dia de nossa vivência dos problemas regionais, a de que era indispensável fortalecermos o espírito de solidariedade e cooperação entre nossos povos.

Hoje, aqui no Rio de Janeiro, damos seguimento a esse propósito. É tempo de unir forças os que têm os mesmos desafios e as mesmas esperanças. É tempo de exercer, com vigor, nossa vocação de unidade. Só assim, nas palavras do Presidente José Sarney, proferidas na Reunião de Acapulco, em novembro último, teremos condições de resolver por nós mesmos os problemas crescentemente complexos que caracterizam a sociedade contemporânea. Do contrário – é o prenúncio

grave do Presidente – teremos de nos resignar à dependência e ao atraso. E inspirando-me ainda naquele pronunciamento de Sua Excelência, não podemos permitir que a América Latina e o Caribe vivam da retórica do pessimismo e do lamento. Ao contrário, devemos trabalhar para assumir definitivamente as responsabilidades que a História nos impõe: a integração e a cooperação.

Tendo forjado sua própria visão crítica da realidade econômica mundial, a América Latina e o Caribe devem insistir em suas iniciativas junto aos foros internacionais com vistas ao estabelecimento de relações mais equitativas entre os Estados. Essa tarefa, para a qual a contribuição da CEPAL é de grande valia, torna-se urgente à medida que ocorrem rápidas transformações na economia internacional.

Sobre as nações em desenvolvimento, para atualmente a ameaça de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada, de um lado, no controle das tecnologias avançadas por parte de um reduzido número de países e, de outro, nas dificuldades impostas à grande maioria dos povos da Terra para acederem ao domínio do saber científico. Este fosso mais profundo e perigoso que a revolução tecnológica pode abrir entre as nações deve ser denunciado e combatido.

À nossa geração cabe não frustrar os anseios dos povos em desenvolvimento. Temos que assegurar nosso futuro e nosso direito a uma vida digna e próspera. E para tanto o caminho da modernidade é o que devemos trilhar. Caminho das inovações tecnológicas, do crescimento industrial, da captação de maiores investimentos, da elevação dos padrões de consumo e produção.

A estabilidade da América Latina e do Caribe depende da ampliação constante e coerente dos benefícios do desenvolvimento ao maior número possível de cidadãos. Não há paz duradoura em meio à pobreza e ao retrocesso. O continente, que hoje trata de aperfeiçoar seus caminhos democráticos, vê no êxito da sua lu-

ta pelo desenvolvimento a única forma de completar de maneira eficaz a realização de seus ideais e aspirações.

Nosso compromisso com a democracia, o desenvolvimento e a justiça encontra apoio e elevada inspiração nos princípios da Organização das Nações Unidas. Imbuído desses princípios é que pretendemos dar nossa contribuição para que prevaleça uma atmosfera internacional de compreensão e tranquilidade.

Assim como juntos redescobrimos a trilha da paz, da liberdade e da convivência democrática, também juntos trataremos de revitalizar nossos esforços de desenvolvimento. O Brasil tem a convicção de que essa tarefa passa obrigatoriamente pela construção de um espaço econômico comum. A integração é o caminho.

Hoje, a idéia da integração se fortalece expressivamente no âmbito regional, mesmo porque o cenário que vislumbramos para o próximo século começa a estruturar-se a partir de grandes conjuntos econômicos. O dinamismo produtivo, comercial e tecnológico desses novos espaços influenciará decisivamente a face da sociedade mundial. Nós, latino-americanos e caribenhos, não podemos deixar de acompanhar esse movimento para o qual já se dirigem vários países do mundo, superando seus antagonismos históricos e estabelecendo fortes esquemas econômicos associativos.

Os recursos naturais, a criatividade, a ciência e a técnica ao nosso alcance, o trabalho incansável de nossa gente, esses são os instrumentos básicos para que a América Latina e o Caribe construam o seu lugar ao lado dos que viverão condignamente no futuro.

Esses instrumentos que devemos mobilizar em benefício da nossa integração terão de responder às nossas singularidades, compreender nossas diversidades. Um só elemento, essencial como os outros, terá que ser mobilizado indistintamente por todos, pois sem ele não passaremos da retórica: a determinada, firme e esclarecida vontade política.

As gerações futuras da América Latina e do Caribe não deixarão de nos cobrar, ou nos agradecerão, os resultados dessa tarefa complexa e inadiável. A esse desafio a CEPAL deve incorporar-se com entusiasmo, propondo, como é de sua melhor tradição, enfoques originais, soluções renovadoras e interpretações criativas para a construção do futuro da América Latina e do Caribe.

O Brasil estará pronto a colaborar com suas inteligências e suas forças para esse projeto

conjunto, hoje enriquecido com o ingresso na CEPAL de Aruba, a cujos representantes nesta conferência damos nossas boas-vindas.

Formulando, em nome do Presidente José Sarney, os votos de pleno êxito para os trabalhos deste encontro, no qual depositamos tantas esperanças, tenho a honra de declarar inaugurada a Reunião Ministerial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe.

40º aniversário da assinatura da carta da oea

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, por ocasião da cerimônia do 40º Aniversário da Assinatura da Carta da OEA

Celebramos hoje o 40º aniversário da Organização dos Estados Americanos.

A OEA é o mais antigo organismo regional no mundo. Na realidade, o sistema interamericano, como tal, existe há quase cem anos, criado que foi na Primeira Conferência Internacional Americana, celebrada entre 1889 e 1890 em Washington. Preexiste, portanto, enquanto instituição multilateral, à Liga das Nações, primeira organização política de vocação universal que se estabeleceu neste século.

Ademais de antigos, os laços que unem as nações do Hemisfério têm-se revelado sólidos.

Foram os próprios ideais, aspirações e interesses das nações americanas que determinaram formas e modalidades de ação adaptadas ao encaminhamento das questões do Continente. Cedo estabeleceu-se no Hemisfério a prática de concertação política e da união de esforços com vistas à solução de problemas comuns. Foram as nações americanas capazes de prenunciar as modernas formas de convivência internacional, pautadas na busca da convergência de interesses e na atenuação e superação dos conflitos internacionais.

Criada no imediato pós-guerra, a OEA não deixou de refletir, no início de sua atuação, na década dos 50, a ênfase em questões ligadas à paz e à segurança continentais. Posteriormente, em consonância com as grandes transformações que ocorriam no âmbito universal, ligadas sobretudo ao processo de des-

colonização, incorporou decididamente a temática do desenvolvimento econômico e social. Mais recentemente, tem sido a OEA capaz de articular novas formas de atuação. Refiro-me aos mecanismos de promoção dos direitos humanos e a outras iniciativas, medidas e procedimentos criados para enfrentar os desafios postulados por alguns dos chamados "problemas globais", ou seja, aqueles que demandam a conjugação dos esforços de toda a comunidade das nações, como é o caso, por exemplo, do tráfico de entorpecentes.

Esse processo de evolução e amadurecimento tornou-se possível graças às reformas institucionais por que passou a OEA, em 1967 e em 1985. Nossa organização tem revelado ao longo de sua história notável capacidade de renovação, sem abdicar da profunda coerência intrínseca e da validade perene dos propósitos e princípios consagrados na Carta: a manutenção da paz e da segurança do Continente, a solução pacífica das controvérsias, a busca do desenvolvimento através da ação cooperativa, o respeito à soberania e independência dos países-membros, a igualdade de direitos e deveres dos Estados, o não-uso da força, o direito à autodeterminação dos povos e o preceito de não-ingerência nos assuntos internos ou externos dos Estados.

Neste momento histórico de fortalecimento das instituições democráticas do Continente, os propósitos e princípios da Carta da OEA servem de guia e de inspiração para o reforço da convivência interamericana. Dão-nos a certeza de que as relações entre os países do

Hemisfério permanecerão fundamentadas na vocação de paz, na liberdade, na democracia e no pluralismo, cujos instrumentos, no plano multilateral, são a disposição para o diálogo, a vontade de entendimento mútuo, o respeito às individualidades nacionais e a capacidade de encontrar soluções pacíficas e negociadas para as divergências.

Em sua política externa, o Brasil sempre observou o primado do Direito Internacional. Registramos, pois, com satisfação o fortalecimento através do tempo, especialmente dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, tal como consagrados na Carta. Conjugados com o respeito à pluralidade de ideologias, tais princípios conferem à Organização capacidade para se adaptar aos tempos que correm, habilitando-a a melhor enfrentar as suas tarefas.

A reafirmação desses princípios e do primado do Direito Internacional através da OEA cria as condições adequadas para o encaminhamento multilateral de questões que, se deixadas ao embate de interesses pela via bilateral, poderiam conduzir, não à harmonização da vontade dos Estados, mas ao aprofundamento das divergências.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

São ainda muitos os obstáculos à realização dos grandes ideais interamericanos. Na verdade, à medida que se adensam as relações entre os países-membros, estes obstáculos se tornarão mais complexos e diversificados. Exigirão um grau crescente de capacidade de inovação e de propostas criadoras.

As perspectivas são, nesse sentido, encorajadoras. A capacidade da América Latina de encontrar soluções próprias e originais para seus problemas está sendo demonstrada de forma exemplar na evolução do processo de paz na América Central. Há apenas alguns meses atrás pareciam remotas as possibilidades de encaminhamento rápido e satisfatório do processo de paz na América Central. Hoje, graças ao persistente esforço conjunto dos países diretamente afetados, dos países-mem-

bro dos Grupos de Contadora e de Apoio e dos Secretários-Gerais da OEA e das Nações Unidas, essas possibilidades existem.

Ainda muito recentemente foi possível lograr grandes progressos na pacificação interna da Nicarágua, por meio dos acordos de Sapóá, em cuja negociação e implementação o Secretário-Geral Baena Soares tem tido participação destacada. Já é mesmo possível vislumbrar perspectivas de conclusão de um Tratado de Amizade e Cooperação na América Central, que seria o coroamento do processo de paz, e que todos esperamos seja firmado o mais breve possível.

A contribuição que a OEA vem prestando para a solução da crise centro-americana é um entre muitos indícios significativos de sua nova vitalidade.

Acelerou-se o esforço dirigido ao combate à produção, ao tráfico e ao abuso de drogas.

Redobram-se nos últimos anos as iniciativas para a proteção e a promoção dos direitos humanos e garantias individuais no Continente.

No que diz respeito a direitos humanos, de resto, convém registrar o 40º aniversário da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada conjuntamente com a Carta, em Bogotá, em 1948. Também nesse aspecto, a OEA antecipou-se às Nações Unidas, cuja Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecidamente inspirada na Declaração Americana, foi adotada alguns meses mais tarde.

A ação da OEA se faz presente, ademais, através dos seus vários e inovadores programas de cooperação econômica, científico-tecnológica, educacional e cultural. A cidade de Brasília recentemente beneficiou-se de entendimentos que permitirão a cooperação da OEA no programa de despoluição do Lago Paranoá, vital para a saúde e o bem-estar da população da capital federal.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Em 1985, celebrou-se em Cartagena das Índias o Protocolo de Reformas da Carta. Serão agora institucionalizadas as mudanças indispensáveis para que a OEA assuma em sua plenitude o papel dinamizador das relações interamericanas, que já vem exercendo de fato. As reformas acordadas no Protocolo possibilitarão a simplificação dos trâmites administrativos da Organização, conferirão maiores poderes ao Conselho Permanente e maior capacidade de iniciativa política ao Secretário-Geral. Consagrarão ademais o pluralismo e o universalismo como parâmetros de participação da OEA. O Governo brasileiro estima que todos os esforços devem ser envidados para

que o Protocolo de Cartagena entre em vigor o mais breve possível.

O Presidente Sarney manifestou formalmente, em 1986, perante o Conselho Permanente da Organização, compromisso do Brasil com o fortalecimento e a revitalização da OEA.

Diretriz inquestionável da política externa do Brasil, o fortalecimento da OEA constitui tarefa a ser perseguida com determinação. Hoje, na ocasião em que nos reunimos para celebrar o 40º aniversário de nossa Organização, o Brasil renova seu compromisso com esse alto objetivo e manifestamos a esperança de que, unidos, saberemos alcançá-lo.

visita do vice-primeiro-ministro e ministro dos negócios estrangeiros do iraque ao brasil

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, por ocasião do jantar oferecido ao Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Senhor Tariq Faruk

Senhor Ministro,

Em nome do Governo brasileiro, tenho a honra de saudar Vossa Excelência e sua importante comitiva e de estender-lhes minhas calorosas boas-vindas. A missão de que Vossa Excelência vem investido me permite saudar não apenas o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, país com que o Brasil mantém sólidos laços de amizade e cooperação, mas, também, o representante da comunidade árabe, que tantas e tão profundas raízes tem na vida brasileira.

A presença de Vossa Excelência em Brasília é demonstração renovada do elevado nível do relacionamento entre o Brasil e os países árabes. Estou certo de que esta visita muito contribuirá para a sua consolidação e ampliação e também nos oferecerá valiosa oportunidade para proveitosa troca de opiniões sobre outros temas do nosso interesse recíproco.

Senhor Ministro,

As relações entre os nossos dois países ganharam considerável alento a partir da intensificação de intercâmbio econômico-comercial mutuamente vantajoso, que tem como uma das suas características mais marcantes a presença, no Iraque, de milhares de profissionais brasileiros e de suas famílias. A presença desses brasileiros no país de Vossa Excelência, onde gozam da tradicional hospitalidade do povo iraquiano, reflete, sem dúvida, a densidade dos vínculos que ligam o Brasil ao Ira-

que e constitui fator adicional para que acompanhem de perto a situação iraquiana.

Transcorridas quase duas décadas das primeiras iniciativas oficiais concretas de desenvolvimento da cooperação entre nossos países, posso afirmar, com satisfação, que conjuntamente construímos expressivo acervo de realizações que nos cabe manter e aprimorar. Com efeito, o relacionamento econômico-comercial entre nossos países constitui marco significativo no contexto da cooperação Sul-Sul, no qual, aliás, avulta como exemplo a ser seguido pelos demais países em desenvolvimento. O Brasil acredita na importância e na viabilidade dessa forma de cooperação e lhe confere papel renovador no panorama internacional.

Neste particular, minha já longa experiência pessoal de contactos muito amistosos com as autoridades iraquianas, dentre as quais me orgulho de poder incluir Vossa Excelência, me reforça a percepção de que ainda há pela frente importante potencial de cooperação a ser explorado, em benefício de nossos países. As dificuldades econômicas que ora nos afetam, com suas repercussões negativas sobre o nosso comércio bilateral, nos obrigam a buscar soluções criativas e corajosas, pelas quais o Brasil e o Iraque, em esforço concertado, devem garantir a superação dos problemas de natureza comercial que presentemente dificultam a implementação de novas e relevantes operações nessa área.

Senhor Ministro,

Como país pacífico e democrático que pratica uma diplomacia baseada nos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, o Brasil acompanha com preocupação o desenrolar da situação no Oriente Médio e o prolongamento do conflito no Golfo.

Em relação ao Oriente Médio, temos reiteradamente apoiado as resoluções das Nações Unidas em favor de uma solução pacífica, justa e duradoura para o conflito, bem como expressado nossa preocupação com o aumento das tensões na região, em particular nos territórios árabes ocupados, recentemente agravadas pela decisão da potência ocupadora de deportar cidadãos palestinos de sua terra natal. Renovo aqui, Senhor Ministro, a posição do Brasil de que uma paz justa e duradoura no Oriente Médio só poderá ser obtida pela retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes, pelo pleno reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e à independência, e de todos os Estados da região de viverem em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Nesse sentido, o Brasil tem favorecido a convocação de uma conferência internacional de paz, sob os auspícios das Nações Unidas, em que seja assegurada a plena participação de todas as partes interessadas, inclusive e especialmente a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Senhor Ministro,

O prolongamento do conflito no Golfo nos causa profundo pesar, pela trágica perda de centenas de milhares de vidas humanas, pelo desvio de consideráveis recursos que poderiam estar sendo utilizados em programas de desenvolvimento e por suas implicações internacionais. Recentemente eleito para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil tem-se empenhado na busca de uma solução diplomática para o conflito. Nesse sentido, reitero o apoio do Brasil à Resolução 598 (1987) do Conselho de Segurança e aos intensos esforços desenvolvidos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de sua pronta e plena implementação.

Consciente de suas responsabilidades como membro do Conselho de Segurança, asseguro a Vossa Excelência que o Brasil continuará marcando sua atuação naquele órgão das Nações Unidas pela defesa objetiva e intransigente dos propósitos de paz e de segurança, a fim de que os trágicos conflitos no Oriente Médio e na região do Golfo possam ser solucionados pacífica e definitivamente.

Ao concluir, peço a todos os presentes que brindem comigo pela saúde e felicidade pessoal do Presidente Saddam Hussein e de Sua Excelência Tariq Aziz, bem como pela prosperidade do povo iraquiano e pela crescente amizade entre o Brasil e o Iraque.

visita do primeiro-ministro da tchecoslováquia ao brasil

Discursos do Presidente José Sarney e do Primeiro-Ministro da República Socialista da Tchecoslováquia, Senhor Lubomir Strougal, no Palácio Itamaraty, em 11 de maio de 1988

discurso do presidente José sarney

Senhor Primeiro-Ministro,

É com grande prazer que, em nome do Governo e do povo brasileiro, e em meu próprio, estendo as mais cordiais boas-vindas a Vossa Excelência e à importante delegação que o acompanha nesta visita ao Brasil.

Além de Brasília, Vossa Excelência visitará várias cidades e regiões do meu país.

Estou seguro de que este seu contato com a realidade brasileira, nas suas múltiplas dimensões, em muito contribuirá para o melhor conhecimento mútuo, fundamental à aproximação e à cooperação entre os Estados.

São, na realidade, antigos e sólidos os laços que aproximam nossos governos.

Há 70 anos, o Brasil estabelecia com a recém-formada República da Tchecoslováquia relações que durante a II Guerra Mundial foram mantidas com o Governo tchecoslovaco no exílio, e em 1948 retomadas com a República Socialista.

Conhecemos e apreciamos no Brasil a obra de Vossa Excelência em favor do desenvolvimento econômico e social do seu país e do aprimoramento de suas relações com outras nações, bem como sua contribuição para a causa do fortalecimento da paz e da segurança nacional.

Sob a condução esclarecida de Vossa Excelência, do Secretário-Geral do Partido Comunista tchecoslovaco, Milos Jakes, e do Presidente Gustav Hussak, a Tchecoslováquia é atualmente um país industrializado e moderno. Tem, ao mesmo tempo, sabido valorizar seu patrimônio histórico, suas tradições culturais e seu amor pelas artes e pelos desportos, que tanto concorrem para sua projeção internacional.

À ação de Vossa Excelência deve-se ainda o impulso que assumiu o processo de aprofundamento das relações entre o Brasil e a Tchecoslováquia. Muito admiramos no Brasil o grandioso patrimônio histórico e cultural cuidadosamente preservado na Tchecoslováquia, do que é exemplo notável a própria capital do país.

Desde sua fundação, no século X, Praga tem sido uma das metrópoles mais importantes da Europa. Nela misturam-se, em perfeita harmonia, a arte gótica e a barroca. É uma das mais belas cidades do mundo, fruto do talento e da cultura do povo tchecoslovaco.

O Castelo de Praga, testemunha de inúmeros acontecimentos históricos e templo de valiosos tesouros artísticos, é o símbolo dessa cidade, a um tempo antiga e permanentemente rejuvenescida.

Embora distante geograficamente, o Brasil jamais esteve afastado da cultura tchecoslovaca.

Tivemos na corte de D. Pedro II o pintor Ferdinand Krumholz, retratista da família imperial, cujas obras encontram-se no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro.

No limiar do século XX, os acordes inovadores da música de Smétana e Dvóřak atravessaram os continentes e trouxeram novas concepções de composição até nosso país.

Mais recentemente, o clássico da dramaturgia, O Bravo soldado Chveik, a revolução teatral do Lanterna Mágica e do Teatro Negro, o cinema e outras criações do gênio tchecoslovaço estimulam as artes no mundo e no Brasil.

Têm-se multiplicado nos últimos anos os contatos entre autoridades governamentais e representantes de empresas públicas e privadas de nossos países.

Novas áreas de atuação têm sido identificadas, com vistas a intensificar e dinamizar a cooperação bilateral.

Este trabalho conjunto, fruto da vontade política de ambos os governos, encontrará sua expressão formal no Acordo de Cooperação Econômica entre nossos países, que será firmado amanhã. Nele serão estabelecidas as metas do intercâmbio bilateral até o ano 2000 e preconizados os meios de atingi-las.

O Governo brasileiro envidará seus melhores esforços no sentido de implementar os objetivos do acordo.

Estamos convencidos de sua importância e dos benefícios que trará para nossas sociedades.

Senhor Primeiro-Ministro,

Solidamente baseadas na cordialidade, no respeito mútuo e na observância dos princípios de convivência internacional consubstanciados na Carta das Nações Unidas, as relações entre o Brasil e a Tchecoslováquia oferecem reais possibilidades de desenvolvimento.

Gostaria de reafirmar, nesta ocasião, a determinação do meu governo no sentido de tomar todas as medidas necessárias para dar expressão concreta ao propósito recíproco de cooperação que nos anima.

É, pois, com um sentido muito especial de amizade e de confiança no futuro que convido todos os presentes a me acompanharem num brinde à prosperidade do povo tchecoslovaço, à crescente intensificação das relações entre o Brasil e a Tchecoslováquia e à saúde e felicidade de Vossa Excelência.

discurso do primeiro-ministro lubomir strougal

Vossa Excelência, estimado Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores,

Chegamos do centro do Velho Mundo para entregarmos as saudações calorosas dos povos da nossa pátria ao povo do maior país da América Latina – à República Federativa do Brasil. Em si estamos a saudar o representante do Estado que, apesar da grande distância geográfica, bem conhecemos e cuja beleza, bem como o desenvolvimento agitado, apreciamos muito. Consideramos como grande honra, hoje, não só ouvir mas também ver como o país amigo, no lado oposto do Oceano Atlântico, está a progredir, bem como está a desenvolver-se na indústria, assim como na agricultura, o que investiu, só aqui em Brasília, no tesouro da arte mundial, graças a Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Prestamos a homenagem perante a jóia da moderna arquitetura da metrópole, cujo fundador foi o Presidente Juscelino Kubitschek, em cujas veias circulou também o sangue tcheco.

Havia muito que nos unia, já no passado, quando o nosso explorador Enrique Stanko Vráz trouxe para a Boêmia as primeiras notícias sobre o Brasil e em especial sobre a Amazônia. Quando o seu governo, como o primeiro de todos os países da América Latina, reconheceu a Tchecoslováquia restabelecida como Estado. Quando começamos a

construir as primeiras usinas de açúcar, destilarias e mais tarde as centrais elétricas e fábricas de cimento e começamos a comprar o seu café e minério de ferro. Hoje em dia, igualmente trocamos os valores culturais – os nossos leitores conhecem também a sua obra literária, Senhor Presidente –, competimos nos esportes, sobretudo no futebol, ou seja, conhecemo-nos de tal modo, que também a nossa diplomacia e política podem entrar nas relações úteis, mas sobretudo amplas, baseadas nos princípios da igualdade, respeito mútuo e não interferência. Por isso é de fato natural que pela primeira vez na história chegue ao seu país também o Primeiro-Ministro tchecoslovaco, a realizar conversações no nível supremo.

Com prazer proclamo que entre a Tchecoslováquia e o Brasil não existem problemas não resolvidos. Que nada impede o caminho da cooperação já tradicional, multiplicar as relações em todos os domínios, tendo em conta também o apoio mútuo aos esforços de impor a paz mundial, o desarmamento e a cooperação dos países, independente dos sistemas sociais.

Estamos a pensar também em nossas trocas comerciais. Já há dezenas de anos, o Brasil é um de nossos mais importantes parceiros econômicos. Bem nos conhecemos, sabemos o que um necessita do outro. Pois chegou o momento de mudar o comércio tradicional e orientá-lo para formas progressistas de cooperação, como as empresas mistas, inclusive em terceiros mercados. Já não podemos ficar contentes com aquilo que foi possível ontem, se de fato pretendemos de maneira dinâmica aumentar o volume e as somas de ontem, feitas em centenas de milhões, e convertê-las em somas de bilhões. É também por isso que viemos ao Brasil. Tal é o objetivo final de toda a série dos documentos econômicos que durante a nossa estada vamos assinar, sobretudo, o Acordo de Cooperação Econômica de longo prazo. Gostaria de crer que estamos a fundar novo capítulo nas relações econômicas entre os nossos países.

Estimado Senhor Presidente,

Vivemos uma época agitada. Depois de decênios de dificuldades internacionais, de tensão permanente e de ameaça de conflito global mundial, apareceu a esperança. Pela primeira vez na história, em Washington, foi assinado o Acordo, que não só reduz o número das armas mas que prevê a sua destruição. Estão em discussão outros importantes acordos sobre o desarmamento. Enquanto cada um deles nasce com dificuldades e até em dores, parece que o mundo verdadeiramente pode viver em paz e num período histórico ainda visível, eliminar a ameaça das armas nucleares – o maior inimigo da Humanidade da nossa época.

Gostaria de assegurar-lhe, Senhor Presidente, que a Tchecoslováquia socialista, mas também os nossos aliados no Tratado de Varsóvia, estão cheios de boa vontade. Queremos impor novo pensamento nas relações internacionais, excluir a guerra da vida da Humanidade, realizar o desarmamento na terra, no mar e no ar, mas também no Espaço Cósmico; tornar a paz o princípio moral irrefutável da política. Somos levados pelo esforço de defender o supremo valor humano e o direito da civilização – o direito à vida, que imediatamente obterá outras dimensões, se forem liberados os meios, dados às armas e às tropas, para a luta contra a pobreza, o analfabetismo e as doenças.

A Tchecoslováquia, que é chamada o coração, mas também o telhado da Europa, logicamente interessa-se por processos de paz no Velho Continente, literalmente pela filosofia da unida e bem ordenada casa européia. Também por isso apresentamos algumas iniciativas sobre a causa das armas nucleares e químicas e ultimamente proposta para a criação da zona de confiança, cooperação e das boas relações de vizinhança na linha do contato dos países do Tratado de Varsóvia e o do Atlântico Norte, que foi bem aceita igualmente pelos representantes brasileiros. Pois não sofremos pelo eurocentrismo. Bem sabemos que a paz e a segurança são inseparáveis. Por isso não afastamos da nossa atenção as preocupações dos

países distantes e ainda mais as atividades do seu Governo, Senhor Presidente.

Alegra-nos que na maior parte das questões mundiais tenhamos opiniões idênticas ou muito próximas, que o Brasil também seja o defensor decisivo da paz e da coexistência. Avaliamos os seus passos para a criação da Zona de Paz, Cooperação e Confiança no Atlântico Sul; as suas posições construtivas quanto ao conflito na América Central, desarmamento nuclear, militarização do Cosmo, que individual e conjuntamente testemunham sobre a responsabilidade do governo do seu país, sobre o seu esforço para impor a paz mundial e também a solução das inquietantes questões globais do nosso Planeta.

Estimado Senhor Presidente,

Alegro-me bastante que possamos finalmente apertar as mãos e conhecermo-nos pessoalmente. Aprecio muito as conversações concretas que realizamos, que com certeza influenciarão o novo desenvolvimento da cooperação já tradicional existente entre a Tchecoslováquia e o Brasil. Chegamos ao acordo que queremos atingir mais e sobretudo proceder de outra maneira na troca econômica mútua. Ambas as partes têm bastante boa vontade, mas também boas idéias de como avançar. Agora é necessário passar das grandes palavras e promessas às ações concretas. No espírito da tradição de amizade, que fundaram os nossos antecessores e que somos obrigados a passar com honra.

Levanto a taça para as ações do futuro e para a amizade e brindo:

- ao desenvolvimento ininterrupto e dinâmico das relações tchecoslovaco-brasileiras,
- à amizade dos povos e nações dos nossos países,
- à sua saúde e êxito na direção da República Federativa do Brasil, Vossa Excelência, Senhor Presidente,
- à saúde de todos aqui presentes!

comunicado conjunto

A convite de Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa

do Brasil, Sua Excelência o Senhor Lubomir Strougal, Primeiro-Ministro da República Socialista da Tchecoslováquia, realizou visita oficial ao Brasil, de 10 a 15 de maio de 1988.

2. Durante sua permanência, Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro Lubomir Strougal manteve conversações com Sua Excelência o Senhor Presidente José Sarney, foi recebido por Sua Excelência o Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, por Sua Excelência o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados e por Sua Excelência o Doutor Luiz Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

3. Com a presença de autoridades do Governo da República Federativa do Brasil e dos meios empresariais, o Senhor Primeiro-Ministro inaugurou solenemente, no dia 12 de maio, em São Paulo, a "Tchecoslovexpo", exposição comercial da Tchecoslováquia.

4. A visita, primeira de um Chefe de Governo da Tchecoslováquia ao Brasil, no ano do 70º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, transcorreu em ambiente de franqueza e amizade, refletindo o elevado nível de entendimento alcançado nas relações bilaterais e a vontade política de ambos os Governos de aprofundar a cooperação entre o Brasil e a Tchecoslováquia.

5. O Presidente José Sarney e o Primeiro-Ministro Lubomir Strougal passaram em revista as relações entre os dois países e verificaram, com satisfação, que a dinamização do intercâmbio de visitas de autoridades governamentais de alto nível tem contribuído para o seu fortalecimento. Expressaram a convicção de que o relacionamento bilateral apresenta possibilidades de crescente expansão com base nos princípios de igualdade de direitos, confiança recíproca e não-ingerência nos assuntos internos.

6. Os dois Chefes de Governo convieram em envidar esforços para desenvolver cada vez mais as relações econômicas, comerciais, culturais, esportivas e de cooperação científica,

técnica e tecnológica entre o Brasil e a Tchecoslováquia. Nesse contexto, assinalaram a importância da assinatura do Acordo de Cooperação Econômica entre os dois Governos, que cria condições para a intensificação das relações econômicas bilaterais. Ressaltaram que a convocação periódica da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia representa um instrumento importante para a avaliação e o planejamento do intercâmbio econômico-comercial, adaptando-o às crescentes potencialidades econômicas de ambos os países.

7. As duas Partes intercambiaram pontos de vista sobre a presente situação internacional e reafirmaram sua adesão aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas. Expressaram sua convicção de que o diálogo e a negociação são instrumentos indispensáveis para o fortalecimento da paz, da segurança e da cooperação internacionais.

8. O Presidente Sarney e o Primeiro-Ministro Strougal reafirmaram o compromisso dos seus Governos com o objetivo do desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional. Com esse propósito em mente, saudaram a conclusão pelos Governos norte-americano e soviético do Tratado sobre a eliminação das forças nucleares de médio e curto alcance e demonstraram a sua expectativa de que esse entendimento abra caminho para novos acordos, ainda mais abrangentes, em outras áreas do desarmamento. Nesse processo, de legítimo interesse para todos os Estados, defendem a vinculação das negociações bilaterais aos esforços desenvolvidos nos foros multilaterais de desarmamento, em particular na Conferência de Desarmamento, dotada de mandato negociador.

9. O Presidente Sarney e o Primeiro-Ministro Strougal ressaltaram o papel central das Nações Unidas no tratamento das questões de desarmamento e a importância que seus Governos atribuem à III Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento, quando esperam seja reafirmada a validade dos princípios e prioridades do Documento Final da I Sessão Especial, em 1978, aprovado por consenso.

10. As duas Partes se pronunciaram em favor da proscricção total, universal e não-discriminatória das armas químicas e pela eliminação dos estoques existentes. Neste contexto, as Partes expressaram a necessidade da pronta conclusão de uma Convenção sobre a proibição da produção, do desenvolvimento e da estocagem de armas químicas e sua destruição, no âmbito da Conferência de Desarmamento em Genebra.

11. Os dois Chefes de Governo assinalaram que a criação de zonas desnuclearizadas, assim como de zonas de paz e cooperação em várias partes do mundo, contribuiria de maneira significativa para o fortalecimento da confiança e da segurança internacionais.

12. O Primeiro-Ministro Lubomir Strougal expôs ao Presidente José Sarney, de forma pormenorizada, o elenco das iniciativas em prol da paz dos países-membros do Pacto de Varsóvia, inclusive a proposta conjunta da República Socialista da Tchecoslováquia e da República Democrática Alemã de criação de um corredor sem armas nucleares e de uma zona livre de armas químicas na Europa Central. Também expôs a iniciativa da Tchecoslováquia para a criação de uma zona de confiança, cooperação e boa vizinhança na linha de contato entre os países-membros do Pacto de Varsóvia e a OTAN. O Presidente Sarney agradeceu a exposição e indicou que o Governo brasileiro vê com simpatia todas as iniciativas que contribuam para a efetiva redução de tensões no plano internacional.

13. As Partes ressaltaram a importância do apoio de todos os Estados à implementação da Declaração adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1986 sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, que corresponde não apenas aos anseios dos povos em desenvolvimento ribeirinhos, mas também aos de toda a comunidade internacional.

14. As Partes saudaram, ainda, os resultados da Conferência Internacional sobre a Relação entre Desarmamento e Desenvolvimento realizada em Nova York, no ano passado,

marco expressivo na consolidação do ideal, por todos acalentado, do redirecionamento de recursos hoje destinados à corrida armamentista, sobretudo a nuclear, para o desenvolvimento econômico e social, em particular dos países em desenvolvimento.

15. Os dois Chefes de Governo manifestaram sua profunda inquietação com a persistência de graves desequilíbrios na economia mundial, cujas conseqüências atingem mais duramente os países em desenvolvimento. Reiteraram seu apoio à promoção de negociações globais para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional duradoura e equitativa.

16. Referindo-se ao problema do endividamento externo, ambas as Partes reafirmaram que esta situação exige soluções abrangentes, que respeitem a soberania nacional e permitam a retomada do desenvolvimento econômico dos países devedores. Ressaltaram que, para estes, o protecionismo comercial constitui sério obstáculo à geração dos recursos necessários ao pagamento de seus débitos externos.

17. Ao avaliar os conflitos regionais, os dois Chefes de Governo convieram em que devem ser buscadas soluções pacíficas com base nas normas de direito internacional, enfatizando a observância dos princípios de não-ingêrência, respeito à soberania, igualdade de direitos ao desenvolvimento independente, de acordo com a Carta da ONU.

18. Em relação à situação na América Central, as duas Partes enalteceram os esforços pacifistas desenvolvidos pelos Grupos de Contadora e de Apoio, assim como a assinatura dos Acordos de Esquipulas 2. Reiteraram que a implementação desses acordos por todos os países participantes é a única opção viável para eliminar a tensão nesta parte do mundo. Nesse sentido, expressaram sua satisfação com a recente assinatura dos acordos de Sapoá. A Parte tchecoslovaca manifestou seu apreço pelo papel ativo do Brasil na busca de solução pacífica da crise na América Central.

19. As duas Partes manifestaram sua preocupação com a perigosa situação de crise na África Austral, que exige a busca imediata de uma solução pacífica. Reiteraram seu total repúdio ao odioso regime de **apartheid** e condenaram decididamente a política desestabilizadora da África do Sul contra os países vizinhos independentes da África. Reafirmaram sua solidariedade com a justa luta pela independência da Namíbia e seu apoio aos termos da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

20. No tocante à situação no Oriente Médio, as Partes expressaram sua preocupação com os recentes acontecimentos nos territórios árabes ocupados por Israel. Deploraram a violenta repressão contra as manifestações da população palestina, bem como as violações às suas obrigações, como potência ocupante, nos termos da Convenção de Genebra de 1949 sobre a Proteção de Civis em Tempos de Guerra. Reafirmaram a urgente necessidade de ser encontrada uma solução justa, abrangente e duradoura para essa situação de conflito, que permita a todos os Estados da região viverem em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Expressaram nesse sentido seu apoio à convocação de uma conferência internacional de paz sobre o Oriente Médio, sob os auspícios das Nações Unidas, com a participação de todas as partes envolvidas, inclusive a OLP.

21. As Partes expressaram sua preocupação com o prolongamento do conflito entre o Irã e o Iraque e, em particular, com a intensificação de ataques militares a centros urbanos e com o uso de armas químicas na guerra. Ao reiterarem sua convicção sobre a urgência de uma solução justa e pacífica para o conflito, sublinharam seu apoio à Resolução 598 (1987) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a necessidade de sua pronta e plena implementação.

22. Tendo-se desenrolado as conversações em atmosfera cordial e amistosa, as Partes manifestaram sua satisfação pelos resultados da visita, que contribuirá para o desenvolvimento futuro das relações entre os dois países e para o fortalecimento da paz mundial.

23. O Primeiro-Ministro Lubomir Strougal transmitiu ao Presidente José Sarney sua gratidão pela generosa hospitalidade com que o Governo e o povo brasileiro o receberam, assim como a delegação que o acompanha. Em nome do Presidente Gustav Hussak, formulou convite ao Presidente para efetuar visita oficial à Tchecoslováquia. O convite foi aceito com prazer, devendo as datas serem acordadas oportunamente por via diplomática.

brasil, em 12 de maio de 1988

Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, assinado por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Lubomir Strougal ao Brasil

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo da República Socialista da Tchecoslováquia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Tendo em conta o interesse dos dois países em desenvolver e diversificar suas relações econômicas;

Tendo presentes os princípios de cooperação consubstanciados no Acordo de Comércio firmado entre ambos os Governos em 19 de julho de 1977, e

Com o objetivo de fortalecer a cooperação em todas as áreas de sua relações bilaterais, a fim de assegurar seu desenvolvimento dinâmico e a longo prazo,

Acordam o seguinte:

Artigo I

Princípios da Cooperação

1. Na medida de suas possibilidades, as Partes Contratantes criarão condições favoráveis para ampliar sua cooperação econômica, em bases de vantagens recíprocas e equilibradas a longo prazo.

2. Para alcançar esse objetivo, as Partes Contratantes buscarão um aproveitamento mais efetivo de suas potencialidades econômicas, técnicas, tecnológicas e científicas.

3. Ainda dentro de suas possibilidades, as Partes Contratantes buscarão:

- a) criar condições favoráveis à realização de uma efetiva colaboração entre empresas, organizações e instituições interessadas dos dois países;
- b) incentivar atividades destinadas à ampliação dos conhecimentos e informações sobre as condições e possibilidades econômicas mútuas, e
- c) estimular a participação de uma das Partes Contratantes em feiras, exposições e simpósios organizados pela outra Parte Contratante.

4. As Partes Contratantes se comprometem a envidar esforços para lograr maior dinamismo em sua cooperação econômica, com o objetivo de que, no ano 2000, o valor do comércio entre os dois países atinja o patamar mínimo de 1 bilhão de dólares dos Estados Unidos da América.

5. Anexas ao presente Acordo encontram-se listas indicativas de produtos e projetos que deverão contribuir para a dinamização do comércio bilateral.

Artigo II

Formas de Cooperação

1. As Partes Contratantes favorecerão a cooperação econômica tanto bilateral, compreendidas nesta as atividades conjuntas em terceiros países, quanto multilateral, através de medidas tendentes a:

- a) aproveitar a capacidade de absorção dos mercados internos dos dois países, a fim de melhor satisfazer suas respectivas necessidades;

- b) aumentar e diversificar os volumes anuais do intercâmbio comercial recíproco;
- c) ampliar a colaboração comercial, pela utilização de operações compensatórias e de outra natureza, respeitados os compromissos internacionais de cada Parte Contratante;
- d) realizar empreendimentos conjuntos e atividades de cooperação na produção de máquinas e equipamentos, bem como atividades de cooperação técnica e treinamento de especialistas;
- e) estabelecer intercâmbio de informações sobre programas de investimentos futuros e sobre alterações das diretrizes e regulamentos concernentes a comércio exterior e a **joint-ventures**, e
- f) intensificar contatos entre autoridades dos dois países, sobretudo as da esfera econômica, e também entre empresários.

2. A cooperação econômica prevista no presente Acordo se realizará por meio de contratos a serem celebrados entre pessoas jurídicas independentes tchecoslovacas, autorizadas a operar em atividades econômicas externas, e empresas, instituições e operadores brasileiros, respeitadas as condições do mercado internacional e tendo presente a necessidade de compatibilizar as operações com os interesses das respectivas indústrias nacionais.

Artigo III

Áreas de Cooperação

Levando-se em conta as estruturas econômicas dos dois países, bem como seus respectivos programas de desenvolvimento econômico e social, as Partes Contratantes concentrarão os programas de cooperação previstos no presente Acordo nos setores energético, metalúrgico, de maquinaria, agropecuário, petroquímico, de saúde, mineração, transportes, materiais de construção e bens de consumo.

Artigo IV

Financiamento

1. Cada Parte Contratante envidará esforços para conceder recursos de financiamento até

o valor de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, para fomentar as exportações recíprocas dos produtos manufaturados mencionados no Anexo do presente Acordo.

2. A Parte tchecoslovaca se dispõe a participar na obtenção de recursos de até 150 milhões de dólares dos Estados Unidos da América para o financiamento dos custos locais de projetos realizados no Brasil, nas áreas mencionadas no Artigo III, dos quais venham a participar empresas, entidades e operadores da Tchecoslováquia. A concessão de tais recursos será feita caso a caso.

Artigo V

Execução do Acordo

Caberá à Comissão Mista criada pelo Artigo XII do Acordo de Comércio firmado em 19 de julho de 1977:

- a) supervisionar e avaliar a execução do presente Acordo;
- b) identificar e propor novas formas de cooperação, e
- c) incentivar acordos entre empresas, organizações e instituições dos dois países.

Artigo VI

Disposições Finais

1. O presente Acordo vigorará provisoriamente a partir da data de sua assinatura, e definitivamente quando, após as Partes Contratantes se terem reciprocamente notificado sobre o cumprimento de suas respectivas formalidades internas, for realizada a troca dos Instrumentos de Ratificação.

2. O presente Acordo vigorará até o dia 31 de dezembro do ano 2000, sendo, após essa data, renovado automaticamente por períodos sucessivos de dois anos.

3. A qualquer tempo, as Partes Contratantes poderão, por via diplomática e com uma antecedência mínima de seis meses, comunicar sua intenção de dar o presente Acordo por terminado.

Feito em Brasília, aos 12 dias do mês de maio de 1988, em dois exemplares nas línguas por-

tuguesa e tcheca, sendo ambos os textos autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República Socialista da Tchecoslováquia

Jean Sterba

ministro das relações exteriores da venezuela visita Brasília

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no almoço em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Embaixador Germán Nava Carrillo, em 16 de maio de 1988, no Palácio Itamaraty

Para quem vive o cotidiano da diplomacia, é gratificante testemunhar, em momentos como este, a união de vontades e a solidez da amizade recíproca entre duas nações. A presença de Vossa Excelência nesta Casa, Senhor Ministro, não me poderia inspirar outro sentimento.

Minha consciência de político e homem público sempre absorveu com toda nitidez a importância e a potencialidade dos laços entre o Brasil e a Venezuela. A vizinhança, a complementaridade econômica, a adesão aos mesmos princípios e valores, a convergência de interesses – tudo são fatores a estimularem nossa aproximação.

Hoje, orgulhoso de comandar o Itamaraty, venho tendo constantemente o privilégio de participar de notáveis avanços de nosso relacionamento. Vossa Excelência aqui se encontra para juntar-se a essa empresa e contribuir para seu êxito. Ao estender-lhe, Senhor Ministro, minha calorosa saudação, nesta visita com que tanto nos honra, quero transmitir a Vossa Excelência a firme disposição do Governo brasileiro de continuar a trabalhar para o fortalecimento de nossos vínculos.

Somos aqui – Vossa Excelência e eu – portadores da mesma vontade política. Aquela que se cristalizou no encontro de nossos Presidentes: a de criar uma nova era de unidade, integração e concertação entre o Brasil e a Venezuela. Somos aqui – Vossa Excelência e eu – instrumentos dessa vontade.

É uma nova História que nossos povos estão semeando. À tradição de convivência fraterna e amistosa entre brasileiros e venezuelanos, acrescentam-se novas conquistas, novas dimensões, novos rumos.

Diplomata experiente e talentoso, conhecedor da História brasileira e de nossa realidade, Vossa Excelência vem engrandecer o patrimônio da cooperação entre nossos países. Parte dessa tarefa é cumprida nesta grata visita de Vossa Excelência, na certeza de que não empreendemos uma ação isolada de Governos. O relacionamento brasileiro-venezuelano se enriquece, sobretudo, com iniciativas nascidas das genuínas aspirações de ambas as sociedades, revitalizadas em sua fé democrática, em sua índole pacífica, em seu trabalho diuturno em favor do desenvolvimento e do bem-estar de seus povos. A reunião de que estamos participando aqui em Brasília nestes dois dias – a Quarta Reunião da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela – destina-se justamente a dar cumprimento ao mandato que recebemos de nossos Presidentes no sentido de tornar mais intenso nosso diálogo e mais densa e proveitosa nossa parceria.

Acolho Vossa Excelência nesta Casa sem deixar de evocar os dias memoráveis da visita do Presidente José Sarney a Caracas. Aquela foi um marco histórico em nossas relações e nos traçou diretrizes firmes e abrangentes para o aprimoramento de nossa colaboração.

Graças à obra fecunda que estamos realizando, o Brasil e a Venezuela vislumbram hoje o

futuro com maior confiança. Quando o novo século já se avizinha, prenunciando grandes desafios, não podemos adiar nossos projetos comuns, nem conter nossas esperanças por uma realidade mais justa e próspera na América Latina.

Nossa missão é criar e transformar. É acreditar em nossa capacidade de realização. Somos chamados a garantir no mundo um lugar digno para nossos povos.

A cooperação, a solidariedade e a unidade são as ferramentas dessas conquistas. A diplomacia latino-americana tem vivido ultimamente uma rica experiência no estabelecimento das condições políticas necessárias para que o continente assegure seu destino. A nós cabe dar continuidade a esse trabalho, seja no plano multilateral, seja no plano bilateral. O exemplo de Acapulco, que consagrou a prática da concertação política entre nossos Governos, e as ações meritórias pela paz na América Central apontam para os caminhos de coletiva afirmação que a América Latina começa a percorrer.

A integração latino-americana há de contar com a contribuição decidida e enriquecedora do Brasil e da Venezuela.

É com a consciência do momento histórico, Senhor Ministro, que nos cabe hoje a satisfação de tê-lo aqui entre seus amigos e irmãos brasileiros. E é também com a certeza de que saberemos vencer os desafios que encaramos esta fase auspiciosa de nosso relacionamento.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças em um brinde à prosperidade e ao bem-estar da grande e fraterna Nação venezuelana, à felicidade de seu povo, ao progresso contínuo das relações entre nossos países, e à saúde e ventura pessoais de Sua Excelência o Senhor Presidente Jaime Lusinchi e do estimado Ministro Germán Nava Carrillo.

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da palestra do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Embaixador Germán Nava Carrillo, no Instituto Rio Branco

Vêm constituindo prática edificante na vida do Instituto Rio Branco as palestras e aulas proferidas a seus alunos por ilustres personalida-

des de nações amigas. Na abertura deste ano letivo, recebemos o ex-Chanceler do Uruguai e atual Presidente do BID, Enrique Iglesias, e hoje teremos o privilégio de nos beneficiar da preleção de outro prócer da diplomacia latino-americana.

Trata-se do Ministro das Relações Exteriores da República da Venezuela, Embaixador Germán Nava Carrillo.

O Itamaraty, o Instituto Rio Branco e eu, pessoalmente, estamos muito gratos a Sua Excelência por haver aceito o convite para este encontro por ocasião de sua visita ao Brasil. Iremos todos aqui – em particular, os futuros diplomatas brasileiros e os bolsistas estrangeiros que acolhemos no Instituto – mergulhar na visão, no pensamento e nas concepções do executor da política externa venezuelana.

Diplomata de carreira, o Ministro Nava Carrillo exerceu, entre outras funções, as de Ministro-Conselheiro em Londres, Delegado Alterno nas Nações Unidas, Embaixador no Egito, na Etiópia e na Costa Rica, Diretor de Política Internacional da Chancelaria, Representante Permanente na ONU e Diretor-Geral do Ministério das Relações Exteriores, cargo este que ocupava no momento de sua designação como titular da Pasta. Participou de inúmeras conferências internacionais e de negociações envolvendo questões de sensível importância e interesse para seu país.

Estamos ao lado, portanto, de um autêntico profissional da diplomacia. Digo isto não só com admiração e respeito pela trajetória que o conduziu ao posto supremo do serviço exterior venezuelano, mas também procurando acentuar a convergência – e não uma diferenciação, como poderia parecer – entre as raízes de sua formação e minha condição de homem público de origem político-parlamentar.

Tenho dito sempre que as virtudes básicas do diplomata são as mesmas do político e vice-versa, e hoje essa mútua identificação fica perfeitamente clara com a presença, nesta cerimônia, do Ministro Nava Carrillo. Aqui se encontram o político transformado em diplomata e o diplomata redimensionado em seu universo político – ambos munidos da mesma vocação de serviço preexistente às funções que

ora desempenham, e ambos agora enriquecidos em suas aptidões essenciais pelas novas experiências de cada um.

Vossa Excelência, em um testemunho significativo da relevância que seu Governo atribui à maior aproximação com o Brasil, veio prestigiar hoje a escola de formação de nossos diplomatas. Sua vinda ao Instituto Rio Branco nos faz reviver a homenagem com que distinguiu a diplomacia brasileira, há cerca de trinta anos, o então Embaixador da Venezuela em nosso país, Mariano Picón-Salas. Em sua famosa "Despedida do Brasil", aquele grande homem público, escritor e humanista sublinhou, nestas palavras para nós muito honrosas, o conceito que lhe inspirava esta Casa: é o tipo de instituição que fixa para o homem uma meta e o incorpora às pautas e cânones de uma tradição; todos que a integram mantêm seu **status** em um nível de correção e eficácia; a instituição reflete sobre os membros que dela sejam dignos sua aura de respeito.

Inclino-me por acreditar que a visita de Vossa Excelência tem o sentido profundo de estimular uma cooperação promissora entre as instituições diplomáticas dos dois países irmãos. O Instituto Rio Branco está aberto a essa cooperação com a Venezuela, seja para troca de experiências e informações, seja para intercâmbio em matéria de preparação de diplomatas. Assim ficou demonstrado na viagem que sua Diretora, a Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, realizou a Caracas, em fins do ano passado, para contatos com a Academia Diplomática Pedro Gual.

Esta Casa, Senhor Ministro, tem sua tradição assentada na seriedade e competência de seu trabalho, mas nem por isso ela se basta por si própria. A diplomacia brasileira vive um constante aprendizado. Realizamos, anualmente, cursos de aperfeiçoamento e de altos estudos para nossos diplomatas. Cultivamos o hábito da reflexão e do debate. Promovemos a pesquisa, o intercâmbio com o mundo acadêmico, nacional e estrangeiro, e o contato com todos os setores da sociedade.

Para enriquecer todo esse aprendizado é que teremos aqui a honra de contar com a contribuição da inteligência, do talento, da experiência e do conhecimento dos temas internacionais do Ministro Germán Nava Carrillo.

Vossa Excelência, pois, com a palavra.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Germán Nava Carrillo, por ocasião da palestra aos alunos do Instituto Rio Branco, em 16 de maio de 1988

La política exterior y las relaciones internacionales figuran entre los temas de mayor interés para el mundo contemporáneo. Su evolución, en especial después de la Segunda Guerra Mundial, muestra una gran cuota de dedicación con sentido de especialización en todos los países, cualquiera sea su naturaleza, dimensión, ubicación u orientación social.

De modo que encontrarme aquí, en el Instituto Río Branco de Brasil, órgano integrante del Ministerio de Relaciones Exteriores para la formación de cuadros diplomáticos, es un privilegiado motivo para sentirme complacido y compartir algunas reflexiones, que permitan ahondar en el conocimiento que en esta tierra amiga se tiene sobre Venezuela, como también en las perspectivas de las relaciones brasileño-venezolanas.

El auditorio en esta ocasión, integrado principalmente por diplomáticos, egresados y cursantes de una academia diplomática cuyo prestigio está reconocido ampliamente, es una razón más para ratificar la amistad de viejo cuño que une a Brasil y Venezuela, fortaleciéndola por los caminos de la comprensión y el conocimiento mutuos.

Con el objeto de sistematizar el tema, vasto y palpitante de la acción política de un país en desarrollo que ha hecho de la paz y la cooperación los caracteres básicos de su política exterior, me concentraré alrededor de cuatro aspectos principales que la describen en lo fundamental. Son ellos:

1. Lineamientos generales
2. Imagen de la comunidad internacional

3. La esfera regional
4. Actualidad de las relaciones con Brasil.

1. Lineamientos generales

Si se me pidieran sintetizar la naturaleza de la política exterior de Venezuela en un ejercicio puro de exégesis, no vacilaría en responder que la misma se sustenta en los principios éticos y de derecho de los que son sujetos todos los Estados en la sociedad internacional. Vale decir, que la participación activa de Venezuela en ese campo, cualquiera que sea el medio donde se realice, está dedicada a promover el entendimiento y el diálogo fructífero, a la cooperación y a la paz, propugnando principios de equidad, de justicia y, de manera relevante, el rechazo de toda concepción hegemónica, del uso – o de la amenaza del uso – de la fuerza, y en contra de cualquier forma de coacción económica, en favor de la solidaridad.

Lo cierto es que la actuación exterior venezolana, privilegiada en sus principios y objetivos por la Carta Constitucional de la República (1), corresponde a una tradición afirmada al comienzo de la era republicana. Recordar un poco la historia contribuirá a sustentar esta convicción.

El proceso de independencia de la América Hispana, lejos de ser un hecho aislado, insertó el conjunto de nuestras relaciones en una empresa común para afianzar la autonomía, ejercer la soberanía y consolidar la independencia. La cooperación y la solidaridad fueron entonces los signos de la descolonización, los mismos que dieron fuerza y consistencia a proyectos como el Congreso Anfictiónico de Panamá en 1826. Más adelante, en ese mismo camino, la diplomacia de las nuevas naciones mostraría su unidad conceptual en la tarea compartida por su reconocimiento internacional. Desde entonces, la solución pacífica de los conflictos, la igualdad de los Estados, el respeto mutuo y el ejercicio pleno de la libertad, han constituido piezas angulares de las relaciones americanas y de la política internacional de mi país.

Esa comunidad de intereses, esa percepción de la contingencia, determina y da textura peculiar a una solidaridad que es el libre desarrollo de profundas fuerzas sociales, como lo es también de una tendencia autóctona.

La Venezuela de hoy felizmente, es una nación con gobiernos democráticos electos en sufragio popular y, ahora que dicho régimen remonta más de treinta años, estamos más que nunca decididos a mantener la democracia como razón de estado. Para quienes conocen nuestra evolución política y social, este hecho, la afirmación de la democracia, corresponde al progreso de un sistema que ha encontrado su mejor fórmula de expresión en el amplio diálogo que conducen los partidos políticos venezolanos; en la colaboración activa ante los grandes problemas u objetivos nacionales; en la convicción común de mantener el régimen de libertades y de respeto de los derechos humanos.

Las experiencias del pasado fueron duras, difíciles, y su superación efectiva constituye pilar fundamental de la concordia que siempre se hace presente en nuestra escena político-partidista. La pluralidad de ideologías y de participación, lógicamente, conforma una plataforma múltiple en filosofías y tendencias. Ejemplo de esta situación puede observarse en la campaña electoral que se avecina para elegir, por séptima vez consecutiva en un lapso de 30 años, el Presidente de la República y renovar el Congreso, las Asambleas Legislativas y los Concejos Municipales.

En otro ámbito, Venezuela se siente comprometida con la promoción y la consolidación de la democracia en los demás países, especialmente en el continente americano, conforme lo estipula la Carta de la OEA. En ese sentido, la dinámica de democratización que experimenta la región, afirma perspectivas de concertación y diálogo político, tan necesarios como reivindicados por los dirigentes de pensamiento democrático.

Nuestra historia común, la de nuestras relaciones, se remonta a principios del siglo pasado. Es extensa y, por cierto, marcada de

signos positivos. A través del tiempo hemos establecido principios fundamentales, hemos diseñado maneras de entrelazarnos, hemos regulado el campo común de nuestros intereses con buenos resultados.

Todo ello desarrollado de manera continua, acorde con la evolución misma de nuestra comunidad de naciones, espacio y tiempo por delante, encuentra múltiples formas de expresión, tanto en su ser colectivo como por la vía de una intensa y amplia red de relaciones bilaterales.

En lo multilateral, contorno para el cual demostramos especial disposición, compartimos muchos objetivos e instrumentos para realizarlos, como se desprende del cuerpo de tratados y de organizaciones internacionales que nos ligan.

Resumiendo, Venezuela realiza su política exterior preservando los intereses fundamentales de defensa del territorio y seguridad de su población, dentro de un marco de respeto mutuo, no intervención y con una clara vocación pacifista, orientada al diálogo y la negociación, al multilateralismo, como también a la colaboración.

Por otra parte, y ello se evidencia en las distintas acciones que desarrolla, bilateral y multilateralmente, promueve la integración latinoamericana, un orden mundial equilibrado, el acercamiento entre los pueblos, la postulación de fórmulas pacíficas para la solución de los conflictos, el fortalecimiento de la paz, el desarme y, por su impacto sobre todo este conjunto de cuestiones y muchas más que concierne al tiempo presente, la vigencia efectiva del derecho internacional.

2. Imagen de la comunidad internacional

Este punto, vamos a dividirlo en dos proposiciones, siguiendo el esquema clásico de las relaciones bilaterales y multilaterales.

En cuanto concierne a las relaciones diplomáticas propiamente dichas, consideradas como el conjunto de países con los cuales se man-

tienen relaciones y se irradia un propósito, puede afirmarse que los postulados políticos de la nación venezolana han sido y lo son, profundamente latinoamericanistas y caribeños. Por ese motivo, existe un alto grado de concentración en los vínculos que nos unen con los países de la región, destacándose la intensa actividad que caracteriza nuestras gestiones en esa área. El acercamiento amistoso, el intercambio y el interés común por la paz y la seguridad, constituyen fuertes lazos para esa política de amistad y acercamiento, muy consustanciados con proyectos de cooperación.

Con los países de Africa y Asia, con los cuales converge en las causas comunes, Venezuela se ha propuesto una aproximación cada vez mayor, fundada en la solidaridad de intereses y en la compenetración de los postulados de la independencia, como también de autonomía en las cuestiones políticas internacionales. Este argumento fundamenta los principios del no alineamiento, que compartimos en su filosofía básica y en lo estructural, así como también la cooperación sur-sur, cuya significación hemos resaltado tanto en los hechos como en las tendencias.

Debo mencionar igualmente que nuestras relaciones con los países industrializados y con los de economía dirigida, se fundan en el respeto mutuo, el intercambio fructífero y en los nexos, la comprensión cultural y los intereses recíprocos. En términos globales, puedo señalar que Venezuela mantiene relaciones diplomáticas directas con todos los estados americanos y los países de Europa occidental y del este, siendo cada vez mayor el número de sus representaciones directas ante los países de Africa y Asia. El mes pasado, el Presidente Doctor Jaime Lusinchi realizó una importante Visita Oficial a Japón e Indonesia, hecho que pone de relieve esos propósitos de acercamiento.

Desde hace aproximadamente 12 años, establecimos una misión diplomática en Australia, cuya jurisdicción se ha hecho extensiva a otros países cercanos – es un modo de decirlo de esa región geográfica.

En el otro aspecto, Venezuela, como Brasil, es miembro fundador de las Naciones Unidas y de la extensa red de organismos especializados que constituyen su sistema. Hasta ahora ha formado parte del Consejo de Seguridad de la ONU en tres ocasiones, la última de ellas culminó el 31 de Diciembre de 1987. Allí ha participado activamente con presencia objetiva y ponderación en cuestiones cruciales, particularmente vinculadas al mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales.

En los distintos órganos de las Naciones Unidas, mi país ha dedicado su esfuerzo en favor de la descolonización y la erradicación del colonialismo, contra la discriminación racial, el **apartheid**, por el desarme y el control de los armamentos. Ha prestado especial interés a la cooperación económica, a las negociaciones internacionales en esa esfera fundamental, y también, desde luego, a la protección y promoción de los derechos humanos, al combate contra el terrorismo, la violencia y el consumo y tráfico ilícito de drogas, siendo una de sus prioridades la intensificación de la cooperación internacional frente a este último asunto.

En lo institucional, Venezuela suscribió la Carta de Deberes y Derechos de los Estados, la resolución sobre el derecho de los pueblos a la soberanía permanente sobre sus riquezas y recursos naturales, así como otros documentos fundamentales que traducen, en la letra, la incorporación de más de ochenta países independientes en la escena mundial, llamados a consolidar una legítima presencia dentro del espíritu democrático a que aspira el multilateralismo como fórmula política de convivencia pacífica y respetuosa.

En otro orden de ideas, se ha tomado conciencia de que la situación actual presenta una condición predominante, válida para todos los órdenes de la sociedad, ya sea esta nacional o internacional. El factor cambio actúa como una constante de aceleración también en las relaciones globales. Estas, a su vez, responden a una estrecha y generalizada interdependencia.

Ahora bien, esta condición para que no afecte, profundice o irrite las desigualdades naturales de las naciones, exige un tratamiento por la comunidad internacional. Debo señalar que países miembros de las Naciones Unidas han venido tomando iniciativas que contemplan claramente la situación, tratando de prevenir consecuencias negativas.

Bien sabemos que las tensiones, muchas veces más agudas de lo que podríamos suponer, reflejan en cierto modo la dificultad de las grandes potencias de aceptar cabalmente las nuevas reglas de juego, desarrolladas en los últimos cuatro decenios precisamente como resultado de los cambios que tuvieron origen en sus decisiones políticas al final de la Segunda Guerra Mundial. La rigidez de un mundo bipolar tiende pues a desaparecer, a desdibujarse como factor de cohesión, ¿o más bien de coacción? sobre el resto de los países.

A ello ha contribuido, mejor aún, debe contribuir la naturaleza de los cambios que ya hemos señalado como los generadores de las fuerzas sociales en su proceso natural de evolución. Uno de ellos, el reconocimiento de la interdependencia de tipo económico entre las naciones, como se desprende de los mecanismos del comercio internacional. Otro, de índole financiera, se ha puesto en evidencia a raíz de la agudización de la crisis de la deuda externa. Otro más, de carácter meteorológico y ambiental incluso, está demostrado en las modificaciones del clima y del entorno físico. Nuevos cambios insertan al desarrollo tecnológico como uno de los elementos más significativos para asumir una nueva sociedad y, con ella, el reconocimiento de los roles que a todos corresponden.

Un ensayo reciente sobre el cambio tecnológico publicado por W. Michael Blumenthal, en la Revista Foreign Affairs (2), pone de relieve el carácter revolucionario de la tecnología en las comunicaciones, los transportes, la industria, la agricultura, en fin, en el amplio espectro de la actividad y de la creación humanas. Las alternativas, si no son manejadas con criterio de igualdad y equidad, diría mejor de jus-

ticia, corren el riesgo de acentuar, quizás acelerar, las diferencias, esa famosa brecha – el **gap** – que separa el subdesarrollo del desarrollo. De ello nos hemos ocupado insistentemente, porque tenemos conciencia de las necesidades de nuestras poblaciones y de los anhelos de nuestras sociedades.

Muchas acciones se han propugnado en este camino. Tesis desarrollistas y procesos inspirados en ellas, no dieron los resultados esperados. Se ha recalcado la responsabilidad de los grandes países, de los industrializados, en el sistema económico internacional y la necesidad de correlacionar el desarme con el desarrollo. El endeudamiento exagerado es una de las consecuencias de esos procesos. Sin duda, la hora de las rectificaciones está presente, y es urgente, inaplazable, rediseñar tanto la industria mundial, como el comercio, los servicios, el uso de la tecnología, de las materias primas, de los flujos financieros, con un criterio de avanzada que nos oriente hacia una solidaridad sustentada en los intereses correlativos.

En este panorama internacional, voy a referirme sucintamente a la política petrolera de Venezuela en el contexto de sus relaciones exteriores, puesto que como proveedor confiable y seguro, nuestra gestión es bien conocida por los vecinos brasileños.

Nuestro país es miembro fundador de la Organización de Países Exportadores de Petróleo, asociación internacional de avanzada en la defensa de precios justos para las materias primas, para los productos básicos.

Muchas han sido las iniciativas que en ese camino hemos compartido con los países productores de petróleo, de carácter cooperativo, como el Fondo de la OPEP y la facilidad petrolera extendida a países de Centroamérica y el Caribe.

Como institución pionera de los países en desarrollo para la defensa de la soberanía sobre los recursos naturales, son muchos los logros de la OPEP. Actualmente, su acción se ha extendido en la consulta a otros países produc-

tores no miembros de la organización, con ese mismo espíritu de solidaridad.

Estas ideas e inquietudes conducen nuestra participación en ese universo de reflexiones, medidas, programas o proyectos que la comunidad de naciones atiende con reiterada disciplina, a veces con terca obstinación, pero siempre con genuinas aspiraciones para el entendimiento y la acción común, para la colaboración internacional.

Elemento de punta en este acercamiento con países de otras regiones consiste el definido apoyo a la medidas de desnuclearización por regiones y a la conformación de zonas de paz, avanzadas para América Latina en el Tratado de Tlatelolco las primeras y en la creación de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, las segundas.

Estas acciones, lógicamente, requieren de los terceros estados el respeto de su estatuto y exigen la abstención del uso de la fuerza o de la amenaza del uso de la fuerza, así como de cualquier otra manifestación con fines hegemónicos.

Quiero destacar especialmente el respaldo de mi país a la Zona de Paz y Cooperación en el Atlántico Sur. La misma se constituye no sólo en un medio para preservar la paz y la seguridad de la región entre las dos márgenes del Atlántico Sur, sino en una medida de fomento de la confianza entre los países que la integran, americanos y africanos, y una demostración generalizada de rechazo a presiones indebidas o pretensiones foráneas.

Por otra parte, al promover un acercamiento necesario, la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur refuerza radicalmente las luchas que compartimos contra el **apartheid** y por la independencia de Namibia.

3. La esfera regional

Antes afirmé la condición latinoamericanista de la política exterior venezolana. Procuraré ahora sintetizar algunos elementos que la ponen de manifiesto, especialmente aquellos

que por su vigencia y actualidad, pueden resultar más interesantes.

Más por el acontecimiento recientemente celebrado de los cuarenta años de la Carta que estableció la Organización de los Estados Americanos que por otra razón, puesto que el respaldo de Venezuela a la OEA ha sido una de sus prioridades en materia de política regional, creo obligado referirme a la condición del organismo como un logro fundamental en las relaciones hemisféricas. La labor que en ella realiza su Secretario General, el Embajador João Baena Soares, bien conocido en este recinto, ha merecido nuestro más amplio apoyo y reconocimiento.

La cohesión, cada vez más nítida que presentan nuestros países, realizados y reconocidos en muchos órdenes, más allá de la tradición de una buena literatura, de una imagen cultural acorde con los valores universales a la vez que de corte autóctono, es un hecho que actúa en forma creativa en nuestras relaciones y manifestaciones como región.

En ese sentido, las gestiones mediadoras que realizara el Grupo de Contadora (Colombia, México, Panamá y Venezuela), frente a la crisis centroamericana por su incidencia en la paz y la seguridad de la región, avalan, en la práctica, nuestros postulados, en términos de mantener los conflictos fuera de las tensiones este-oeste o de injerencias que le son intrínsecamente ajenas, de alcanzar soluciones por las vías del entendimiento y la concordia entre los propios interesados. Luego, la constitución del Grupo de Apoyo de Contadora: Argentina, Brasil, Perú y Uruguay. Y la creación del Grupo de los Ocho, generado sin duda en el contacto y frecuente encuentro de los anteriores, muestra la capacidad de acción de la región y la importancia de afirmar una diplomacia de concertación, de poner en vigor una posición negociadora que, por ser conjunta y común, está llamada a dar los mejores resultados.

Vemos con sumo interés los recientes procesos de Suriname y Haití que los restituyen a la vida democrática. Pensamos que la comunidad internacional debe ofrecerles respal-

do político y asistencia a fin de que evolucionen favorablemente hacia la afirmación del sistema democrático y el perfeccionamiento de sus instituciones.

Otros asuntos, muy importantes y prominentes, encuentran en la iniciativa regional, un apropiado canal de armonización, como es el caso de la deuda externa de los países de la región y el Consenso de Cartagena. Principios como el de la corresponsabilidad de la deuda por parte de acreedores y deudores, la necesidad de un crecimiento sostenido y adecuado de nuestros países que permita hacer frente a la carga del pago de la deuda sin afectar negativamente el nivel de vida de sus poblaciones, o limitar las nuevas inversiones, constituyen manifestaciones de indiscutible sensatez y relevancia.

En términos de prospectiva, vemos el proceso de integración como uno de los ejes de nuestra solidaridad regional. El reconocimiento que ha recibido como instrumento de crecimiento económico y de desarrollo social, inspira una política de apoyo y realización de dicha integración. Esquemas como el Pacto Andino y la ALADI corresponden a ese propósito. Sus ventajas se reflejarán, sin duda, en las economías nacionales de nuestros países, también en las relaciones intralatinoamericanas y, sin duda, frente al mundo industrializado.

Cuando asumimos las dificultades que asoman, peor aún, que se concretan, por las políticas proteccionistas de países industrializados que desconocen el valor social de nuestros trabajos y recursos, reafirmamos más aún las tesis de la integración.

De manera particular, quiero referirme al Tratado de Cooperación Amazónica, del cual son parte Brasil y Venezuela. En el marco de la cooperación, el tratado es de carácter excepcional por sus propósitos de colaboración entre un grupo de países en desarrollo y de preservación de sus recursos amazónicos, en la integridad del principio de la soberanía.

4. Actualidad de las relaciones con Brasil

Me ha parecido conveniente referirme abreviadamente en un título específico, a las actuales relaciones venezolano-brasileñas. Como me encuentro entre personas conocedoras del acontecer internacional, me limitaré a concretar unos cuantos señalamientos muy significativos para el conjunto de esas relaciones, los cuales explican, de suyo, la orientación de los nexos entre Brasil y Venezuela, su naturaleza y perspectivas.

Venezuela y Brasil se han aproximado mediante un diálogo que nos permite identificar objetivos fundamentales para la convivencia y la cooperación entre ambos países, como signos de una relación entre dos estados vecinos y amigos.

En el conjunto de mi exposición he tratado de resaltar las coincidencias más significativas, que tienen una correlación directa en la esfera de la política exterior. Países americanos ambos, a la vanguardia de las reivindicaciones de los países en desarrollo en aspectos fundamentales de la paz, la economía, el comercio internacionales, han sido suficientes las causas para constatar una voluntad de convergencia, un terreno propicio para el entendimiento y la colaboración.

Esta relación se fortalece por la afinidad de posiciones frente a los grandes problemas de la comunidad internacional y, particularmente, también en el plano regional. Asimismo, porque concurrimos en principios y posiciones evidenciados por una misma vocación pacífica, para alcanzar la paz y la estabilidad en el continente.

Brasil, por su parte, se nos presenta como un país polifacético, de múltiples recursos y potencialidades, con una enorme tarea por delante. En la pluralidad de sus regiones se manifiestan posibilidades que podemos llevar adelante, ya por la vía del intercambio, de la complementación o de la cooperación. Las capacidades desarrolladas por Brasil, por

ejemplo en el terreno industrial y de las nuevas tecnologías, constituyen un elemento que está llamado a jugar un papel sobresaliente en las relaciones.

En un recuento sucinto de las más recientes manifestaciones y registros de los vínculos brasileño-venezolanos, debo poner de relieve los siguientes, significativos y profundos, que muestran una aproximación que, con el sentido de la historia de nuestras relaciones cordiales y precisas, nos hemos preocupado por instrumentar.

Entre estas me complace señalar los siguientes:

Hemos trabajado de modo perseverante frente a la problemática centroamericana, compartimos la creación del Mecanismo de Consulta y Concertación Política que contribuirá a una mayor presencia política latinoamericana en el mundo. En otros foros regionales como el SELA, concurrimos en la constitución de una amplia asociación, conscientes de un destino unido.

En lo bilateral, las relaciones se ven realizadas como consecuencia de las muchas actividades que hemos emprendido en los últimos años y en el dinamismo que queremos imprimirles.

La visita que realizó a Venezuela el Excelentísimo Presidente José Sarney en Octubre del año pasado fue de especial significación y, como lo expresara el Presidente Jaime Lusinchi "marcó un hito en la historia de nuestras relaciones bilaterales". La visita fue ciertamente relevante para fortalecer el proceso de expansión democrática que experimenta el continente.

La declaración conjunta firmada en esa ocasión, reafirma las coincidencias en el plano internacional y regional; resalta la necesidad de intensificar bilateralmente acciones conjuntas para dar mayor fluidez a corrientes económicas comerciales, fronteras, culturales, como corresponde a la finalidad que inspira nuestras relaciones actuales.

El Compromiso de Caracas, suscrito en esa misma oportunidad, destaca la voluntad política de elevar a niveles más altos las relaciones brasileño-venezolanas. El Acuerdo en el área de las comunicaciones, correspondiente al convenio básico de cooperación técnica; y el Acuerdo de prevención, control, fiscalización y represión del consumo y tráfico ilícito de estupefacientes y psicotrópicos, se suman a las nuevas realidades en torno a las cuales cooperamos decididamente, como producto de vínculos en continuo estrechamiento y desafíos que se presentan a nuestras sociedades.

En la ALADI, la negociación del Acuerdo de Alcance Parcial N° 13, abrió nuevas posibilidades para nuestras relaciones comerciales. Es importante destacar los esfuerzos que conjuntamente realizamos, entre ellos la celebración en São Paulo del Primer Seminario Económico Comercial sobre Venezuela; el Primer Encuentro Económico Empresarial Brasil-Venezuela; la misión industrial brasileña de ABDIB (Asociación Brasileña para el Desarrollo de las Industrias de Base), con lo cual damos viabilidad a los proyectos de formación de empresas mixtas y a la posibilidad de participación en los mercados nacionales e internacionales.

Especial atención merece el impulso otorgado a las relaciones fronterizas, consustanciadas con el propósito afín de ambos países de desarrollar e incorporar activamente sus regiones de frontera al quehacer nacional. El grupo consular creado es un paso importante en el campo de las medidas sustantivas que pueden contribuir a situaciones de esa naturaleza.

No menor importancia revista la creación de la zona **Non-aedificandi** que establecimos a ambos lados de la línea fronteriza, concebida para preservar el desarrollo armónico y los vínculos de buena vecindad entre brasileños y venezolanos.

Considero oportuno resaltar el intercambio cultural como factor de acercamiento y como parte de una cooperación integral. Gran entusiasmo ha merecido la programación que realizamos con el concurso de la Comisión Mixta

Cultural. La pronta instalación de un centro cultural venezolano en la población de Boa Vista es, asimismo, un acontecimiento en nuestras relaciones.

Para concluir quiero referirme especialmente a la colaboración que ha sido posible realizar entre el Instituto Río Branco y los propósitos a él señalados en la organización más amplia de la Cancillería brasileña. Confío que en el futuro, ésta podrá incrementarse, dando paso a nuevas formas de cooperación, especialmente a través de la Academia Diplomática "Pedro Gual", órgano del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela para fines análogos. Esta viene a ampliar los objetivos del Instituto de Asuntos Internacionales, en cuyo seno ya hemos tenido oportunidad de escuchar a distinguidos diplomáticos brasileños.

Confío que este encuentro, unido a las actividades de mi visita a Brasilia, contribuirá a ampliar lo que es hoy día la realidad en nuestros lazos: una comunidad de ideas, intereses y aspiraciones que ha encontrado en los contactos y ejecuciones recientes, una vía cierta y promisoría para llevar a la práctica esa conexión con miras a los años por venir.

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cerimônia de abertura da IV Reunião Ordinária da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela

Senhor Ministro,
Senhores Delegados,

É uma grande honra para mim acolher novamente no Itamaraty o titular da diplomacia de um país irmão e vizinho do Brasil. Saudamos Vossa Excelência, Ministro Germán Nava Carrillo, e todos que integram sua comitiva, evocando os sentimentos de fraterna amizade e de profunda estima que nos unem à Nação venezuelana. Considero sua presença entre nós mais um sinal expressivo da vocação de diálogo, entendimento e concórdia que preside a história de nossas relações.

Vossa Excelência nos distingue com sua visita, a primeira que realiza a nosso país na

condição de Ministro das Relações Exteriores, para um encontro de trabalho entre o Brasil e a Venezuela. Encontro consagrado ao aprimoramento da cooperação bilateral e que responde a um mandato preciso e categórico de nossos Presidentes.

A missão que nos reserva esta Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela, cujos trabalhos ora se iniciam, não poderia, assim, revestir-se de maior responsabilidade. Aqui estamos em cumprimento à firme vontade política dos dois Governos, expressa na memorável visita do Presidente José Sarney a Caracas, no sentido de estreitarmos os laços de toda sorte entre nossos países e de promovermos a ação concertada que nos convém desenvolver em relação aos principais temas do cenário regional e internacional.

Em dois instrumentos dinâmicos e inovadores, os Presidentes Sarney e Lusinchi estabeleceram as pautas básicas e os objetivos primordiais da tarefa para a qual fomos convocados: O Programa de Ação e o Compromisso de Caracas. O primeiro versa sobre os múltiplos setores em que se ramifica nosso relacionamento – o intercâmbio econômico-comercial, a cooperação técnica, científica e tecnológica, a cooperação fronteiriça, os transportes, a cultura. No segundo, está consubstanciada a determinação dos Presidentes para que os órgãos governamentais de cada país adotem medidas efetivas com vistas ao aproveitamento integral das potencialidades de nossas relações.

É confortante verificar que o Brasil e a Venezuela superaram a fase das simples intenções para aperfeiçoar seu diálogo e sua parceria. Vencemos a timidez de propósitos e aspirações e damos conteúdo prático às nossas convergências.

A força da unidade brasileiro-venezuelana deixou de se refletir apenas no discurso ou nos atos formais. Hoje, as diretrizes comuns que imprimimos a nossos vínculos de cooperação se traduzem, com realce e vigor, nos próprios títulos dos instrumentos assinados em Caracas: ação, compromisso, programa.

São palavras de ordem que testemunham a firmeza de uma disposição política de somar esforços, definir prioridades, harmonizar interesses, sempre motivando os setores de nossas comunidades internas – Governo e iniciativa privada, empresários e intelectuais, políticos e homens de ciência – para realizações palpáveis que beneficiem o progresso e o bem-estar de cada população.

Temos, enfim, o Brasil e a Venezuela, uma agenda de trabalho para o presente e para o futuro. Trabalho a ser sempre executado com criatividade e a preocupação de assegurar as conquistas que nos permitam vencer nossos desafios e preparar nosso ingresso no século XXI.

Comprova tudo isto o alto grau de maturidade e confiança que atingiram as relações entre ambos os países, seja no nível político-diplomático, seja no econômico e no cultural. São relações disciplinadas por expressivo arcabouço jurídico, alicerçadas em uma tradição exemplar de convívio amistoso e identificadas com valores e aspirações fortemente sedimentados na alma de nossos povos: a democracia, a liberdade, a justiça, a dignidade humana, a paz, o desenvolvimento.

Estou convencido, Senhor Ministro, de que, transcendendo os limites do empreendimento comum que nos cabe impulsionar, como nesta reunião, o Brasil e a Venezuela estão prestando uma contribuição marcante para o futuro da América Latina. Trabalhamos para o fortalecimento do espírito de união e amizade no continente. Sepultando todo tipo de visão baseada em rivalidades e suspeitas anacrônicas, ajudamos a consolidar uma diplomacia séria e autêntica de solidariedade, de coordenação, de ação conjunta. Tudo porque comungamos dos mesmos ideais, enfrentamos problemas similares e nutrimos esperanças compartilhadas.

Renascidas para a democracia, as nações latino-americanas, com suas cicatrizes e seus sonhos, estão cada vez mais entrelaçadas pela História. Porque a democracia, como afirmou o Presidente José Sarney perante o

Congresso venezuelano, "nos dá a lição da unidade, da concertação, do entendimento e da identidade".

O Brasil e a Venezuela são protagonistas conscientes dessa nova História, revalorizando os ensinamentos precursores do Libertador Simón Bolívar ao preconizar, na antevisão do futuro que estamos agora tornando realidade, um continente fraterno e unido.

A integração entre brasileiros e venezuelanos é o objetivo, portanto, ao qual devemos consagrar, no seio desta Comissão, os melhores esforços de nossos Governos. Tenho certeza de que, ao final das deliberações a serem aqui celebradas, haveremos de chegar a resultados positivos. Elementos propulsores de uma maior cooperação entre nossos países serão os novos instrumentos que iremos formalizar no curso desta visita de Vossa Excelência, indicativos do horizonte cada vez mais amplo e promissor de nosso relacionamento:

- o acordo sobre faixa **non aedificandi** da fronteira;
- o memorandum de entendimento sobre a pavimentação da rodovia BR-174 no trecho entre Boa Vista e o Marco BV-8 na fronteira com a Venezuela;
- o acordo sobre co-produção cinematográfica;
- o acordo sobre a constituição de um grupo de cooperação consular;
- o ajuste referente à execução de projetos na área da cooperação técnica.

Dedicaremos, da mesma forma, especiais atenções ao estudo das possibilidades de incremento do intercâmbio comercial e da cooperação econômica. As compras brasileiras de petróleo venezuelano, a constituição de **joint-ventures** para produção de bens de capital e a troca de missões empresariais são temas deste encontro, que denotam as perspectivas favoráveis para a elevação de nossas relações a um patamar mais alto, condizente com a importância e a prioridade que nossos países

se atribuem reciprocamente em sua ação externa.

Estou feliz, Senhor Ministro, ao presidir na companhia de Vossa Excelência a abertura desta reunião, por comprovar a grande densidade e variedade dos assuntos que nos aproximam. Eu, que sempre fui um admirador da História e da cultura de seu país, conhecedor do valor e grandeza de espírito de seu povo, tenho tido a satisfação, na chefia da diplomacia brasileira, de contribuir para o aprofundamento de nossas relações de amizade e cooperação.

Diversas vezes estive em Caracas nos últimos dois anos, quer para encontros de caráter bilateral com o antecessor de Vossa Excelência, meu dileto amigo Simón Alberto Consalvi, quer para reuniões de alcance mais amplo, que nos juntavam aos representantes de outras nações irmãs do continente. Agora, assumindo a continuidade da diplomacia de seu país, Vossa Excelência me concede o privilégio de sua visita e a oportunidade de trabalharmos juntos em prol de nossas relações.

A intensidade e a intimidade desse convívio confirmam, precisamente, aquilo que o Presidente Jaime Lusinchi ressaltou em sua saudação de acolhida, em Caracas, ao Presidente José Sarney: "talvez nunca como hoje, nossos países se aproximaram tanto e nossos Governos se comunicaram ao calor de um diálogo tão construtivo e solidário, identificados plenamente com propósitos que julgamos fundamentais para o destino de nossos povos".

Aqui estamos, Vossa Excelência e eu, ao lado de nossos colaboradores, para dar seqüência a esse relacionamento e favorecer tudo quanto nos possa unir, da maneira mais sólida e duradoura. União que só reforçará nossa amizade e beneficiará nossos interesses comuns.

Formulo meus melhores votos para o êxito desta reunião, na qual o Governo brasileiro deposita muitas esperanças.

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cerimônia de assinatura de atos com o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Embaixador Germán Nava Carrillo*

Estamos concluindo intensas e frutíferas jornadas de trabalho em prol da unidade e da cooperação entre o Brasil e a Venezuela. Que sentimentos podem assaltar a todos que delas participaram senão a satisfação e o orgulho de saber que, ao final de nossas deliberações, alcançamos resultados expressivos?

Um grande momento, Senhor Ministro, viveram as relações brasileiro-venezuelanas com a presença de Vossa Excelência em nosso país e a celebração da Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Coordenação. Não o momento fugaz e isolado que se prestasse a renovar simplesmente nossa amizade – antiga e inquebrantável – e se perdesse na História por falta de ambições maiores.

Foi, acima de tudo, um momento de continuidade e realização. Continuidade na política de aproximação crescente entre as duas nações vizinhas. Realização por tudo quanto se refletiu na firmeza e coerência de nossos propósitos e inspirou os diversos e relevantes acordos hoje assinados, enriquecendo a obra diplomática que, nestes últimos tempos, têm contribuído para a intensidade de nosso diálogo e o incremento de nossa colaboração.

Os assuntos que ocuparam aqui a atenção de nossas delegações, ou que foram objeto de minhas conversações com Vossa Excelência, exprimem claramente a importância de sua visita. Demos cumprimento às diretrizes políticas traçadas pelos Presidentes Sarney e Lusinchi para o redimensionamento das relações bilaterais, para a materialização de nossas ações concertadas, de nossa vontade de integração, para a adoção, enfim, de medidas práticas e efetivas capazes de viabilizar os projetos que desejamos empreender em conjunto.

Os instrumentos que acabamos de assinar comprovam o elevado patamar de entendimento e cooperação alcançado pelo Brasil e pela Venezuela. Testemunho da vontade política de aprimoramento constante de nossos

laços, irão integrar-se ao aparato institucional de que já dispomos para a progressiva soma de esforços, de recursos e inteligência entre os dois países.

Congratulo-me com Vossa Excelência, Ministro Nava Carrillo, pela conclusão do acordo para o estabelecimento de uma zona **non-aedificandi** na fronteira. De relevante significado, esse instrumento reafirma o desejo de nossos povos de viverem irmanados em clima de harmonia e boa vizinhança.

Grande importância atribuímos, também, ao Memorandum de Entendimento relativo à construção e asfaltamento da rodovia BR-174 no trecho entre Boa Vista e o marco BV-8. Essas obras serão um passo decisivo para a integração física entre nossos territórios e estimularão o contato cada vez mais estreito entre as populações, o comércio fronteiriço e o intercâmbio de bens e serviços. Dizia-se, no passado, que o Brasil e a Venezuela davam-se as costas um ao outro. Este acordo demonstra que nos olhamos de frente e confiantes.

Para essa aproximação contribuirá, igualmente, o ajuste sobre transporte rodoviário de passageiros na área de fronteira.

Demos impulso às relações culturais e comerciais com a assinatura do acordo de co-produção cinematográfica. Confiamos em que esse instrumento trará acrescidos benefícios para os dois países, fortalecendo seu conhecimento mútuo e ampliando as oportunidades de um intercâmbio sempre mais diversificado.

A constituição de um mecanismo permanente de cooperação no campo das relações consulares foi objeto de outro acordo. A iniciativa terá significativo alcance do ponto de vista da adoção de medidas práticas e coordenadas que encaminham os problemas nessa área. O Ministério das Relações Exteriores prestará todo apoio para que o Grupo de Cooperação Consular funcione de maneira eficaz, valendo-se, inclusive, das experiências similares que já desenvolvemos com outros países vizinhos.

Quero realçar, da mesma forma, o significado do convênio destinado a colocar em execução o Programa de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Venezuela. A promoção da cooperação técnica com nações em desenvolvimento é um de nossos objetivos primordiais no âmbito internacional. Com ela, reforçamos a vertente sul-sul do relacionamento externo, abrindo espaços criativos e promissores para o apoio recíproco no campo do progresso econômico. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão criado no âmbito do Itamaraty para cumprir essa missão, terá um papel relevante na implementação do programa ora aprovado.

O número e a importância dos acordos firmados demonstram que, ao lado de nossas coincidências políticas, estamos desenvolvendo, em múltiplos setores, iniciativas concretas. Estamos construindo sobre os alicerces de

nossa amizade histórica uma nova realidade de cooperação e integração.

As sementes plantadas por nossos Presidentes germinam e frutificam. O Brasil e a Venezuela integram aquilo que Vossa Excelência tão bem definiu em sua palestra de ontem no Instituto Rio-Branco: "uma comunidade de idéias, interesses e aspirações que encontrou nos contatos e realizações recentes uma via certa e promissora para levar à prática esse relacionamento com vistas aos anos vindouros".

Ao retornar Vossa Excelência a seu país, quero que leve desta sua visita – mais do que o sentimento da missão cumprida, mais do que a satisfação pelos resultados obtidos – a plena certeza do empenho do Governo brasileiro de seguir trabalhando, intensamente, para o progresso de nossas relações.

(1) El preámbulo de la Constitución precisa la orientación de la política exterior en los siguientes términos: 1º mantener la independencia; 2º ...cooperar... en los fines de la comunidad internacional; 3º ...sustentar el orden democrático... y favorecer pacíficamente su extensión a todos los pueblos de la tierra.

(2) Vol. 66, N° 3. *American and the World* 1987/88.

* Vide na Seção "Tratados, Acordos, Convênios" a transcrição dos Atos, página 107

xi reunião plenária do conselho empresarial brasil-estados unidos

Discurso do Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, por ocasião da XI Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, em 1º de junho de 1988

Não poderia ser mais oportuna a realização desta Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Vejo nesta sala algumas das mais expressivas lideranças empresariais brasileiras e norte-americanas, responsáveis por vultosos interesses econômicos e, sobretudo, responsáveis pela manutenção e desenvolvimento das melhores relações possíveis entre o Brasil e os Estados Unidos da América. O êxito das atividades econômicas depende de muitas coisas: de competência política, de vitalidade social, e de dinamismo econômico. Estas, no entanto, são condições necessárias – mas não suficientes. Nossos países reúnem essas características, mas é preciso algo de fundamental para que se aprofundem suas relações comerciais, financeiras e econômicas. Estou falando de compreensão mútua, de boa vontade, de boa-fé, e sobretudo de confiança, de lado a lado. Para isto hoje estamos aqui. É este o sentido e a oportunidade que vejo na XI Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Façamos, pois, conjuntamente, algumas reflexões sobre os momentos que vivem nossos dois países e sobre as questões que se propõem ao sucesso de nossas relações.

Falei de entendimento mútuo. Da capacidade essencial de compreender as razões “do outro lado”, do parceiro e, mesmo, do competidor ou adversário. Comparemos deste ângulo as atitudes de nossos dois países.

Os Estados Unidos vivem um momento de notável prosperidade em sua história. São altas as taxas de crescimento econômico. redu-

ziu-se a inflação a níveis mínimos, o desemprego deixou de ser um problema, refletindo hoje a mera rotatividade funcional da mão-de-obra. Vive o país um período de harmonia política sem precedentes nos últimos 25 anos, o que permitiu ao governo a implementação de políticas consistentes, tanto interna quanto externamente. O encontro que se desenrola em Moscou entre o Presidente Ronald Reagan e o Secretário-Geral Mikhail Gorbachov é testemunho eloqüente do êxito de uma ação diplomática americana que soube distinguir entre o imperativo de reunir forças e a oportunidade de negociar para construir a paz.

Essas conquistas, naturalmente, não se fizeram sem custos para os Estados Unidos e para o Mundo. Toda a ação política audaz constitui, ao mesmo tempo, um lance de confiança no futuro – e uma hipoteca sobre o futuro. Os altos déficits orçamentários e os graves desequilíbrios na balança comercial restringiram a capacidade econômica dos governos ocidentais, estando no epicentro do gigantesco problema da dívida externa dos países latino-americanos. A ação diplomática centrada nos antagonismos entre as duas superpotências tratou como obsoleta uma visão da comunidade internacional baseada em projetos e sonhos comuns, para subordiná-la sempre ao dualismo Leste-Oeste. Em ambas as circunstâncias, na econômica como na diplomática, depararam-se os países ocidentais, desenvolvidos e em desenvolvimento, com decisões que consultavam prioritariamente os interesses dos próprios Estados Unidos e às quais deveriam, tanto no plano econômico como no

político, buscar adaptar-se. A resposta positiva dada por tantos países, entre eles o Brasil, a esses sérios desafios é testemunho da solidez de nossos ideais comuns; mas essa evidência de boa-fé e de boa vontade não nos pode fazer esquecer os graves problemas que dali resultam. No caso do Brasil, uma gigantesca dívida externa a ser equacionada num cenário internacional empobrecido pela ótica dualista, por um desinteresse ostensivo pelo multilateralismo e por uma visão do mundo que deixou de nutrir-se no paradigma essencial do progresso humano para todos.

Mas, retornando a meu paralelismo inicial entre a atualidade norte-americana e brasileira, posso dizer sem hesitação que não tem sido menos notável a história brasileira que se constrói sob nossos olhos. Realizamos uma transição política sem precedentes, por se ter originado de um consenso nacional, e não de acidentes políticos ou de rupturas institucionais. Mais do que isso, numa demonstração extraordinária de maturidade política, superamos o trauma da morte do Presidente Tancredo Neves, quando em semelhantes circunstâncias poucas nações, decerto, teriam persistido. Não se interrompeu a reconstrução democrática brasileira. Prova disto têm sido a determinação política do Presidente José Sarney e a tarefa admirável de repensar e recriar a que se dedica com rara paixão a Assembléia Nacional Constituinte.

E não nos deixemos enganar pela idéia de que a condução da democracia brasileira se esgota no plano jurídico-formal, ou jurídico-institucional. Os anos de autoritarismo marcaram sua presença numa diversidade de aspectos da vida nacional, não só na condução do Governo, mas na própria substância do Governo. Daí a necessidade, na área econômica, de formular, de repensar, de experimentar políticas. Se chegamos hoje à implementação de medidas consistentes de privatização de empresas estatais, como é exemplo recente, entre outros, a venda de ações pelo BNDES da empresa ARACRUZ, é porque concluímos pela natureza autoritária da estatização excessiva. Se adotamos há cerca de duas semanas medidas concretas para revisão da po-

lítica industrial brasileira, é porque concluímos que a democracia é incompatível com o isolamento, que o convívio internacional é uma manifestação sadia de pluralismo, enfim, que não se fortalece o liberalismo político sem doses certas de liberalismo econômico. Posso, pois, dizer com profunda convicção aos líderes empresariais brasileiros e norte-americanos nesta XI Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos que, solidificando-se a transição política brasileira, solidifica-se também, sob o Governo do Presidente José Sarney, uma transição econômica que privilegia as políticas liberais, o papel predominante do mercado e a inserção dinâmica da economia brasileira no sistema internacional.

Essas conquistas da nova democracia brasileira têm também seus custos. E requerem, igualmente, uma resposta positiva da comunidade internacional. No entanto, devo dizer, com franqueza, que temos encontrado, frequentemente, incompreensão e impaciência, e que são ainda mais freqüentes atitudes negativas e juízos injustos e precipitados. Ainda agora, empenha-se o Ministro Mailson da Nóbrega em recompor as relações do país com a comunidade financeira internacional e com as instituições financeiras multilaterais. Não é este o momento, nem o foro, para discutirmos a questão da dívida externa – e não é este meu ponto; o que quero propor é que este esforço do Governo brasileiro, com alto preço econômico e político, continua a não encontrar contrapartida em maiores e mais estáveis facilidades de acesso para produtos brasileiros no mercado internacional. No caso dos Estados Unidos vivemos hoje praticamente sob um regime de comércio administrado (**managed trade**), que, sob os pretextos mais variados, estabelece rígidos contingentes a nossas exportações. Mais do que isso, torna-se evidente que o tratamento dado ao Brasil em vários setores industriais, como por exemplo nos de têxteis e de produtos siderúrgicos, é muito menos favorável do que aquele obtido por nossos competidores, desenvolvidos e em desenvolvimento. Qual é a explicação para essa discriminação? Qual a explicação para esse desinteresse em relação ao Brasil?

Essas perguntas não deixam de ser retóricas. Ou seja, não pretendem provocar respostas diretas, tendo no entanto o mérito bastando de explicitar questões importantes. Estou convencido de que o sistema comercial internacional está em crise, necessitando profundas reformulações. Tanto nos Estados Unidos, como nas Comunidades Européias, no Japão, e em muitos outros países – e também no Brasil, por que não – as decisões de importar são tomadas por critérios políticos, administrativos, ou simplesmente casuísticos. Daí surgem as distorções e a certeza de que o comércio livre e o comércio justo estão sendo distorcidos por práticas discriminatórias. Pode mesmo acontecer que os prejuízos decorram de efeitos não desejados - como vem acontecendo, por exemplo, com as exportações brasileiras de frangos para o Oriente Médio, progressivamente aniquiladas pela guerra de subsídios entre os Estados Unidos e as Comunidades Européias. Em lugar de antagonismos, necessitamos de entendimento; em lugar de bilateralismo, necessitamos restabelecer as disciplinas eqüitativas dos entendimentos multilaterais.

É com este espírito que o Brasil vem participando de forma construtiva da Rodada Uruguai. O Brasil acredita no GATT, desejando fortalecê-lo como instrumento justo e eficaz para a promoção do livre comércio. Nossos interesses comerciais têm hoje escopo universal: de todas as quatorze áreas em que se subdividem as tarefas negociadoras da Rodada Uruguai, tem o Brasil interesse em todas elas. Por isso tomou o Governo brasileiro a decisão de participar plenamente dos trabalhos da Rodada Uruguai, como única forma realista de dar proteção adequada, em cada uma delas e em todas elas, ao interesse nacional. É claro que tal esforço espera ter, como contrapartida natural, uma atitude igualmente positiva e compreensiva por parte de nossos parceiros comerciais. Em especial por parte dos Estados Unidos da América.

Mas, nossos problemas vão além do meramente comercial, pois não serão menores os paradoxos na área de investimentos. Dispondo de uma legislação sobre capitais estrangei-

ros das mais estáveis do mundo, vê-se o Brasil objeto de uma campanha nos meios empresariais, nos meios financeiros, nos meios de comunicação, que insiste em descrevê-lo como um país que hostiliza o investidor internacional. Isto não é verdade. Apresentam-se de forma distorcida os debates da Assembléia Nacional Constituinte, como se, de igual maneira, devesse o mundo concluir que os Estados Unidos da América estão a ponto de fechar definitivamente seus mercados, julgando precipitadamente o teor de propostas discutidas no Congresso Norte-americano no âmbito da nova Lei de Comércio (**Trade Bill**). A essa impaciência e a esses juízos impacientes acrescentam-se dados mal interpretados, como aqueles relativos ao ingresso anual no Brasil de capitais de risco; ora, os Senhores, como empresários, sabem que a queda de investimentos estrangeiros no Brasil não decorre de novas restrições – que não existem – mas sim do ritmo das atividades econômicas propriamente ditas, e do difícil dilema que a questão da dívida apresenta aos investidores externos.

Não bastassem as dificuldades para nossas exportações e o quadro equivocado na área dos investimentos, e surgem ainda dificuldades que, além de precipitadas e inoportunas, parecem ter como objetivo primeiro o de criar hostilidades artificiais no relacionamento Brasil-Estados Unidos – tal é a desproporção entre os problemas alegados e o dano concreto que esses mesmos contenciosos provocam no convívio entre nossos dois países.

É este claramente o caso da informática. Há cerca de 28 meses tenho tido a responsabilidade direta de conduzir os entendimentos bilaterais sobre essa questão. O diálogo, naturalmente, tem sido proveitoso, já que tive oportunidade de esclarecer às autoridades norte-americanas e, muito particularmente, a esse extraordinário diplomata que é o Embaixador Clayton Yeutter, sobre uma infinidade de aspectos presentes e projeções futuras da Política Nacional de Informática. É, todavia, com grande frustração que verifico, após tão longo e minucioso trabalho de esclarecimento, continuarem as questões relativas à informáti-

ca a prejudicar as relações Brasil-Estados Unidos de forma desproporcional e injusta. Continuam as ameaças a nossas exportações em cifras que superam algumas centenas de vezes os prejuízos alegados; no que pesem todos os esclarecimentos dados, na mais perfeita boa-fé, continuam a ser criados cenários abstratos e negativistas sobre pequenos aspectos de procedimentos ligados à implementação da Lei de Informática, ou da nova Lei de Software; não obstante uma relação de confiança mútua e de perfeita credibilidade, construída ao longo de quase dois anos e meio, criam-se "hipóteses de desconfiança" que parecem não ter outro objetivo senão o de impedir o encerramento da disputa e o restabelecimento da plena normalidade das relações comerciais entre os dois países. Qual o sentido desta atitude? Mais do que isso, temos o direito de perguntar: é esta uma atitude que demonstre uma vontade de compreender o momento político brasileiro, o momento econômico brasileiro, as responsabilidades financeiras e comerciais do país e, enfim, que evidencie uma vontade de capitalizar, para as relações entre o Brasil e Estados Unidos, a boa-fé, a boa vontade e o espírito positivo de mútuo entendimento?

Mais uma vez esclareço que essas minhas perguntas não buscam respostas imediatas, mas tentam simplesmente apontar alguns paradoxos importantes. Assim, faz-se evidente que necessitamos empreender um esforço comum de reflexão – e os Senhores irão se recordar que minhas palavras iniciais sobre o sentido e a oportunidade desta XI Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos foram justamente no sentido de convidar as mais expressivas lideranças em-

presariais brasileiras e norte-americanas a compartilharem conosco essas necessárias reflexões.

O empresário é, ao mesmo tempo, instrumento da moderação e do realismo. Para informar suas decisões econômicas, deve ter presentes, sempre, os parâmetros globais que definem o "clima econômico" de um país, combinado com as variáveis específicas que equacionam o valor de seus negócios. Responsáveis por interesses econômicos que se medem em cifras exatas, têm por obrigação ver com realismo situações que muitos outros podem se permitir analisar pela ótica das posições de princípio ou das paixões. Tendo que responder perante seus conselhos de diretoria e seus acionistas, têm por imperativa a busca da moderação e da conciliação, quando muitos outros podem dar-se ao luxo de fixar-se em posições de princípios, ou de alimentar divisões. Por isso dirijo-me hoje com tanta franqueza a esta audiência: porque creio que os Senhores estão numa posição única para imprimir às relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos da América aquela dose de realismo e de moderação que em algumas ocasiões tem-nos faltado, para apreciá-las da perspectiva global de seus interesses, repondo os particularismos de grupos de pressão, ou mesmo de burocratas, em sua perspectiva adequada.

É esta uma alta responsabilidade. Mas representa, certamente, um desafio que está plenamente à altura das realizações passadas do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. O Brasil conta com os Senhores. E estou certo de que não seremos desapontados.

presidente josé sarney na organização das nações unidas

discurso do presidente josé sarney perante a terceira sessão especial de assembléia-geral das nações unidas, dedicada ao desarmamento, em 7 de junho de 1988

Senhor Presidente,

Queira Vossa Excelência aceitar minhas congratulações por sua eleição para a presidência desta Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento, missão que, estou certo, Vossa Excelência saberá desempenhar com a mesma habilidade que demonstrou ao conduzir os trabalhos da quadragésima segunda sessão ordinária da Assembléia.

Senhor Presidente,

É com o sentimento da História que ocupo mais uma vez a tribuna da Organização das Nações Unidas, símbolo do ideal de concórdia entre as nações. Ideal distante, paixão de estadistas, heróis, mártires, visionários e pensadores, que viveram entre o romantismo e a crueldade, na contradição permanente entre a realidade e a esperança, e o paradoxo da crua separação entre o desejo e os fatos.

Ao longo de minha vida pública, sempre dediquei atenção especial às questões internacionais. Como parlamentar, delas me ocupei muitas vezes na tribuna da Câmara dos Deputados e do Senado de meu país. Como Presidente, tem sido a política externa uma das minhas preocupações permanentes.

É esta a quarta vez que aqui compareço, sempre no acompanhamento das transformações mundiais. Venho da 16a. Assembléia-Geral, em 1961, quando era Membro da Comissão de Política Especial. Contava as Na-

ções Unidas com 104 membros, hoje tem 159. Os corredores desta Casa alegravam-se no colorido das vestes de diferentes costumes e raças, de heróis lendários das guerras de libertação, de nostálgicos herdeiros de tronos.

Era o tempo da descolonização. Um mundo desamarrando-se da geografia política que lhe tinha sido imposta pela exploração e pela dominação dos impérios. Renascia o sol da liberdade para muitos povos. Mas infelizmente iniciava-se o pânico e o alerta verdadeiro para as experiências nucleares que eclodiam como um perigo para a humanidade. Andava-se por Nova York como se a qualquer instante fosse descer nas ruas o **fall out** de nuvens carregadas dos resíduos da morte nuclear. Anunciavam-se abrigos, mobilizavam-se consciências.

Discutiam-se questões que emergiram depois em toda a sua dramaticidade. O Oriente Médio trazia para a Agenda o tema dos refugiados árabes da Palestina. Tínhamos o Congo, o Alto Adige e a efervescência dos territórios sob tutela. A África quebrava os seus grilhões. Em nome do meu país, fui um dos primeiros oradores a protestar contra a mancha na história da humanidade que é o **apartheid**, que começava naquele instante a mostrar ao mundo a sua face trágica. A África, enfim, assumia sua grande dimensão com a presença do homem negro no centro das decisões, protestando, lutando e afirmando-se. Aqui estive em 1985 para, Chefe de Estado, prestigiar os 40 anos da Organização e expor as grandes linhas da política exterior do meu Governo.

Hoje, atendendo ao convite transmitido pelo Senhor Secretário-Geral, Embaixador Pérez de Cuéllar, aqui estou para participar, juntamente com grande número de Chefes de Estado e de Governo, desta Assembléia-Geral Especial dedicada ao Desarmamento, a primeira a que comparece um Presidente do Brasil.

A pergunta que me faço, agora, é sobre o momento deste encontro, quando as luzes da ribalta se concentram no encontro de cúpula de Moscou, onde as duas grandes potências discutiram o desarmamento com a autoridade de quem possui as armas e delas fala com aquela simplicidade – como dizia Clausovitz – com que falam entediados os grandes comandantes dos problemas da vida e da morte de milhões de pessoas. Em seus lábios, a ação da guerra é personalizada numa espécie de duelo.

Longe de minhas palavras desestimular tais pactos e esforços. Ao contrário, o meu país tem incentivado e proclama, uma vez mais, o quanto a humanidade passa a dever a esses estadistas, o Presidente Ronald Reagan e o Secretário-Geral Mikhail Gorbachov. Eles tiveram a coragem de romper barreiras e começaram de maneira efetiva um programa de desarmamento; que não pode parar e que deve continuar, para que se rompa essa teoria satânica de que a paz é o equilíbrio do terror. Como dizia Bismarck:

“A gratidão e a confiança não colocarão ao nosso lado nenhum homem. Somente o medo”.

Mas me preocupa o fato de que, se a paz e a guerra são, nos dias de hoje, problemas que afetam a própria existência da Terra, que pode ser várias vezes destruída, a nossa atitude de países pobres e desarmados, impotentes na fantástica corrida da tecnologia da destruição, não pode ficar apenas na posição do aplauso antigo:

“Ave César, os que vão morrer te saúdam”.

A tarefa da salvação é de todos, sem exclusão de ninguém. O enfraquecimento do multilateralismo é danoso à causa da paz. O desarmamento, por maiores que sejam os arsenais das grandes potências, não pode ser apenas uma discussão a dois. Com o advento da tecnologia nuclear, esta questão adquiriu uma conotação transcendental.

É a natureza, é tudo que vive, que passou a estar no âmago desta questão. Não é a arte da guerra. É a questão transcendente da vida, não como um bem individual, mas filosófico, coletivo, que é ameaçado, desde o pobre índio da Amazônia, desde a mais pequenina flor adormecida, cultivada com dificuldade e carinho por uma pobre criança do Harlem, até toda a riqueza acumulada pelos homens, nos países e nos continentes. A destruição total não escolhe entre ricos e pobres. Ceifa o gênero humano. A morte a invadir seres e coisas. O silêncio eterno.

Aquele de que nos fala o poeta brasileiro Ferreira Gullar, quando dizia:

“A morte se alastrou por toda a rua,
misturou-se às árvores da quinta,
penetrou na cozinha de nossa casa
ganhou o cheiro da carne que assava
na panela e ficou brilhando nos talheres...”.

A questão, portanto, não é apenas das grandes potências. É perigosa demais para esgotar-se entre dois homens, embora a responsabilidade maior lhes pertença.

A paz jamais será fruto da força, mas da difusão de uma opinião pública civilizada, universal, capaz de manifestar-se em vários âmbitos internacionais, imbuída dos direitos do homem e dos valores de respeito à vida, à pessoa, à natureza.

A Paz Perpétua, no conceito de Kant, a paz mundial, e não a trégua e o pacifismo angelista, é um objetivo político da infância da modernidade. A Antiguidade e a Idade Média não construíram nada de semelhante, porque é a

partir da emancipação intelectual trazida pela Era das Luzes que ela surge. É a idéia da humanidade como comunidade moral una, embora não uniforme.

O pensamento filosófico moderno revigorou a noção cristã da unidade do gênero humano.

Entretanto, esse reconhecimento da força moral não seria realista se esquecêssemos o papel estratégico dos Estados na manutenção e melhoria da ordem internacional.

Sem dúvida, o Estado pode ser fonte de opressão e de agressão. Mas o Estado é também um pré-requisito indispensável para o avanço moral do gênero humano, através da cooperação internacional e da contenção de tendências anárquicas e impulsos predatórios.

Na era colonial, as grandes potências exerciam a dominação direta dos povos mais fracos. Nosso tempo assistiu a transformação desse domínio em múltiplas formas de hegemonia, de dominação indireta e inconfessa.

Os países médios têm importante função a desempenhar nesta hora. Não receio afirmar que o espírito resolutamente desarmamentista desses países, entre os quais se inclui o Brasil, combinado com a sua determinação de buscar diminuir as desigualdades e assimetrias do sistema internacional, constitui um fator de primeira grandeza no aprimoramento da convivência entre as nações, sob a égide da paz, da democracia e do desenvolvimento. Para nossos países, desarmamento é humanismo - o maior humanismo prático do nosso tempo.

Senhor Presidente,

Trago a palavra de um país que sempre participou ativamente de todos os esforços em favor do desarmamento nos foros multilaterais.

Presido uma nação que se orgulha de não ter pendências ou hipotecas a resgatar no campo da paz e da segurança internacionais.

Mantemos com todos os nossos vizinhos profícua e amistosa convivência, que cada dia se renova mediante múltiplas formas de entendimento e de cooperação. Temos fronteiras com dez países, sem nenhum problema, que transformam essas fronteiras em vanguardas vivas da amizade e da integração.

O Tratado de Cooperação Amazônica e o Tratado da Bacia do Prata compõem um arcabouço institucional no qual se desenvolve uma cooperação igualitária e mutuamente benéfica entre países que vivem em uma das regiões mais pacíficas e menos armadas do globo. Com os seus vizinhos sul-atlânticos, o Brasil está empenhado em contribuir para uma ação coletiva no sentido da plena implementação dos objetivos da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, conforme proposta do meu governo aprovada pelas Nações Unidas, hoje a Resolução nº 41/11.

Consolida-se, como um dos marcos expressivos da diplomacia em nossa parte do mundo, o projeto abrangente de integração entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Igualmente intensificamos novos espaços de cooperação nos países que tive a oportunidade de visitar, como o México, Venezuela, Colômbia e Peru. Nosso objetivo é um mercado comum, aberto a toda a América Latina, para fazê-la ingressar na economia dos conjuntos.

Como Membro do Grupo de Apoio a Contadora, o Brasil tem participado ativamente da busca de soluções.

No âmbito do Grupo dos Oito e da própria OEA, nosso país tem buscado o aprimoramento do diálogo, a ampliação do conhecimento mútuo e a harmonização de posições.

A partir de uma perspectiva soberana e democrática, reitero o compromisso já assumido de utilizar a energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos.

Como declarei ao anunciar, em 4 de setembro de 1987, o domínio pelo Brasil da tecnologia

do enriquecimento do urânio, não se pode prescindir do acesso amplo e desimpedido ao conhecimento científico e suas aplicações pacíficas.

O elevado grau de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico de alguns Estados não pode criar privilégios diante da obrigação geral de cumprir, em bases igualitárias, as medidas de desarmamento internacionalmente acordadas.

Registro os benefícios que a cooperação no campo da energia nuclear para fins pacíficos têm propiciado para o reforço do respeito e da confiança mútuos entre países latino-americanos.

Ressalto, formalmente, neste instante, um fato histórico que marcou o continente sul-americano e que tem implicações com o tema desta Assembléia.

Por decisão minha e do Presidente Raúl Alfonsín, o Brasil e a Argentina estabeleceram acordos de cooperação nuclear que afastaram qualquer especulação sobre uma possível corrida nuclear no continente. Desarmamos qualquer ameaça nuclear na América Latina.

Com o objetivo de dar visibilidade e transcendência a essas decisões, num gesto histórico, o Presidente da Argentina convidou-me a ir às encostas dos Andes em companhia de cientistas brasileiros – um momento sem precedente nas relações entre países, para visitar as instalações sensíveis de enriquecimento de urânio e pesquisas nucleares, em Picaneyeu.

Do mesmo modo, convidei o Dr. Raúl Alfonsín para inaugurar em Iperó, em São Paulo, as novas instalações brasileiras de fabricação de urânio enriquecido e de reatores, no Centro de Aramar.

Em Picaneyeu e Iperó mostramos aos nossos povos, à América Latina e à comunidade mundial nossa confiança e determinação de crescermos juntos, desenvolvendo os recursos nucleares para a paz.

Superamos competições acumuladas no tempo, criamos um clima de confiança exemplar, reunimos nossas energias para conjugar inteligências e dominar tecnologia de ponta para fins pacíficos e para o bem-estar de nossos povos.

As gerações do futuro saberão avaliar estes passos.

Senhor Presidente,

A presente conjuntura internacional no campo do desarmamento está marcada por dois importantes elementos:

Primeiro, no plano das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, configurase o novo clima de distensão com vistas à redução dos mísseis nucleares estratégicos.

São promissores os avanços conceituais e técnicos alcançados no campo da verificação. Tenho esperança de que tais progressos possam contribuir em breve para novos passos concretos e maiores êxitos na redução real dos arsenais nucleares.

Espero que as negociações ora em curso sobre armas nucleares de longo alcance concedam a atenção devida à necessidade de conter e reverter o processo de proliferação geográfica de forças nucleares.

Em segundo lugar, no plano das negociações multilaterais, desejamos uma breve conclusão da Convenção sobre Armas Químicas, cuja utilização é proscrita desde 1925 pela comunidade internacional.

Esta Terceira Sessão Especial da Assembléia-Geral realiza-se na esteira de um longo processo de esforços das Nações Unidas pelo desarmamento, iniciado pela Assembléia-Geral em janeiro de 1946.

O Documento Final, consagrado há dez anos pela Primeira Sessão Especial da Assembléia-Geral sobre o Desarmamento, permanece como paradigma, a partir do qual devem

desenvolver-se o patrimônio conceitual e medidas práticas de desarmamento. Nele existem um ideário e um programa de ação concreto e objetivo.

Em nome de um suposto realismo, porém, algumas vezes se levantam contra as metas mais amplas do desarmamento geral e completo, consideradas utópicas. Argumentam que a cessação dos testes é incompatível com a segurança militar de certos Estados; que a extensão da corrida armamentista a áreas cada vez mais amplas é imprescindível para o equilíbrio estratégico; e que tantas outras medidas de desarmamento não são factíveis.

Estranha lógica essa que faz com que se pretenda impor como realista e aceitável um pensamento que admite a extinção da espécie humana, mas que considera inadmissível correr os riscos da paz.

Decorridos mais de quarenta anos desde a última guerra mundial, não passa um só dia em que nossa memória não relembre os horrores do conflito.

É a doutrina inconcebível da segurança de alguns pela insegurança de todos. Mais que um paradoxo, o equilíbrio do terror e pelo terror é uma agressão à humanidade. Esse realismo é o mais abstrato e falso de todos os realismos.

O realismo não pode ser pretexto nem desculpa para justificar a inação. Realismo é enfrentar grandes problemas que nos ameaçam e tratar de resolvê-los em benefício da humanidade. É amassar o barro do nosso trabalho.

Também me parece incoerente e paradoxal a pregação de aplicarem aos demais países medidas para conter a proliferação de armas nucleares onde elas não existem, e de não aceitarem a contenção da proliferação vertical, quantitativa e qualitativa, em relação a elas mesmas, detentoras de arsenais fantásticos, como as grandes potências.

É minimizada, também, a importância do objetivo da limitação e redução das forças con-

vencionais, sob efetivo controle internacional. É natural que o Brasil, integrante de uma das regiões menos armadas do globo e ostentando um dos mais discretos níveis de dispêndio militar, reivindique nesse processo o que a lógica e o bom senso reclamam: a iniciativa, a audácia e a responsabilidade dos Estados e das regiões onde se concentram os maiores contingentes militares e poderio bélico como protagonistas maiores.

Senhor Presidente,

Em breve será realizado no Brasil o primeiro encontro dos países sul-atlânticos, que deverá propiciar uma discussão construtiva e frutífera sobre os meios para a implementação das vertentes da Declaração aprovada pela Assembleia-Geral para estabelecer a paz e a cooperação no Atlântico Sul.

Preservada a responsabilidade especial dos países sul-americanos e africanos de zelar pela consecução desses objetivos, nós contamos com a colaboração e a boa-fé dos demais países e, em particular, dos Estados militarmente mais significativos, no sentido de que se reduza e se elimine a presença militar estrangeira na região, se impeça a introdução de armas nucleares e se evite estender à área tensões e rivalidades que lhe são alheias.

Evoco, com particular preocupação, mais uma vez, o grave foco representado pela permanência do regime do **apartheid** na África do Sul, pela continuada ocupação ilegal da Namíbia, e pelas agressões sul-africanas. É também preocupante a ausência de uma solução para a questão das ilhas Malvinas.

São igualmente inquietantes, Senhor Presidente, os riscos crescentes de militarização, inclusive do espaço cósmico. Põe-se em perigo o esforço que vem sendo empreendido há anos pela comunidade internacional no âmbito das Nações Unidas, no sentido de preservar o espaço exterior como patrimônio da humanidade, a ser utilizado com o objetivo de tornar melhor o destino na Terra.

Ressalto a importância da não-militarização do espaço como condição para que se possam adotar medidas substanciais de desarmamento regional.

A Conferência de Desarmamento pode e deve completar e aperfeiçoar um instrumental jurídico já existente, de forma a impedir que seja este um ambiente contaminado pelos efeitos da corrida armamentista.

Senhor Presidente,

Igualdade, confiança, solidariedade.

Sobre este tripé deverão apoiar-se nossos êxitos pelo desarmamento e pela paz.

Em síntese, o Brasil deseja que se atente para o seguinte:

1 – Nenhum Estado deve pedir a qualquer outro que tome medidas de desarmamento que ele próprio não esteja disposto a tomar. Ninguém pode pedir a outrem o que ele não pode conceder.

2 – As preocupações de segurança de um Estado são tão válidas, tão importantes e tão relevantes quanto as de qualquer outro. É o princípio da igualdade.

3 – O desenvolvimento industrial e tecnológico não desobriga qualquer país de observar e respeitar medidas de desarmamento internacionalmente acordadas.

4 – A não-militarização do espaço exterior constitui pré-requisito essencial para a adoção de medida significativa de desarmamento regional.

5 – A proliferação geográfica de armas nucleares compromete a posição adotada por muitos Estados de renunciarem à opção nuclear.

Não posso deixar esta tribuna sem ressaltar o quanto se interligam os problemas da paz com as injustiças sociais, com o desenvolvimento e a felicidade do homem.

Porque é trágica para todos nós a constatação da massa gigantesca de recursos postos à disposição da tecnologia das armas e o quanto são cada vez menores os recursos que se destinam ao combate da pobreza absoluta.

Num mundo de avanços fantásticos no campo da ciência, da tecnologia, invadindo setores cada vez mais amplos do conhecimento, qual o destino que está reservado para esta parcela da humanidade que possui somente o dia e a noite?

Ela espera, também, por outro desarmamento. Esses homens e mulheres esperam o desarmamento dos arsenais da fome, da falta de oportunidades de trabalho, das desigualdades, do intervencionismo estatal, da ordem econômica internacional, da dívida externa, do aviltante preço das matérias-primas, do protecionismo, das intervenções, do terrorismo, da violência e da crise moral – que destroem as bases transcendentais do homem. Deseja-se o desarmamento do arsenal da distância que cada vez mais separa o mundo pobre da era das descobertas científicas que abrem os caminhos do século XXI para um mundo não em transformação, mas para um mundo transformado.

Reitero que o caminho da paz é a democracia. A liberdade, com seu poder criativo e competitivo. As democracias não podem ser julgadas pela realização imperfeita dos seus valores. O despotismo, ao contrário, é que se imobiliza nos "seus valores" inquestionáveis. As democracias não se guerreiam. Elas não são dogmáticas. Elas buscam sempre soluções de diálogo. Do entendimento nasce a estabilidade.

As ideologias têm questões inquestionáveis.

Mas temos que evitar a sua militarização.

Não desejamos um mundo em que o pensamento tenha que ser imposto pelas armas. Se isso acontecer, ele estará condenado antecipadamente à destruição. Os impérios não duram eternamente porque a História é mais forte e mais dinâmica do que as hegemonias.

Como intelectual, acredito que a luta pela paz começa pelas idéias.

Os profetas pacifistas sempre existirão.

É o exemplo de Tolstói, a barba branca e longa, místico e transformado, sonhando com o mundo da paz, depois de escrever páginas magistrais e eternas sobre a guerra.

O mundo não pode também existir sem poetas. Sem historiadores, para examinar as lições do passado; sem políticos, para harmonizar os conflitos do presente; sem poetas, para sonhar o futuro.

O desarmamento não é somente o controle das armas, o equilíbrio de forças, a teoria da dissuasão e os tratados.

É obra que se faz com a ira santa dos pacifistas, dos idealistas, dos doutrinadores e da pureza irredenta dos jovens.

Estamos reunidos aqui, Senhor Presidente, para conjugar vontades, tentar mudar esse estado de coisas.

E podemos mudá-lo.

Porque não existe nada no mundo que não possa ser mudado pela vontade dos homens.

O holocausto nuclear não poderá vir.

Mesmo quando as esperanças estiverem agonizantes, haverá forças que nos farão renascer.

Lembremos que há uma Teresa em Calcutá, os pés pequeninos e doloridos, caminhando por velas e entre desvalidos, na Índia, e que no Brasil há uma Irmã Dulce, plena de bondade, de pequeninas mãos carregando montanhas de caridade e amor, lutando pela paz do corpo e rezando pela salvação do espírito.

Discurso pronunciado pelo Presidente da República, José Sarney, perante o Grupo Latino-Americano e do Caribe, em Nova Iorque, dia 07 de junho de 1988

Senhor Presidente,
Senhores Representantes,

Uma vez mais tenho a honra de ser recebido neste foro de coordenação dos países da América Latina e do Caribe.

Decidi comparecer a esta Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas para marcar a alta importância que o Brasil atribui aos esforços da comunidade internacional pelo desarmamento.

Nossa região pode orgulhar-se de ser a menos armada do mundo. Nossos governos dão prioridade ao bem-estar de seus povos, conscientes de que paz e desenvolvimento são interdependentes e indivisíveis.

Na atual Sessão Especial da Assembléia-Geral buscamos respostas abrangentes e duradouras a um dos problemas mais cruciais que a comunidade internacional enfrenta.

Conscientes de nossas responsabilidades e do papel que desempenhamos na vida internacional, compete-nos a construção de um mundo mais seguro, sobre o qual não pesem as realidades da miséria e da fome e a ameaça da catástrofe nuclear.

Tal é o empenho comum ao qual o Brasil se junta na certeza de que, unidos, países da América Latina e do Caribe, trabalharemos em benefício da paz e da segurança.

Senhor Presidente,
Senhores Representantes,

O relacionamento entre os nossos países baseia-se em profundo sentido de unidade, cimentado por um diálogo franco e constante.

O espírito regional tem-se refletido em atuação constante no cenário internacional, onde temos defendido as nossas reivindicações comuns no sentido de uma ordem internacional mais justa e equitativa.

Vejo com esperança o equacionamento da situação na América Central. Os acordos de Esquipulas II e Sapóá revigoram nossa fé na capacidade de nossos povos de encontrarem – através do diálogo – caminhos próprios para os mais graves problemas que os afetam.

Reitero aqui a prioridade que o Brasil atribui ao seu relacionamento com os países da região. O Brasil não medirá esforços para que a América Latina e o Caribe possam viver em paz, e dedicados à construção do seu desenvolvimento.

Com esse espírito tenho envidado esforços para fortalecer o processo de integração. Estou certo de que os primeiros passos que o Brasil tem dado com as suas nações irmãs – a Argentina e o Uruguai – serão rapidamente multiplicados em proveito de todos em nossa região. Estamos construindo um notável patrimônio de realizações que deverá, progressivamente, traduzir-se em novos impulsos de cooperação e empreendimentos conjuntos com os demais vizinhos.

Recordo o ensinamento da **Encíclica Solicitudo Rei Socialis**, do Papa João Paulo II, em que Sua Santidade afirma: "a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. A paz é o fruto da solidariedade".

Senhor Presidente,
Senhores Representantes,

Quando aqui estive, em 1985, por ocasião do Quadragésimo Aniversário das Nações Unidas, solicitei aos Senhores Representantes que fossem portadores da mensagem da fraterna amizade do povo brasileiro aos povos irmãos da região.

Ao renovar hoje a mesma mensagem, acrescento a determinação do Brasil de trabalhar conjuntamente com os demais países da região na busca do ideal de paz e de desenvolvimento que nossos povos almejam e merecem.

visita do primeiro-ministro de portugal, anibal cavaco silva

Discursos do Presidente José Sarney e do Primeiro-Ministro de Portugal, Anibal Cavaco Silva, no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 09 de junho de 1988

discurso do presidente José Sarney

Em nome do povo brasileiro, desejo apresentar a Vossa Excelência, à Senhora Cavaco Silva e aos integrantes de sua comitiva nossas mais afetuosas boas-vindas.

Revivemos nesta visita de Vossa Excelência a tradição de conagração e unidade entre Brasil e Portugal. Aqui o recebe um povo orgulhoso de estar ligado à nação lusitana por vínculos indissolúveis de amizade.

Compartilhamos um patrimônio de valores, realizações e esperanças. Uma identidade comum forjada pela história. O Brasil deve a Portugal sua formação, sua língua, boa parte de suas tradições e de sua cultura.

Esse legado de afinidade permeia os contatos entre nossos povos e fortalece a consciência de seu destino comum.

Permanecem vivas em minha memória as imagens da acolhida fraterna e generosa com que fui distinguido há dois anos em Portugal. Conservo, também, a grata lembrança das conversações com Vossa Excelência em Lisboa e da homenagem que nos foi prestada em Sintra, no magnífico Paço de Dom Manuel, o Venturoso.

Alegra-me poder retribuir as atenções com que Vossa Excelência me honrou durante minha visita a Portugal.

Como político e intelectual, Vossa Excelência personifica hoje a vocação de modernidade e o espírito pragmático e universalista do povo português, com aguda sensibilidade para os desafios de seu país e nítida percepção dos caminhos que lhe convém seguir neste momento histórico. Guardo com clara nitidez o quanto me impressionou o conhecimento, a objetividade e a modernidade da visão de Vossa Excelência dos problemas do seu país, da Europa e da política mundial.

Portugal, que no passado fascinou o mundo com a epopéia dos descobrimentos, vive um presente de grandeza e realizações, de que é marco sua incorporação plena à Comunidade Económica Europeia.

A integração de Portugal às comunidades simboliza a busca do novo e do criativo. Foi uma causa abraçada neste final de século pela unanimidade do pensamento político, econômico e social da nação portuguesa.

Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, sempre acreditou no êxito e nos benefícios dessa decisão histórica que já está imprimindo a seu país significativo surto de dinamismo e progresso. Fundos e capitais de risco comunitários fluem neste momento para Portugal, servindo de aporte valioso para o reforço de sua infra-estrutura e para a modernização de suas atividades industriais e agrícolas. O Brasil, representado por parcela significativa do alto empresariado nacional, tem participado

desse fluxo. Com empenho e otimismo, Portugal se prepara para assumir o papel de parceiro forte e competitivo no mercado integrado em que se transformará a Europa a partir de 1992, com a livre circulação de trabalhadores, de bens e serviços, e dos ativos financeiros.

Diante de tal desafio, a ação do Governo de Vossa Excelência tem-se mostrado exemplar. Além de estar em perfeita sintonia com as modernas tendências liberalizantes das relações econômicas internacionais, tem sabido harmonizar os ganhos sociais da Revolução de 25 de Abril com os princípios reitores da integração europeia.

O ingresso de Portugal na CEE confere uma dimensão nova e promissora às relações com o Brasil.

Bem conhece Vossa Excelência a magnitude das dificuldades que condicionam o progresso econômico e social deste continente. Avalia com precisão a importância e o alcance das ações que, hoje, constituem a batalha cotidiana dos países latino-americanos: a luta contra a inflação, o combate ao déficit público, a busca de uma solução justa para o problema da dívida externa, o redimensionamento do papel do Estado, a modernização das estruturas produtivas, o cuidado de evitar a recessão e o desemprego, a erradicação da fome e da miséria.

Precisamos assegurar o bem-estar e a dignidade de nossos povos e garantir o crescimento econômico. São metas vitais, que devem acompanhar o esforço paralelo de consolidação das instituições democráticas, da estabilidade política e do equilíbrio social.

Estamos tomando no Brasil medidas profundas com vistas à modernização da economia e à ampliação de nossa participação nas grandes correntes internacionais de comércio, de investimentos e de intercâmbio científico e tecnológico.

Necessitamos, para tanto, do concurso de nossos parceiros.

Estou plenamente convicto de que, através da liberdade de iniciativa e de um clima salutar de competição econômica, sem paternalismos e sem discriminação ao capital e aos investimentos estrangeiros, o Brasil atingirá níveis crescentes de riqueza e tornar-se-á uma sociedade moderna.

Portugal revela idênticos propósitos. Integra-se às comunidades europeias e abre-se ao mundo para fortalecer sua economia e aumentar o padrão de vida de seu povo.

Perseguimos os mesmos caminhos. Por eles chegaremos à colaboração criativa e dinâmica a que estão destinados nossos países.

É, de resto, auspicioso notar como o empresário de nossos países tem revelado disposição para desempenhar o papel de vanguarda que lhe compete no processo de integração bilateral.

Recente estudo elaborado por entidades portuguesas e brasileiras do mais alto nível acadêmico identificou inúmeros setores onde uma ação empresarial binacional poderia desenvolver-se com pleno êxito.

Desejo reiterar aqui minha disposição de fazer tudo a meu alcance para viabilizar um processo de fusão de tecnologias e capitais entre nossos países.

Senhor Primeiro-Ministro,

A coincidência da vinda de Vossa Excelência ao Brasil com a data nacional portuguesa é muito auspiciosa.

Vossa Excelência inaugurará em São Paulo o monumento em homenagem a Pedro Álvares Cabral, prova da pujança e vitalidade das comunidades portuguesas no Brasil e dos fortes vínculos que nos ligam. Nos anos que correm, nossos povos celebram essa autêntica união com a passagem do Quinto Centenário do Descobrimento do Brasil. Nada mais simbólico de nossa estreita aproximação e de nossa certeza de que ela é perene do que encerrar-

mos o século com a comemoração do feito histórico de Cabral, símbolo da intrepidez lusitana.

Convido todos os presentes a brindarem comigo pela prosperidade do povo português, pelo contínuo aperfeiçoamento de nossas relações fraternas, pela saúde e ventura de Vossa Excelência, pelo êxito do seu Governo, por sua felicidade e da Senhora Cavaco Silva.

discurso do primeiro-ministro anibal cavaco silva

Senhor Presidente da República,
Senhora de José Sarney,
Senhores Ministros,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Honrou-me sobremaneira o convite de Vossa Excelência para visitar oficialmente o Brasil e para poder celebrar, em companhia de portugueses e brasileiros, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas que festejamos amanhã.

Ao acolher Vossa Excelência em Portugal, em Maio de 1986, tive ocasião de sublinhar que mais do que outros povos e Estados que a história une, tivemos sempre através dos tempos, brasileiros e portugueses, a sabedoria e a vontade de preservar o exclusivo das nossas relações num plano que transcende meras afinidades e uma raiz comum.

Cada vez mais a identidade dos povos se exprime pela sua língua, pela sua história e pela sua cultura. Partilhamos com outros países o espaço de língua portuguesa que é já a quinta língua mais falada do mundo. Temos, Brasil e Portugal, uma história que nos foi comum e que nos aproxima. Tendemos, por tudo isto, a convergir no mesmo universo cultural, já que pertencem a ambos os povos as obras e as expressões de cultura de cada um.

Senhor Presidente,

Ao saudar Vossa Excelência gostaria de honrar o amigo, o político e o homem de letras, e

de homenagear, na pessoa do Presidente do Brasil, todo o povo brasileiro e a Nação irmã.

A acção de Vossa Excelência foi determinante na actual fase política do Brasil. A construção de um regime democrático em ordem, em entendimento e em diálogo tem um alcance histórico que sabemos, como poucos, medir em Portugal. Estendo a minha homenagem às forças políticas brasileiras, representadas na Assembléia Constituinte, que trabalham para dotar o Brasil de uma Constituição moderna e ajustada às necessidades do País.

Gostaria de exprimir, em nome do povo e do Governo de Portugal, a grande satisfação pela transição democrática do Brasil que, estamos seguros, será ponto de partida para um ciclo de progresso, de desenvolvimento sustentado, de avanço social e de renovada afirmação internacional do Brasil.

Vossa Excelência visitou Portugal há dois anos. Desde então iniciamos uma fase de estabilidade política e de paz social que permitirá ao meu Governo, com perspectivas de acção de pelo menos quatro anos, realizar as reformas estruturais indispensáveis à modernização da sociedade portuguesa.

Desde 1985 que detemos elevados ritmos de crescimento a nível europeu. O Produto Interno Bruto cresceu em 1986 e 1987 a uma taxa média de cerca de 5%. A inflação que ultrapassava há três anos os 25% anuais situa-se agora em 8%, continuando a baixar. O investimento aumentou 18% no ano passado e como consequência da expansão económica, a taxa de desemprego é presentemente de 6,2%, uma das mais baixas da Europa Ocidental.

Alcançamos ainda o equilíbrio das contas externas, já que a balança de transacções correntes, que em 1982 tinha um défice superior a 13% do PIB, registrou excedentes nos últimos dois anos, esperando-se para 1988 um novo saldo positivo. Este excedente facilitou a amortização antecipada da dívida externa que atinge 17 bilhões de dólares, mas é pratica-

mente nula em termos líquidos pois é compensada por igual montante de reservas em ouro e divisas.

A adesão às Comunidades Europeias constitui outro elemento que enquadra a realidade política, económica e social em Portugal, ao constituir factor determinante de progresso.

Enfrentamos o chamado desafio europeu, procurando criar as condições indispensáveis para aproveitar o impacto da meta de 1992, quando o mercado único europeu abolir as fronteiras no espaço comunitário e circularem livremente na "Europa dos Doze" as pessoas, as mercadorias, os serviços e os capitais, permitindo o livre acesso da produção portuguesa a um mercado de 320 milhões de consumidores.

Senhor Presidente,

Creio estarem criadas condições de parte a parte para projectar as dinâmicas de cada um dos nossos Países no quadro das nossas relações.

Compete-nos manifestar inequivocamente a vontade política dos dois Governos para assegurar um relacionamento privilegiado, que reconheça interesses recíprocos, convergente na defesa da história, da língua e da cultura comuns, e que se traduza em expressões concretas nos domínios económico, comercial, tecnológico e científico.

Brasil e Portugal estão inseridos em distintas regiões do globo, com diferentes expressões políticas, económicas e até culturais. Importa respeitar as características dessas regiões e as formas de actuação que lhes são próprias e que acompanham a evolução da situação internacional.

Mas é possível, e é desejável, que os nossos dois Governos procurem perspectivar zonas de convergência onde se definam planos de coincidência dos interesses portugueses e brasileiros.

Creio saber, por exemplo, que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias desperta um particular interesse nos empresários brasileiros que, através de Portugal, poderão melhor adequar a sua produção e as suas exportações ao espaço comunitário. Por outro lado, o movimento de integração económica que o Brasil iniciou na América do Sul não deixará indiferentes empresários portugueses que deste modo poderão alcançar novos mercados.

No diálogo político que mantemos com os nossos parceiros regionais afirmamos as nossas respectivas políticas externas. Mas também aí poderemos, Senhor Presidente, contribuir para alargar esse diálogo, transpondo a nossa relação privilegiada para o plano da informação dos nossos interlocutores em cada uma das regiões.

Importa actualizar, numa palavra, o quadro das nossas relações bilaterais e multilaterais.

Permita que me detenha, Senhor Presidente, no campo da língua que nos une e da cultura que nos aproxima. A cooperação cultural enquadra e condiciona todas as outras formas de cooperação, já que é importante estabelecer imediata e naturalmente o conhecimento das expressões culturais de ambos os povos. As relações culturais entre o Brasil e Portugal são intensas na sua natureza e profundas na sua origem. Mas penso que a sua expressão em actos é pouco frequente, pelo que os Governos devem procurar dar resposta à preocupação de portugueses e de brasileiros em conhecerem a criação cultural de ambos os países, que é afinal a forma de ambos os povos se conhecerem melhor.

Penso que nos compete a nós, Senhor Presidente, e dirijo-me ao político esclarecido e insigne homem de letras, mais do que estabelecer programas, saber criar com imaginação as condições para que entre os dois territórios de língua comum haja uma intensa circulação de pessoas, de ideias, de expressões culturais.

Temos que criar um Mercado Comum Cultural.

Temos que proporcionar à sociedade, aos escritores, aos artistas a possibilidade de melhor se relacionarem, usufruindo de um quadro de facilidades que importa criar.

Iremos celebrar dentro de dias, a 13 de Junho, o centenário do nascimento de Fernando Pessoa. O acolhimento dado à sua obra pelos investigadores brasileiros é a prova de que o espaço de criação cultural é o espaço da nossa língua comum, é a prova de que as obras dos nossos criadores pertencem a ambos os povos.

Senhor Presidente,

Importa aproveitar o atual momento político para relacionar em formas diferentes, pragmáticas e concretas os nossos dois países.

Sei que dentro de meses se deslocará a Portugal o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil. A visita constituirá uma oportunidade adequada para relançar o sistema de consultas políticas que importa fixar numa base regular e dar assim expressão concreta ao Tratado de Amizade e Consulta que nos liga desde 1953. Creio que será também importante revitalizar a Comissão Mista estabelecida pelo Acordo de Comércio de 1966, já que as novas realidades com que deparamos os nossos empresários justificam a oportunidade de uma reavaliação da globalidade das nossas relações no domínio económico.

Também a celebração das navegações e dos descobrimentos portugueses poderá ser motivo para projectar nas nossas relações novos elementos, já que a criação de uma Comissão binacional para as comemorações da descoberta do Brasil constitui a participação amiga e desejada do Brasil nestas celebrações.

Portugal defende, acima de tudo, que os cinco séculos das suas navegações para a América, para a África e para a Ásia sejam um renovado factor de aproximação e motivo de reflexão para todos os povos já que as navegações

constituíram um contributo sem igual para o progresso e o desenvolvimento da humanidade.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência deslocar-se-á em breve à África Austral, visitando essa grande nação de língua portuguesa que é Angola. As responsabilidades históricas de Portugal na região levam o meu Governo a defender consistentemente soluções de paz para os conflitos que alastram nessa parte do globo. Importa abolir o regime do **apartheid**, pôr termo às ingerências externas que são geradoras de conflitos, e permitir ao povo da Namíbia que exerça livremente a seu direito à auto-determinação.

O Governo português apoia as negociações em curso entre as partes envolvidas nos conflitos da África Austral, pois só através de conversações será possível obter soluções realistas e pragmáticas que tragam paz e desenvolvimento a todos os povos da região.

Outra violação sistemática dos direitos do homem merece a sistemática condenação do Governo e do povo português. Refiro-me à situação prevalecente em Timor-leste, onde é impedido à população o livre exercício da expressão da sua vontade, não sendo respeitada a sua identidade cultural e religiosa. Portugal apenas quer que sejam garantidos os direitos do homem em Timor e que seja permitida aos timorenses a livre escolha do seu estatuto político.

País euro-atlântico, Portugal acompanha com redobrado interesse as actuais negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre o controle de armamentos. Membro da Aliança Atlântica, Portugal entende que apenas a firmeza e a coesão dos aliados podem permitir consolidar os progressos alcançados e criar um novo clima nas relações leste-oeste. Para tanto o meu Governo apoia todas as medidas destinadas a reforçar a ligação entre os pilares americano e europeu da Aliança, já que entendemos que a separação dos Estados Unidos colocaria rapidamente a Europa num plano que inviabilizaria a sua própria defesa.

Senhor Presidente,

Tive já oportunidade no Rio de Janeiro de me avistar com a Comunidade Portuguesa e Luso-brasileira, que espero reencontrar amanhã em São Paulo e depois em Santos. As centenas de milhar de portugueses que vivem e trabalham no Brasil, bem como os milhões de luso-brasileiros, são um traço de união que nos aproxima. Querendo ao Brasil como a Portugal, são a expressão quotidiana da Comunidade Luso-brasileira que queremos alargar a outros domínios.

Gostaria de sublinhar o meu apreço pela magnífica acção das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras que tanto contribuem para o estreitamento das relações entre os dois países.

A igualdade de direitos e deveres que existe entre brasileiros e portugueses está inscrita numa Convenção talvez única na moderna História dos povos. Apraz-nos verificar que a Assembléia Constituinte propôs que a nova Constituição brasileira alargasse ainda mais os direitos dos portugueses no Brasil.

Agradeço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o convite formulado para esta minha visita oficial ao Brasil, que me permitiu ver de novo este grande país, manter com Vossa Excelência importantes conversações políticas, falar com políticos e responsáveis brasileiros e conviver com portugueses e luso-brasileiros.

Antes de terminar, Senhor Presidente, permita que expresse a Vossa Excelência a fé que todos temos em Portugal no futuro do Brasil, na sua grandeza, na sua capacidade tantas vezes demonstrada ao longo de uma história gloriosa para ultrapassar as crises e as dificuldades.

Com o meu compromisso solene de que o Governo português tudo fará para transmitir novos impulsos às relações entre Portugal e o Brasil, peço a todos que se juntem a mim e a minha Mulher num brinde à saúde e às venturas pessoais do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil e da Senhora de

José Sarney, formulando votos pela prosperidade do grande Brasil, do seu Povo e do seu Governo.

Discurso do Primeiro-Ministro Anibal Cavaco Silva, por ocasião de sua visita ao Congresso Nacional

Senhor Presidente do Senado Federal,
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Senhores Parlamentares,

Quiz Vossa Excelência, Senhor Presidente do Senado Federal, agraciá-me com a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional em gesto público por ocasião da minha visita ao Congresso.

É com a maior honra que a recebo, porque ela distingue ao mesmo tempo todos os portugueses, os que vivem em Portugal e os que residem e trabalham no Brasil.

Considero esta minha visita oficial ao Brasil, Senhores Presidentes, uma visita de amizade e de respeito. Os símbolos que unem a nossa história, velha de cinco séculos, são hoje substanciados em entendimento político e em modernidade cultural e económica que reforçam dia a dia os nossos laços.

As relações entre Portugal e o Brasil assumem características próprias que as distinguem entre todas na História das Nações.

Ao longo de séculos de vivência comum soubemos criar uma Comunidade que une brasileiros e portugueses não apenas pelos laços de uma língua que partilhamos com outros povos de África e da Ásia, mas por afinidades culturais intensas na sua natureza e profundas na sua origem.

Ao aderir há dois anos e meio às Comunidades Europeias, Portugal virou mais uma página da sua história, inserindo-se num espaço político, económico e social para o qual trouxe a sua experiência secular de contactos com povos de outros continentes. Esta escolha do povo português, que é a escolha de um modelo de sociedade democrática e pluralista, coincide com um ciclo de estabilidade política e de modernização e progresso que o meu Governo iniciou em Portugal.

Também o Brasil atravessa, Senhores Presidentes e Senhores Parlamentares, uma nova fase na sua vida de grande Nação. Considero particularmente significativo poder sublinhar no Congresso Nacional a grande satisfação do povo e do Governo português pela transição democrática do Brasil, em paz civil, dando assim um exemplo a todos os povos que defendem a liberdade e o respeito pelos direitos dos homens.

Acompanhamos com interesse em Portugal os esforços que estão a ser realizados para que o Brasil disponha em breve de um texto constitucional moderno e ajustado às necessidades específicas do País.

Creio ser chegado o momento para projectarmos as dinâmicas próprias de cada um dos Países no futuro do nosso relacionamento.

Com imaginação, respeitando mas aproveitando as especificidades políticas e económicas das regiões do globo em que se inserem o Brasil e Portugal, temos que encontrar fórmulas pragmáticas que permitam ultrapassar a mera retórica das boas intenções.

Este é o voto que formulo nesta minha visita ao Congresso Nacional e à Assembléia Nacional Constituinte.

Ao agradecer de novo a honra que me é concedida, Senhores Presidentes, gostaria de desejar a todos os eleitos do Senado Federal e da Câmara de Deputados as melhores venturas pessoais e exprimir a convicção de que saberão levar a bom termo a histórica missão que lhes foi cometida pelo povo brasileiro.

80 anos da imigração japonesa: visita de sua alteza imperial o príncipe fumihito

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião do almoço oferecido à Sua Alteza Imperial o Príncipe Fumihito, do Japão

Pela terceira vez, cabe-me a grande honra de saudar um membro da família imperial japonesa. Quando Governador do Estado de São Paulo, tive o privilégio de acolher o Príncipe herdeiro e a Princesa Michiko, e de ser recebido em Tóquio pelo Imperador Hiroito.

Hoje, estando eu à frente da diplomacia brasileira, o destino me reservou a satisfação de homenagear Vossa Alteza Imperial no Itamaraty, onde sua presença, junto com a ilustre comitiva que o acompanha, assume significado particularmente expressivo neste momento em que comemoramos os oitenta anos do início da imigração japonesa para o Brasil.

Todos sabemos o que representa a Casa Imperial na História do Japão. O Imperador Hiroito encarna, no presente, a unidade de seu povo. O prestígio que alcançou como monarca e como cientista simboliza a inteligência, a grandeza e a operosidade dos japoneses.

Vossa Alteza Imperial, que tanto nos honra com sua visita, personifica as mesmas tradições. Tem-se dedicado, além de suas missões oficiais, à ciência e à preservação da vida animal, presidindo instituições ligadas a esses campos de atividade. Ao estender-lhe nossas boas-vindas ao Brasil, expresso minha convicção de que sua presença entre nós contribuirá para o fortalecimento da amizade entre ambos os países.

O Brasil é uma nação que se formou com a contribuição de diversos povos. Recebemos, a partir de meados do século dezenove, imigrantes das mais diferentes procedências. Os

japoneses que aqui aportaram trouxeram sua disposição de trabalho, sua crença no futuro, vindo somar-se ao nosso esforço de desenvolvimento. Hoje, seus filhos e netos são brasileiros.

Os oitenta anos da imigração japonesa evocam uma história de cooperação e êxito. Cooperação de dois povos de formação e cultura muito diversas, mas ambos pragmáticos e flexíveis às influências mútuas, o que permitiu um rico entrelaçamento de experiências e saberes. Êxito do imigrante japonês que, por meio de esforço denodado de adaptação às novas circunstâncias, transformou-se em fonte de enriquecimento da sociedade brasileira nas mais diferentes áreas de atividade: agricultura, indústria, comércio, educação, ciência, cultura, política, administração pública.

Há oitenta anos, o Japão vivia tempos difíceis que, hoje, estão superados por força da tenacidade e da criatividade de seu povo. O Brasil sente-se feliz em ter então decidido receber os japoneses que precisaram deixar sua terra para buscar uma nova perspectiva de vida entre nós. A maioria acabou por aqui radicar-se e formar suas famílias, e, hoje, o Brasil orgulha-se de ser o país que tem o maior contingente de japoneses e seus descendentes fora do Japão.

Como político que dedicou a maior parte de sua vida pública ao Estado de São Paulo, onde a presença japonesa é especialmente significativa, posso dar meu testemunho pessoal da decisiva contribuição daqueles imigrantes para que lá se atingissem os atuais níveis elevados de progresso econômico e social.

Hoje, o Brasil se encontra em um momento crucial de sua História. Estamos por concluir um processo de transição democrática e necessitamos, ao mesmo tempo, fortalecer os alicerces de nosso desenvolvimento. Não obstante os pesados sacrifícios impostos pelo serviço da dívida, marchamos para a normalização de nossas relações com a comunidade financeira internacional e buscamos assegurar as condições que não comprometam o crescimento do país. Os esforços do Governo do Presidente Sarney estão voltados, com decisão e firmeza, para o objetivo da modernização de nossa economia e para tanto não poderemos prescindir da colaboração mais estreita de nossos parceiros.

Estou certo de que a sensibilidade das autoridades e dos agentes econômicos japoneses para as atuais mudanças da sociedade brasileira haverá de contribuir para aprofundar a participação daquele país em nosso processo

de desenvolvimento. As relações entre o Brasil e o Japão, por sua densidade e abrangência, e pelo espírito de igualdade que as preside, estão acima dos acontecimentos conjunturais. É responsabilidade de ambos os Governos zelar pelo patrimônio exemplar de nossa cooperação e fortalecê-lo continuamente.

A presença de Vossa Alteza Imperial nos festejos que marcam os oitenta anos da imigração japonesa é um testemunho vivo da importância do processo histórico que solidificou os laços entre nossos povos. Gostaria que, ao voltar a seu país, levasse do Brasil a idéia do quanto apreciamos e admiramos o Japão, sua gente e suas tradições.

Confiante nos rumos desse relacionamento fraterno, convido todos os presentes a erguerem um brinde pela saúde de Sua Majestade o Imperador Hiroito, pela felicidade pessoal de Vossa Alteza Imperial e pelas contínuas realizações do povo japonês.

guillermo bedregal gutierrez visita Brasília

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião do almoço oferecido ao Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Guillermo Bedregal Gutierrez, em 17 de junho de 1988

Ao longo de gerações, a sociedade brasileira tem invariavelmente reconhecido na Bolívia uma nação irmã, à qual se sente ligada não apenas pela geografia e pela história, mas também por forte comunhão de aspirações e interesses.

Hoje, nossa aproximação readquire vigor e alento com a experiência que ambos os países têm vivido no rumo da consolidação democrática e da promoção do desenvolvimento econômico-social. Esse mesmo caminho estão percorrendo outros povos da América Latina, imbuídos, como nós, do propósito de assegurar a nosso continente um destino fecundo de paz, liberdade e justiça.

É com a consciência dessa perspectiva histórica do relacionamento entre o Brasil e a Bolívia que tenho a honra, Senhor Ministro Guillermo Bedregal, de recebê-lo aqui no Palácio Itamaraty e de transmitir-lhe minhas calorosas boas-vindas nesta visita especialmente grata para o povo e o Governo do Brasil. Em meu nome e no das demais autoridades brasileiras presentes, posso antecipar a Vossa Excelência nossa satisfação pelas conversações que estamos mantendo.

A tradição de diálogo franco e construtivo que sempre marcou nossas relações é guardada com zelo pelo Governo brasileiro. Cabe-nos, hoje, renová-la.

Senhor Ministro,

A atual conjuntura latino-americana, por sua dificuldade e complexidade, torna a tarefa de

buscar o aprimoramento dos vínculos entre o Brasil e a Bolívia particularmente desafiadora. Ambos os países sofrem os efeitos de uma asfixiante dívida externa. Ambos ressentem, e nisto não estão isolados de outros países em desenvolvimento, as práticas discriminatórias predominantes no comércio internacional. Ambos experimentam em conjunto a necessidade de crescer, contando com escassos recursos. Esses problemas, em maiores ou menores proporções, afligem no momento quase toda a América Latina.

Nem por isso devemos fazer do esforço de desenvolvimento em nossa região uma história de fracasso e pessimismo. A capacidade criativa de nossos povos saberá vencer os obstáculos.

A Bolívia, precisamente, é exemplo de nação submetida em diferentes épocas às mais duras provações e que, no entanto, jamais deixou de acreditar no espírito de luta e na força de trabalho de seu povo. Saudamos, nesse sentido, os admiráveis êxitos que o Governo do Presidente Paz Estenssoro vem conseguindo na abertura de novos horizontes para o progresso e o bem-estar do povo boliviano. A atual redução dos níveis inflacionários em seu país, Senhor Ministro, mostra que as conquistas econômicas e sociais, não obstante os inúmeros percalços gerados pela situação de vulnerabilidade predominante na América Latina, podem ser mais do que sonho ou esperança. Elas são possíveis e aos Governos cabe buscar materializá-las pela firmeza de seus propósitos e eficácia de suas ações.

Mas a lição principal que nossos países estão tirando das crises contemporâneas é a de que se torna indispensável um esforço conjunto e solidário para superá-las. Diante de dificuldades comuns, sentimos que podemos aliar nossas forças como talvez a única alternativa disponível. O Brasil acredita nessa possibilidade e sua política externa reflete hoje a atitude consciente com que nos associamos a nossos vizinhos.

A aproximação do Brasil com os países da América Latina não é mais apenas fruto de uma vontade apoiada na tradição. É também uma necessidade que nasce da compreensão dos momentos difíceis que experimentamos. Temos, entretanto, a plena consciência de que a consolidação desse esforço conjunto se verificará de forma gradual, com paciente busca de convergências, evitando-se os traumatismos que muitas vezes decorrem de movimentos bruscos.

É nesse quadro, Senhor Ministro, que vejo o atual momento das relações entre o Brasil e a Bolívia. Em breve, deverão encontrar-se, na Bolívia, os Presidentes José Sarney e Paz Estenssoro. Terão diante de si uma agenda ampla e, creio, muito significativa. Temas de alta relevância, marcantes no relacionamento bilateral – como os relativos à aquisição e aproveitamento, pelo Brasil, de gás boliviano, e à luta contra o narcotráfico – ou temas de imediato impacto econômico – como o exame de novas formas de abertura de mercados a partir da cooperação fronteira e regional – estarão merecendo atenção especial nas conversações entre os dois Chefes de Estado. Como também deverão receber destaque, na entrevista presidencial, outros assuntos que, por terem uma definição mais adiantada no contexto de nossas relações, como é o caso da cooperação técnica ou na área de transportes, não se apresentam, entretanto, como menos significativos. Nessas duas últimas áreas mencionadas, por exemplo, nota-se todo um dinamismo das relações brasileiro-bolivianas, com a proposição, de lado a lado, de iniciativas ou projetos capazes de estabelecerem, no devido tempo, novos patamares de coopera-

ção, propícios à integração regional e à ativação dos fluxos de comércio.

Em todos esses casos, partilhamos, nesta visita de Vossa Excelência, da responsabilidade de procurar definir, com realismo, o que é possível fazer de imediato, e o que constitui objetivos de médio e longo prazo. Perseguimos essas metas em uma perspectiva de esforço conjunto, não exclusivista, acessível ao apoio externo, sobretudo o financeiro.

Sabemos que, sobre vários temas ora propostos para a agenda do encontro presidencial Sarney – Paz Estenssoro, o atual estágio de entendimento resulta de intensas negociações, nos planos bilateral e interno de cada país, nas quais todos os esforços foram despendidos com vistas à definição do conjunto de iniciativas a ser acordado pelos dois Governos. Creio que houve, nesse sentido, enormes avanços.

Assim parece ser, caro Ministro Bedregal, a relação positiva entre Estados. Alcançado um patamar, busca-se outro, mais alto, com o apoio do anterior. Justamente em meio a esse processo, que, na visão do Governo brasileiro, é extremamente construtivo e fecundo, nossos dois Presidentes decidem encontrar-se. Ouso dizer que se trata de uma percepção conjunta digna dos dois estadistas, sensível ao momento transcendente que atravessam os dois países, revigorados em sua fé democrática e em seu ânimo de progresso.

Aprendemos recentemente a admirar ainda mais a Bolívia, pela lição de experiência política e de esforço pela estabilidade econômica que vem proporcionando às demais nações latino-americanas. Agora, acima de tudo, creio podermos oferecer a nossa região a imagem simples, mas rica, de dois países dispostos à intensa cooperação.

Com esse espírito, peço que brindemos pela saúde e felicidade pessoal do Chanceler Guillermo Bedregal e pelo constante aprimoramento das relações entre o Brasil e a Bolívia.

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cerimônia de Assinatura de Acordo, por Troca de Notas, para a criação da Comissão Mista Permanente de Coordenação Brasil-Bolívia, em 17 de junho de 1988

Excelentíssimo Senhor
Embaixador da República da Bolívia,
Senhor Jaime Balcazar,

Pelo acordo que acabo de firmar com Vossa Excelência, abre-se um horizonte auspicioso nas relações entre o Brasil e a Bolívia. Estamos criando a Comissão Mista Permanente de Coordenação.

Com este instrumento, pretendemos consolidar, no seio de um único mecanismo, os esforços de colaboração em diversas áreas de interesse comum, viabilizando a obtenção de resultados concretos.

Temos consciência de que as dificuldades econômicas de hoje podem frustrar empreendimentos mais ambiciosos em cada um de nossos países e no próprio relacionamento bilateral. Mas elas, ao mesmo tempo, tornam premente a necessidade de que, com ousadia e imaginação, nos lancemos em busca de formas inovadoras de cooperação. A Comissão Mista ora criada é um passo importante nesse sentido.

Será dividida em nove Subcomissões encarregadas de canalizar as iniciativas conjuntas de nossos Governos:

- 1) na área econômica, financeira e comercial, um dos objetivos básicos será a imediata reativação do intercâmbio, com maior abertura de mercados e complementação industrial;
- 2) no setor de transportes e comunicações, há projetos prioritários a serem implementados a curto prazo;
- 3) no tema de energia e combustíveis, sobressaem assuntos de alta relevância como a aquisição de gás natural e energia elétrica pelo Brasil;

4) no campo da mineração e siderurgia, há possibilidades de complementação industrial a médio e longo prazos;

5) no setor cultural, educacional e de turismo, são amplas as perspectivas de cooperação, respeitada a identidade cultural de cada país, e atenção especial poderá ser focalizada na área fronteiriça;

6) em matéria de agricultura, agropecuária, recursos naturais e meio ambiente, é também vasto o potencial de ação conjunta visando ao desenvolvimento e à preservação ambiental na Amazônia;

7) são prioritárias, na área de salubridade, as ações de saúde na fronteira;

8) quanto ao tema da cooperação fronteiriça, caberá à Comissão coordenar a elaboração e execução de projetos binacionais de desenvolvimento sócio-econômico de regiões e comunidades vizinhas;

9) e, finalmente, na luta contra o tráfico ilícito de drogas, a cooperação, já iniciada, continuará com maior vigor.

É para mim uma satisfação, Senhor Embaixador, materializar junto com Vossa Excelência, neste ato que acabamos de assinar, a vontade política de nossos Governos no sentido do fortalecimento dos laços de amizade e colaboração entre o Brasil e a Bolívia.

A próxima visita do Presidente José Sarney a La Paz, onde se encontrará com o Presidente Victor Paz Estenssoro, conferirá, no nível mais alto de nosso relacionamento, maior autoridade a esse processo. Nossos objetivos de cooperação, voltados para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países, continuarão a exigir, contudo, denodados esforços. Com determinação e criatividade, prosseguiremos nesse caminho.

o gatt e a rodada uruguai

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cerimônia de abertura do Seminário sobre "O GATT e a Rodada Uruguai", dia 21 de junho de 1988, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Senhor Arthur Dunkell, Diretor-Geral do GATT,
Senhor Mário Amato, Presidente da FIESP,
Senhor Professor Dalmo Dallari, da FADUSP,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Minha presença hoje na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo me transporta para um passado de gratas recordações. Aqui reencontro as origens de minha formação acadêmica e política e revivo o ambiente de estudo que me preparou para a vida profissional de Bacharel.

Esta Escola em que floresceram inúmeras vocações para servirem à lei e à justiça é um dos orgulhos da história universitária brasileira. Valioso centro do pensamento jurídico, ela me faz evocar o convívio enriquecedor com meus antigos mestres. E rememorar também com admiração os colegas e amigos com quem partilhei os bancos da Faculdade, muitos deles hoje nomes ilustres que trabalham pelo Brasil e se dedicam com inteligência à causa pública e à justiça brasileira.

Após essas palavras carregadas de lembranças que me emocionam, passemos ao tema a respeito do qual fui convocado a falar neste seminário sobre o GATT e a Rodada Uruguai, patrocinado conjuntamente pelo Itamaraty, por esta Faculdade de Direito e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Todos concordamos em que o aumento vigoroso e sustentado de nossas exportações é essencial para a indispensável retomada das

altas taxas históricas de crescimento da economia brasileira. Nem todos aceitam, por outro lado, ou parecem não querer compreender, a tese de que para aquele objetivo é igualmente imprescindível o incremento de nossas importações.

A expansão inteligente e fiel aos interesses nacionais de nosso comércio exterior não é uma opção para a sociedade e o Governo: é uma necessidade absoluta diante de nossa realidade e dos desafios impostos pela economia internacional.

A cada ano, como resultado das taxas de crescimento demográfico, entram no mercado de trabalho brasileiro mais de um milhão de jovens. O aumento anual da força de trabalho nos próximos vinte anos não é uma variável sobre a qual se possa ter controle. É absolutamente vital que o sistema econômico brasileiro gere número suficiente de empregos para absorver este enorme contingente de cidadãos com direito ao trabalho. Ou são feitos os investimentos necessários, ou aqueles contingentes irão engrossar as populações marginalizadas da periferia de nossos centros urbanos, o que irá requerer elevados dispêndios em infra-estrutura social, sem possibilidade de remuneração, direta ou indireta.

Para realizar os investimentos que gerem tais empregos é indispensável não só aumentar a taxa de poupança interna, mas também reduzir o volume de transferência real de recursos para o exterior. O serviço da dívida, que hoje

se eleva a um montante anual de doze bilhões de dólares, corresponde a uma redução da capacidade de investir.

A elevação da taxa de poupança não pode ser apenas em cruzados, mas sim em dólares, através do aumento das exportações e da redução dos serviços da dívida, de modo a aumentar a capacidade de importar do país, através de uma maior disponibilidade de divisas.

Sem o aumento das importações de insumos industriais e de equipamentos para a ampliação da produção e a modernização do parque industrial brasileiro, a própria expansão e diversificação de nossas exportações ficará irremediavelmente comprometida. Por outro lado, sem a expansão de nossas exportações e a redução da transferência real de recursos para o exterior em níveis e condições compatíveis com o desenvolvimento brasileiro, não será possível o aumento de importações.

Este é o círculo vicioso que precisamos romper. Este o desafio a ser superado pela determinação política do Governo na busca de estágios mais avançados de progresso para a economia brasileira.

Certamente, uma política coerente e responsável de comércio exterior jamais permitirá a desintegração do parque industrial que foi construído com nosso esforço. Mas, certamente, ela terá que estimular e permitir que nossas indústrias se modernizem, se tornem mais competitivas e reduzam custos para poder colocar seus produtos nos mercados internacionais. A competição é acirrada, e o progresso tecnológico, ao beneficiar a eficiência, elimina do mercado aqueles que desconhecem essa realidade.

A modernização e o aumento da competição no próprio mercado interno brasileiro são absolutamente necessários para que se elevem as escalas de produção. Só a redução de custos é que leva à redução de preços ao consumidor e, portanto, à melhoria dos níveis de bem-estar da população.

Tudo isto seria fácil empreender não estivesse o cenário internacional dominado por graves desajustes e sombrias previsões. Assim vejamos:

1 – o ritmo insuficiente de crescimento das economias dos países industrializados deverá continuar a afetar nos próximos anos a expansão de mercados para nossas exportações;

2 – a diminuição ou estagnação desses mercados para os produtos de baixa elasticidade de renda, como são os produtos agrícolas – em especial os tropicais, das nações em desenvolvimento – são um reflexo direto dos baixos índices (em alguns casos, até negativos) de crescimento demográfico nos países industrializados;

3 – persiste o aumento do protecionismo tradicional no primeiro mundo, através de barreiras alfandegárias, beneficiando setores que se tornaram obsoletos e incapazes de enfrentar nossa concorrência, como no caso dos têxteis, produtos siderúrgicos e calçados; esse problema se agrava diante do neoprotecionismo, que impede o acesso ao conhecimento tecnológico nas indústrias de ponta;

4 – ressalta ainda o problema da contração dos mercados dos países em desenvolvimento, afetados por uma dívida externa até mais grave do que a brasileira, dada a menor diversificação de suas estruturas econômicas e de seu comércio exterior.

Para um país como o Brasil, que necessita fortalecer sua indústria nascente nos setores de tecnologia de ponta, foi de alta importância a decisão alcançada por consenso na Reunião do GATT de 1986, em Punta del Este, onde tive a honra de chefiar nossa delegação, no sentido da separação jurídica do tratamento das questões relativas a bens e serviços, estes últimos mantidos fora do Acordo Geral. Evitar a cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países em desenvolvimento ficassem relegados à mera condição de consumidores de tecnologias avançadas, continua sendo objetivo prioritário da diplomacia econômica brasileira.

Não podemos aceitar que os desequilíbrios macroeconômicos nos países industrializados, entre os quais avultam a dívida interna e externa dos Estados Unidos e a acirrada competição nas relações comerciais entre aquele país, a CEE e o Japão, originem formas injustas e discriminatórias de repartição de mercados. Não podemos aceitar que esses desequilíbrios impeçam a maior participação dos países em desenvolvimento na economia internacional.

A moldura jurídica multilateral e o respeito às legislações nacionais não podem ser substituídos pelo unilateralismo retaliatório como solução de problemas comerciais e econômicos. O Governo brasileiro acolheu, portanto, com satisfação, a recente decisão das autoridades norte-americanas a propósito de medidas previamente anunciadas em relação à política brasileira de informática. No espírito de diálogo e de boa-fé que desejamos preservar em nosso relacionamento com os Estados Unidos, consideramos que esse passo constitui fator de tranquilidade no comércio bilateral e contribuirá para um maior esclarecimento das posições de cada parte.

É neste quadro de grande complexidade que se insere a Rodada Uruguai como tentativa de reordenar o comércio internacional e de permitir sua expansão.

Claro está, Senhores, que algo falta no cenário internacional que permita o reconhecimento do caráter central da dívida externa para os países em desenvolvimento e para a própria revitalização do sistema econômico internacional.

Está convencido o Governo brasileiro de que, sem uma vinculação entre os problemas do comércio e da dívida, o tratamento das questões econômicas internacionais não levará a conclusões efetivas. Sem a solução da dívida não haverá expansão do comércio. Sem expansão do comércio, não haverá solução para a dívida. O Brasil precisa assegurar seu crescimento econômico e é comprometido com esse objetivo, não aceitando fórmulas que impliquem pagar a dívida com sacrifício de nos-

so povo, que estamos normalizando soberanamente nossas relações com a comunidade financeira internacional.

Da análise serena das graves realidades com que nos defrontamos decorrem nossos objetivos estratégicos na Rodada Uruguai:

- assegurar tratamento diferenciado em nosso favor e dos países em desenvolvimento no campo do comércio;
- manter abertas as portas ao conhecimento tecnológico sem mecanismos adicionais que dificultem ainda mais nosso progresso nas áreas de ponta;
- reviver o multilateralismo como base do comércio internacional;
- impedir que as regras do comércio internacional sejam uma tradução das regras nacionais dos países mais fortes economicamente para atender a suas necessidades domésticas;
- a crise crônica de balanço de pagamentos em que se debatem os países em desenvolvimento nas últimas décadas, e que se agravou com a dívida, torna essencial manter a possibilidade desses países defenderem seu setor externo através de medidas de defesa de seus balanços de pagamentos;
- o princípio básico de promoção do desenvolvimento econômico brasileiro e de fortalecimento de nossos setores produtivos tem preeminência sobre a política de expansão do comércio exterior;
- finalmente, o princípio de equilíbrio de resultados das negociações comerciais multilaterais é condição de nossa participação.

Senhores,

O Brasil considera ter realizado contribuição muito significativa para o processo de reativação e liberalização do comércio internacional através da recente reforma da tarifa aduaneira e da abolição de dezenas de controles.

Aguarda o Brasil a contribuição daqueles países que no campo do comércio de produtos agrícolas, pelos subsídios à exportação, levaram à atual situação de competição predatória e que no campo do comércio de manufaturas esqueceram as regras do GATT para criar mecanismos de restrição unilateral e de retaliação.

Esperamos que não se criem novas restrições às nossas exportações e que se eliminem as restrições ilegais criadas ao arropio do GATT. Esta é condição indispensável para que possamos participar de um processo tão importante para nosso comércio exterior e para nosso desenvolvimento, como é a Rodada Uruguai.

É uma grande satisfação para o Governo brasileiro, Senhor Diretor-Geral do GATT, contar com a presença de Vossa Excelência neste seminário. Terá aqui Vossa Excelência a oportunidade de testemunhar a seriedade e o espírito construtivo com que o Brasil está engajado na Rodada Uruguai em defesa de seus interesses – que são os mesmos das nações em desenvolvimento – e com o objetivo de contribuir para um comércio mais livre e mais equilibrado entre todos os países.

Ao Presidente da FIESP, Doutor Mário Amato, desejo realçar a importância da contribuição do empresariado brasileiro para o êxito da Rodada. Sua participação no processo de desenvolvimento econômico e no comércio exterior do país é fundamental, e espero que este

seminário possa criar no empresariado nacional uma consciência maior de tudo quanto está em jogo nesta fase em que as negociações se aceleram.

Considero também uma honra estar ao lado neste encontro do Professor Dalmo Dallari. Conta o Governo brasileiro com a contribuição da comunidade acadêmica, na análise da realidade nacional e internacional, para identificar os interesses nacionais e permitir sua melhor promoção. A realização deste Seminário sobre a Rodada Uruguai concorrerá para focalizar a atenção da comunidade acadêmica em um processo em que ela tem muito a contribuir com sua inteligência e argúcia.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não é por acaso que este seminário se realize em São Paulo. Dínamo da economia brasileira, este Estado constitui o foco irradiador das exportações mais sofisticadas que fazem hoje de nossa presença econômica internacional um vigoroso estímulo para o desenvolvimento global do país.

A Rodada Uruguai tem muito a dizer, portanto, para o futuro de São Paulo e de todo o Brasil. Meus agradecimentos a todos os presentes – empresários, autoridades, acadêmicos e estudantes. Que seus esforços nestes dois dias contribuam para melhor compreender os interesses brasileiros envolvidos nessas negociações que representam, hoje, um dos grandes desafios da diplomacia brasileira.

visita do diretor do departamento político da olp

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no almoço em homenagem ao Senhor Faruk Kaddumi, Diretor do Departamento Político da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

Excelentíssimo Senhor Faruk Kaddumi, Diretor do Departamento Político da Organização para a Libertação da Palestina,

Inspirado pela tradição de paz e diálogo que caracteriza historicamente sua conduta internacional, o Brasil tem a honra de acolher a visita de um ilustre representante do povo palestino.

Deve este acontecimento ser interpretado como expressão do invariável apoio de nosso país à causa que dá nome à Organização de Vossa Excelência e que é reconhecida pela comunidade internacional como justa e legítima.

A conveniência de reforçar as gestões em favor dessa causa é que trouxe Vossa Excelência ao Brasil, onde sua presença, estou certo, contribuirá para a consolidação de um relacionamento franco, amistoso e construtivo entre nossos povos.

O problema palestino está na raiz dos conflitos no Oriente Médio. Enquanto não for solucionado, a paz na região será precária.

De índole pacífica e democrática, os brasileiros receberam de diversos contingentes originários do Oriente Médio um aporte enriquecedor ao seu esforço de desenvolvimento. Somos uma sociedade pluralista em que diferentes credos, etnias, tradições culturais e convicções políticas coexistem harmoniosamente. Esses traços genuínos de nossa formação não

determinariam outra atitude frente ao problema da região senão a de um compromisso efetivo com os princípios fundamentais da boa convivência internacional.

O direito à autodeterminação dos povos, o repúdio à ocupação de territórios pela força, a busca de soluções pacíficas e negociadas para as controvérsias, a não-intervenção em assuntos internos e externos dos Estados são regras cuja observância ou transgressão servem de parâmetro para se definir a atmosfera das relações internacionais e, mesmo, o próprio rumo da humanidade. Onde forem acatadas permanentemente e nenhum Estado considerar-se isento de cumpri-las, haverá paz, concórdia e entendimento. Onde forem, por outro lado, sistematicamente desrespeitadas, permanecendo o direito impotente diante da força do poder, viveremos fatalmente ambientes de crise, de violência, de opressão, de desigualdade.

Favorecemos, para a questão do Oriente Médio, como temos reiteradamente manifestado, uma solução justa, pacífica e duradoura. Nenhum conflito deve terminar com a imposição de uns sobre outros. A História é rica de exemplos que mostram que a paz verdadeira e perene nasce da conciliação, da transigência, dos acordos mutuamente satisfatórios, enfim, de uma vontade comum de aproximação entre os povos em conflito.

Uma solução justa, pacífica e duradoura para o problema do Oriente Médio só será alcan-

çada através da retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes, do pleno acatamento dos direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e à independência, e do direito de todos os Estados da Região de viverem em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. O Brasil apoiou e continua a apoiar as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por outro lado, o Brasil tem favorecido a convocação de uma conferência internacional de paz, sob os auspícios das Nações Unidas, em que seja assegurada a plena participação de todas as partes interessadas, inclusive aquela que Vossa Excelência representa, a Organização para a Libertação da Palestina.

Preocupa-nos, particularmente, o agravamento da tensão nos territórios sob ocupação. Perdendo há vinte e um anos, esse problema reclama uma solução que deve necessariamente contemplar a criação de um Estado nacional palestino.

A deportação de cidadãos palestinos de sua terra natal e outras medidas repressivas nos

territórios ocupados foram condenadas pelas Resoluções 605, 607 e 608 das Nações Unidas. O Brasil, unindo-se ao sentimento predominante na comunidade internacional, deu integral apoio àquelas decisões.

Membro do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil continuará marcando sua atuação naquele foro pela defesa objetiva e intransigente da paz. Posso assegurar-lhe, Senhor Faruk Kaddumi, que não diminuiremos nossos esforços no propósito de contribuir para que o trágico e prolongado conflito do Oriente Médio, que já custou muitas vidas humanas, possa ser resolvido pacífica e definitivamente.

É em nome dessa causa, apoiada com toda ênfase pelo Brasil, que convidei Vossa Excelência para vir a nosso país e conversarmos sobre os caminhos viáveis que levem a tranquilidade e a justiça ao Oriente Médio.

E é em nome dessa causa que peço a todos os presentes levantarem suas taças em um brinde pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, dos integrantes de sua comitiva, e pela paz no Oriente Médio.

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Asdrúbal Pinto de Ulysséa, para Embaixador, cumulativo, na República de Chipre, em 30 de junho de 1988;

Brian Michael Fraser Neele, para Embaixador na República da Nigéria, em 30 de junho de 1988;

Fernando Silva Alves, para Embaixador, cumulativo, nas Comunidades de Dominica e de Santa Lúcia, em 30 de junho de 1988;

Guy Marie de Castro Brandão, para Embaixador, cumulativo, na Mauritània, em 30 de junho de 1988;

Jayme Villa Lobos, para Embaixador, cumulativo, na República de Guiné Equatorial, em 30 de junho de 1988;

Joaquim Ignácio Amazonas Mac-Dowell, para Embaixador na Tailândia, em 30 de junho de 1988;

Jorge Ronaldo Lemos Barbosa, para Embaixador, cumulativo, na República Popular do Congo, em 30 de junho de 1988;

Murilo Gurgel Valente, para Embaixador, cumulativo, na República da Islândia, em 30 de junho de 1988;

Octávio Rainho da Silva Neves, para Embaixador, cumulativo, na República de Sri Lanka e no Reino do Nepal, em 30 de junho de 1988;

Raimundo Nonato Loyola de Castro, para Embaixador nas Filipinas, em 30 de junho de 1988;

Renato Prado Guimarães, para Embaixador na Venezuela, em 30 de junho de 1988;

Ronaldo Motta Sardenberg, para Embaixador, cumulativo, na República Popular da Mongólia, em 30 de junho de 1988;

Rubens Antonio Barbosa, para Embaixador na Representação Permanente do Brasil na ALADI, em Montevideú, em 30 de junho de 1988;

Sérgio Seabra de Noronha, para Embaixador no Estado do Coveite, em 30 de junho de 1988.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Abdelouahab Keramane, Embaixador da Argélia, em 05 de abril de 1988;

Jaime Balcazar Aranibar, Embaixador da Bolívia, em 05 de abril de 1988;

Carlos Alberto Prera Flores, Embaixador da Guatemala, em 05 de abril de 1988;

Erik Lyrtoft-Petersen, Embaixador da Dinamarca, em 10 de maio de 1988;

Ghassub Al-Refai, Embaixador da Síria, em 10 de maio de 1988;

José Luis Crespo de Vega, Embaixador da Espanha, em 14 de junho de 1988;

Paul J.A. Tipping, Embaixador da Nova Zelândia, em 14 de junho de 1988.

tratados acordos convênios

brasil e venezuela assinam acordos

Acordos assinados por ocasião da visita oficial ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Senhor Germán Nava Carrillo, dia 17 de maio de 1988, no Itamaraty

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o estabelecimento de uma zona non-aedificandi na fronteira entre os dois países

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Venezuela
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejosos de aperfeiçoar e desenvolver harmonicamente as relações de boa vizinhança entre os dois países;

Reconhecendo a necessidade de preservar e conservar o divisor de águas e os demais acidentes geográficos que servem de referência para a identificação da linha fronteira;

Conscientes da necessidade de evitar que possa ser dificultada a materialização da linha fronteira;

Tendo presente, em particular, a conveniência de adotar medidas que assegurem a intervisibilidade entre os marcos;

Considerando que o crescimento populacional em certas áreas da fronteira comum pode dificultar a consecução dos objetivos antes mencionados, e

Tendo em conta as recomendações formuladas nas Quadragésima Nona, Quinquagésima e Quinquagésima Primeira Conferências da Comissão Mista Brasileiro - Venezuelana Demarcadora de Limites,

Acordam o seguinte:

Artigo I

Fica estabelecida, ao longo da fronteira entre os dois países, e de ambos os lados desta, uma zona "non-aedificandi" e de características especiais.

Artigo II

1. A zona "non-aedificandi" terá 30 metros de largura para cada lado da linha fronteira.

2. Nessa zona não se poderá realizar nenhum tipo de atividades e obras.

3. Cada Parte adotará as medidas necessárias para assegurar o cumprimento do estipulado no presente Artigo.

Artigo III

Ambas as Partes acordarão, caso a caso, as medidas a serem adotadas em relação às atividades e obras referidas no Artigo II, as quais tenham sido realizadas antes da entrada em vigor do presente Acordo.

Artigo IV

A Comissão Mista Brasileiro - Venezuelana Demarcadora de Limites prestará todo o apoio técnico que for necessário para o cumprimento do presente Acordo.

Artigo V

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará à outra do cumprimento das formalidades requeridas por seu respectivo ordenamento jurídico para a entrada em vigor do presente Acordo, a qual se efetivará a partir da última dessas notificações.

2. O presente Acordo permanecerá em vigência por período ilimitado, a menos que as Partes convenham em modificá-lo ou em adotar um novo Acordo, ou que uma das Partes o denuncie por via diplomática.

3. As modificações referidas no parágrafo 2 do presente Artigo entrarão em vigência na forma indicada no parágrafo 1 do presente Artigo.

4. A denúncia referida no parágrafo 2 do presente Artigo terá efeito seis meses depois da data do recebimento da respectiva notificação.

Feito em Brasília, aos 17 dias do mês de maio de 1988, em dois exemplares originais de idêntico teor, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil o Ministro das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Venezuela o Ministro das Relações Exteriores

Germán Nava Carrillo

Acordo de co-produção cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela
(doravante denominados "Partes"),

Animados pelo propósito de facilitar a produção em comum de filmes que, por sua qualidade artística e técnica, contribuam para o desenvolvimento das relações culturais e comerciais entre os dois países, e que sejam competitivos tanto nos respectivos territórios nacionais como nos de outros países,

Acordam o seguinte:

I – Co-Produção

Artigo I

Para efeitos do presente Acordo, as Partes entendem por "filme de co-produção brasileiro - venezuelana" uma película de duração não inferior a 70 minutos para os longas-metragens, e não inferior a 4 minutos para os curtas e médias-metragens, em todos os formatos e meios, realizada por um ou mais produtores brasileiros, conjuntamente com um ou mais produtores venezuelanos, e conforme as disposições mencionadas nos Artigos do presente Acordo, com base em um contrato estipulado pelas empresas co-produtoras e devidamente aprovado pelas autoridades competentes de cada país: no Brasil, pelo Conselho Nacional do Cinema (CONCINE), do Ministério da Cultura, e na Venezuela, pela Dirección de la Industria Cinematográfica, do Ministério do Fomento.

Artigo II

As películas realizadas em co-produção entre ambas as Partes serão consideradas como películas nacionais pelas autoridades competentes de ambos os países, sempre e quando sejam realizadas em conformidade às disposições legais vigentes em cada país. Tais filmes se beneficiarão das vantagens previstas para o filme nacional por disposições de lei vigente ou que venha a ser promulgada em cada país co-produtor.

Artigo III

Para gozar dos benefícios do presente Acordo, os co-produtores deverão cumprir com os requisitos estabelecidos pelas suas próprias leis nacionais e com os requisitos estabelecidos pelas Normas de Procedimento, indicadas no Anexo "A" do presente Acordo e que se consideram parte do mesmo.

Artigo IV

1. Na co-produção dos filmes, a proporção dos respectivos aportes dos co-produtores dos dois países poderá variar de 30% a 70%. Nos casos de co-produção com terceiros países, a participação financeira minoritária poderá ser de até 20% do custo total, de acordo com a legislação vigente em cada país.

2. Para efeito dos cálculos percentuais mencionados no parágrafo anterior, os aportes de cada co-produtor terão valores proporcionais no conjunto da co-produção, independentemente de seu valor monetário. Tais valores se regerão pela Tabela de Percentagem de Aportes, especificada no Anexo "B" do presente Acordo e parte integrante do mesmo.

3. A participação artística e técnica na co-produção se regerá pela Tabela de Pontuação especificada no Anexo "C" do presente Acordo e parte integrante do mesmo.

Artigo V

1. Os filmes deverão ser realizados com autores, técnicos e intérpretes de nacionalidade brasileira ou venezuelana, ou estrangeiros com Visto de Residente em um dos dois países. Tendo em conta as exigências da produção, será consentida, mediante prévio acordo entre as Partes, a participação de estrangeiros não residentes, segundo a legislação vigente em cada país.

2. Os diretores das co-produções deverão ser nacionais ou residentes em um dos dois países co-produtores.

3. Os co-produtores não poderão impor nenhuma espécie de supervisão artística ou cargo análogo superior ao diretor, ou junto a ele.

Artigo VI

1. A revelação dos negativos se realizará, em princípio, nos laboratórios de uma das Partes.

2. O processamento das cópias destinadas à programação em cada uma das Partes será efetuado nos respectivos países.

3. Para cada filme de co-produção, serão preparados um negativo e um contratipo, ou um negativo e um internegativo.

4. Cada co-produtor será proprietário de um negativo ou de um contratipo.

5. O co-produtor majoritário será o encarregado da custódia dos negativos originais de imagem e som.

6. O co-produtor minoritário poderá, mediante prévio acordo com o co-produtor majoritário, dispor do negativo original.

Artigo VII

A divisão de bilheterias nos mercados deverá ser proporcional à participação percentual dos co-produtores na produção do filme, salvo no caso de os produtores realizarem acordo em termos específicos, com a aprovação das autoridades competentes de ambas as Partes. Essa repartição poderá efetuar-se por intermédio de uma divisão de mercados, de uma distribuição compartilhada dos mesmos mercados, ou ainda por uma combinação destas duas fórmulas.

Artigo VIII

1. A distribuição nos mercados internacionais compartilhados será negociada pelo co-produtor cuja participação seja majoritária naquele mercado, consultados previamente os demais co-produtores.

2. Nos mercados internacionais compartilhados na base de 50% para cada Parte, a negociação será levada a cabo por ambos os co-produtores. O co-produtor que receber uma oferta deverá comunicá-la formalmente ao outro, o qual, por sua vez, terá um prazo de cinco dias, contado a partir do recebimento da comunicação, para apresentar uma melhor oferta.

Artigo IX

Será promovida com particular interesse a realização de filmes com especial valor artístico e financeiro, entre empresas produtoras das duas Partes e empresas de outros países com os quais uma ou outra Parte esteja ligada respectivamente por acordos de co-produção.

Artigo X

1. Os créditos que encabeçam os filmes de co-produção deverão indicar, em quadro separado, tanto as empresas produtoras como o enunciado "Co-produção Brasileiro - Venezuelana", ou "Coproducción Venezolano - Brasileña", conforme os respectivos aportes de cada país.
2. Os filmes serão apresentados nos Festivais Internacionais pelos países co-produtores, mencionados em ordem segundo a sua participação percentual.
3. Nas películas de co-produção meio a meio, será citado em primeiro lugar o país da nacionalidade ou da residência do diretor.
4. Os prêmios, subvenções, incentivos e demais benefícios econômicos que forem concedidos aos filmes poderão ser repartidos entre os co-produtores, de acordo com o estabelecido no contrato de co-produção.
5. Todo prêmio que não seja efetivo, isto é: distinção honorífica ou troféus concedidos em terceiros países a filmes realizados segundo as normas estabelecidas neste Acordo, será conservado em depósito pelo co-produtor majoritário, ou segundo estabeleça o contrato de co-produção.

Artigo XI

As Partes concederão facilidades para a circulação e permanência do pessoal artístico e técnico que participe das películas realizadas em co-produção, de conformidade com o presente Acordo. Igualmente, serão concedidas facilidades para a importação e exportação temporária, nos dois países, do material necessário para a realização das co-produções, segundo as normas vigentes sobre a matéria em cada país.

II - Intercâmbio

Artigo XII

1. A importação, exportação e distribuição dos filmes declarados nacionais estará subordinada à legislação vigente em cada país. Cada Parte facilitará, em seu próprio território, a difusão do filme reconhecido como nacional pela outra Parte.
2. A transferência de divisas relativas ao pagamento de materiais, serviços prestados e bilheterias, resultantes da venda e comercialização dos filmes, efetuar-se-á segundo as normas estabelecidas no contrato de co-produção e em conformidade à legislação vigente em cada país.

III - Disposições Gerais

Artigo XIII

As autoridades competentes das duas Partes se comunicarão as informações de caráter técnico e financeiro relativas às co-produções, ao intercâmbio dos filmes e, em geral, aquelas que se referem às relações cinematográficas entre os dois países.

Artigo XIV

O não-cumprimento de uma ou mais cláusulas do contrato celebrado pelas empresas co-produtoras dará direito à parte afetada ou agravada a denunciar judicialmente a outra ou outras na jurisdição de sua escolha.

Artigo XV

Será criada uma Comissão Mista que terá como atribuição velar pela execução do presente Acordo, bem como examinar e resolver as dificuldades de sua aplicação. Tal Comissão será integrada, da parte brasileira, por dois representantes indicados pela Coordenadoria de Relações Institucionais do CONCINE, e, da parte venezuelana, por um representante da Dirección de la Indústria Cinematográfica e por um representante eleito pelas entidades cinematográficas.

Artigo XVI

Cada Parte notificará à outra do cumprimento dos procedimentos exigido pelas legislações respectivas para a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor a partir da data de recebimento da última destas notificações.

Artigo XVII

1. O presente Acordo terá uma duração de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos.
2. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes mediante notificação por via diplomática, e a denúncia surtirá efeito seis meses depois de recebida a respectiva notificação.
3. A qualquer momento, as Partes poderão, por via diplomática, propor modificações ao presente Acordo. Quando aprovadas pelas Partes, tais modificações entrarão em vigor na forma prevista no Artigo XVI.

Feito em Brasília, aos 17 dias do mês de maio de 1988, em dois originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, Ministro das Relações Exteriores,

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Venezuela, Ministro das Relações Exteriores,

Germán Nova Carrillo

Anexo "A"

Normas de procedimento para a execução do acordo de co-produção cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela

Para aplicação do Acordo de Co-produção Cinematográfica Brasil - Venezuela assinado na data de hoje se estabelecem as seguintes Normas de Procedimento:

1. As solicitações de admissão dos benefícios da co-produção cinematográfica bem como com o contrato de co-produção anexo depositar-se-ão simultaneamente, nas respectivas administrações, no mínimo sessenta dias antes do começo da rodagem da película.

2. A documentação requerida para a admissão deve ser a seguinte:

2.1. - Os documentos que certifiquem a propriedade legal, por parte dos co-produtores, dos direitos de autor sobre a obra a realizar, seja esta uma história original ou uma adaptação.

2.2. - Um roteiro detalhado com os diálogos do filme.

2.3. - O contrato de co-produção (um exemplar firmado e rubricado em três vias, que devem ser registradas ante as autoridades competentes de ambos os países). Tal contrato deverá precisar no seu anexo:

- a) o título do filme;
- b) o nome do autor do argumento e do adaptador, se se tratar de argumento baseado em obra literária;
- c) o nome do diretor;
- d) os custos totais;
- e) a soma das contribuições totais de cada co-produtor;
- f) a repartição de bilheterias e de mercados;
- g) a indicação de data-limite para o início da rotação do filme.

2.4. O plano de execução financeira e o orçamento dos gastos.

2.5. A ficha técnica e artística completa e a nacionalidade dos participantes.

2.6. O plano de trabalho, com a indicação dos países onde serão efetuadas as rotações de cada seqüência.

3. Enquanto a co-produção estiver sendo realizada, e até o término da mesma, poderão ser introduzidas modificações no contrato de co-produção originalmente registrado, inclusive as referentes à variação das participações percentuais, à repartição de território e à substituição de um dos co-produtores.

3.1. - A substituição de um co-produtor será admitida somente em casos excepcionais e por motivos reconhecidos como válidos pelas duas administrações.

3.2. - As modificações eventualmente introduzidas no contrato original deverão ser notificadas às autoridades de cada país, e por estas aprovadas.

memorandum de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república da venezuela relativo à cooperação para construção da rodovia BR-174 no trecho entre boa vista e o marco BV-8

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Venezuela,

Tendo presentes os termos do Convênio de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 1977;

Considerando o "Compromisso de Caracas", firmado em 17 de outubro de 1987, pelos Presidentes José Sarney e Jaime Lusinchi, no qual determinam aos órgãos competentes dos

dois Governos a adoção de medidas imediatas, com vistas ao estabelecimento de mecanismos para o integral aproveitamento das potencialidades das relações bilaterais nos diferentes setores das economias de ambos os países;

Tomando em conta o "Programa de Ação" a ser executado pelo Brasil e pela Venezuela, aprovado em 16 de outubro de 1987, e no qual se contempla a implementação das modalidades específicas de cooperação necessárias para a construção da Rodovia BR-174, ao norte de Boa Vista, até o Marco BV-8, na fronteira entre ambos os países,

Convêm no seguinte:

Artigo I

Os dois Governos estabelecerão, de imediato, os mecanismos necessários para viabilizar a cooperação bilateral com vistas à construção da Rodovia BR-174 entre Boa Vista e o Marco BV-8.

Parágrafo 1: A cooperação a que se refere o presente Artigo abrange a oferta conjunta de bens e prestações de serviços à referida obra pelo Brasil e pela Venezuela.

Parágrafo 2: A contratação de serviços de engenharia e de construção civil, relativos à Rodovia BR-174, no trecho especificado acima, dar-se-á mediante a formação de consórcio de empresas brasileiras e venezuelanas, na forma estabelecida pelas respectivas legislações nacionais.

Artigo II

O Governo da Venezuela está disposto a oferecer financiamento sobre o custo das obras. O Governo do Brasil ressarcirá ao Governo da Venezuela o custo das obras mediante o pagamento em bens e equipamentos de origem brasileira e, para tanto, as Partes se outorgarão as garantias ou avais que sejam necessários. A implementação dos mecanismos a que se refere este Artigo será objeto de um acordo especial.

Artigo III

Ambos os Governos, segundo a legislação em vigor, estabelecerão, através dos órgãos competentes, os mecanismos que estimem necessários para facilitar a contratação dos serviços e a transferência de bens, equipamentos, materiais e pessoal necessários para a execução da referida obra.

Artigo IV

Para a consecução e implementação do presente Memorandum de Entendimento, o Governo da República Federativa do Brasil designa o Ministro dos Transportes, e o Governo da República da Venezuela o Ministro de Estado Presidente da Corporação Venezuelana de Guayana.

Artigo V

O estabelecimento dos mecanismos comerciais e financeiros a que se refere o presente Memorandum de Entendimento será feito por via diplomática.

Artigo VI

Este Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 17 dias do mês de maio de 1988, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil o Ministro das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Venezuela o Ministro das Relações Exteriores

Germán Nova Carrillo

memorando de entendimento entre os governos da república federativa do brasil e da república da venezuela, para regulamentar o transporte fronteiriço de passageiros entre o território de roraima e o estado de bolívar

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela,

Considerando o desenvolvimento alcançado pelo transporte público de passageiros entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar, e desejosos de estimulá-lo e regulamentá-lo, com o objetivo de se lograr um maior intercâmbio comercial, turístico e cultural,

Acordaram o seguinte:

1. O referido transporte de passageiros será efetuado por empresas, ou cooperativas, legalmente constituídas segundo a legislação de cada país, as quais deverão ter comprovada experiência na prestação de serviços na região.

2. Estas empresas, ou cooperativas, deverão estar amparadas por apólices de seguro de responsabilidade civil extra-contratual e contratual com cobertura no outro país.

3. Para os efeitos do presente Memorandum, são órgãos, competentes e responsáveis pela aplicação de medidas de caráter bilateral relativas aos transportes nos respectivos países:

– Pela República Federativa do Brasil:

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER);

– Pela República da Venezuela:

Dirección General Sectorial de Transporte Terrestre (DGSTT).

Feito em Caracas, aos 4 dias do mês de fevereiro de mil e novecentos e oitenta e oito.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil o Secretário-Geral do Ministério dos Transportes
Eng. Mario Antônio G. Picanço

Pelo Governo da República da Venezuela o Ministro de Transportes e Comunicações

Eng. Juan Pedro del Moral

**ACORDO, POR TROCA DE NOTAS,
SOBRE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota datada de 17 de maio de 1988, cujo teor em português e o seguinte:

“Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de comunicar-lhe que o Governo da República da Venezuela deseja pôr em vigor os entendimentos alcançados em matéria de cooperação técnica, produto das conversações mantidas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a matéria.

Nessas condições, inspirado na fraternal amizade existente entre o Brasil e a Venezuela, e considerando o Programa de Ação incluído na Declaração Conjunta assinada em 17 de outubro de 1987 pelo Presidente Jaime Lusinchi e o Presidente José Samey, durante sua visita a Caracas nos dias 15 a 17 de outubro de 1987, o Governo da Venezuela propõe a execução do seguinte Programa de Cooperação Técnica entre ambos os países, ao longo do corrente ano. As datas de início dos projetos e atividades contemplados neste Programa serão acordadas por via diplomática.

A. Projetos

1) Planejamento e Gerência de Sistemas de Transporte Público de Passageiros e Engenharia de Trânsito

Instituições Executoras: Ministério de Transporte y Comunicaciones (Venezuela) e Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos/Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (Brasil).

Objetivo: Cooperar com o Ministério de Transporte y Comunicaciones, com vistas a uma maior eficiência do sistema de transporte urbano de Caracas.

Modalidade de Cooperação:

– Envio à Venezuela de quatro consultores brasileiros, pelo período de uma semana cada um, para assessoria em áreas pré-estabelecidas.

– Envio ao Brasil, para estágios, de seis técnicos venezuelanos, pelo período de uma semana cada um.

2) Desenvolvimento de Recursos Humanos

Instituições Executoras: C.A. Metro de Caracas (Venezuela) e Companhia do Metropolitano de São Paulo (Brasil).

Objetivo: Capacitação de pessoal na área de operação e manutenção do Sistema Integral de Transporte Metroviário.

Modalidade de Cooperação:

– Envio à Venezuela de dois consultores brasileiros em áreas críticas pré-estabelecidas, pelo período de duas semanas cada um.

– Envio ao Brasil de dois técnicos venezuelanos para conhecer a experiência brasileira na área, pelo período de duas semanas cada um.

– Com base nos resultados alcançados nas visitas acima citadas, se acordará a realização de visitas técnicas em nível gerencial, de estágios em nível técnico-operacional e de um seminário sobre tema de interesse mútuo.

3) Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Bens de Capital

Instituições Executoras: Consejo Nacional para el Desarrollo de la Industria de Bienes de Capital – CONDIBIECA – e Empresa de Energía Eléctrica del Estado Venezolano – CADAFE (Venezuela), e Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base – ABDIB e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (Brasil).

Objetivo: Apoiar as instituições venezuelanas no desenvolvimento do setor produtivo de bens e serviços de capital e na implantação de um sistema centralizado de normalização e controle de qualidade para o desenvolvimento tecnológico.

Modalidade de Cooperação:

– Envio à Venezuela de quatro consultores brasileiros, em áreas pré-estabelecidas, pelo período de três semanas cada um.

– Envio ao Brasil de cinco técnicos venezuelanos, para treinamento, pelo período de duas semanas cada um.

– Envio ao Brasil de quatro técnicos venezuelanos, para estágios, pelo período de duas semanas cada um.

Observação: O financiamento dos projetos acima indicados se fará com base no esquema de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), à exceção do Projeto de Planejamento e Gerência de Sistemas de Transporte Público de Passageiros e Engenharia de Trânsito, no âmbito do qual cada Governo assumirá os gastos de passagens e diárias dos técnicos que envie ao outro país.

B. Atividades

1) Intercâmbio de Experiências no Campo Siderúrgico

Instituições: Siderúrgica del Orinoco – SIDOR (Venezuela) e Siderurgia Brasileira S. A. – SIDERBRAS (Brasil).

Modalidade de Cooperação:

– Envio ao Brasil de uma missão venezuelana, integrada por três pessoas, pelo período de dez dias, na área de sistemas hidráulicos, cujos custos estarão a cargo da contraparte venezuelana. Outras missões no campo siderúrgico, em áreas já identificadas, poderão ser oportunamente acordadas.

2) Cooperação em Planejamento

Instituições: Dirección General Sectorial de Planificación a Corto Plazo de la Oficina Central de Coordinación y Planificación de la Presidencia de la República – CORDIPLAN (Venezuela) e Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN/PR (Brasil).

Modalidade de Cooperação:

– Envio de uma missão venezuelana para conhecer a experiência brasileira na elaboração de tabelas de matriz insu-
mo/produto. O financiamento desta atividade se fará com base no esquema de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

3) Administração Municipal

Instituições: Asociación Venezolana de Cooperación Intermunicipal – AVECI (Venezuela) e Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (Brasil).

Modalidade de Cooperação:

– Assessoria, durante um mês, de um técnico do IBAM, na área de mercados. O Governo da Venezuela financiará os gastos correspondentes a passagens e diárias.

4) Cooperação Técnica

Instituições: Oficina Central de Coordinación y Planificación de la Presidencia de la República – CORDIPLAN e Ministério de Relaciones Exteriores – MRE (Venezuela), e Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE (Brasil).

Modalidade de Cooperação:

– O Governo brasileiro enviará à Venezuela uma missão técnica da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) com o objetivo de conhecer a experiência venezuelana no campo da cooperação técnica e de discutir com as autoridades competentes, a partir da identificação de áreas de excelência venezuelanas, os futuros desenvolvimentos do Programa Bilateral de Cooperação Técnica, e seus mecanismos de financiamento. O financiamento desta atividade estará a cargo do Governo brasileiro.

As atividades acima poderão gerar novos projetos de cooperação técnica entre ambos os países.

Caso o Governo brasileiro esteja de acordo com o Programa acima, a presente Nota e a resposta de Vossa Excelência, da mesma data e de mesmo teor, constituirão um Acordo entre nossos Governos, que entrará em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração”.

2. Em resposta, inóformo Vossa Excelência da concordância do Governo da República Federativa do Brasil para com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente Nota, passará a constituir um Acordo entre os nossos Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

brasil e espanha assinam convênio de cooperação técnica

Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a realização de obras previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, firmado em Brasília em 26 de abril de 1988

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo do Reino da Espanha
(doravante denominados "Partes"),

Reafirmando sua determinação de cooperar na recuperação das raízes culturais comuns aos povos do Brasil e da Espanha e aprofundar o conhecimento e o entendimento recíprocos;

Animados pela frutífera colaboração desenvolvida entre ambas as Partes através da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (doravante denominada SPHAN), do Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil, e do Instituto de Cooperação Ibero-americana (doravante denominado I.C.I.) da Espanha, na execução do Convênio de Cooperação para a realização do Estudo de Revitalização da Cidade de João Pessoa, Paraíba, firmado em Brasília em 9 de abril de 1987;

Desejando dar continuidade a essa colaboração destinada a pôr em prática as conclusões e recomendações contidas no mencionado Estudo, e

Considerando ainda o quadro que, para essa cooperação, oferece o Programa de Revitalização dos Centros Históricos da América Ibérica que o I.C.I. vem promovendo,

Decidem cooperar na execução conjunta do programa de obras previsto no Estudo da Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, e

Acordam o seguinte:

Artigo I

A Parte brasileira designa como instituições executoras do presente Convênio o Ministério da Cultura, através da SPHAN e do Instituto de Promoção Cultural - IPC, bem como do Governo do Estado da Paraíba, e a Parte espanhola designa, com a mesma finalidade, a Comissão Nacional Espanhola para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento da América e a Direção de Cooperação Cultural do I.C.I.

Artigo II

A realização conjunta do programa de obras previsto no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa será executada segundo o calendário proposto naquele estudo e conforme as possibilidades orçamentárias das instituições executoras do presente Convênio para cada ano orçamentário.

Artigo III

1. As instituições executoras negociarão anualmente entre si o montante dos recursos financeiros que cada uma delas se compromete a fornecer.

2. Para tal fim, elaborarão, para cada ano orçamentário, um Protocolo anexo ao presente Convênio, em que se especificarão as obras de revitalização a serem financiadas por cada instituição e os recursos orçamentários correspondentes.

Artigo IV

Os recursos de cada instituição serão aplicados integralmente nas obras de revitalização.

Artigo V

No caso de ocorrer uma diferença orçamentária entre as previsões dos projetos de obras e as variações de preços reais no Brasil, o Governo do Estado da Paraíba se compromete a completar estes fundos para o financiamento total das obras de cada ano orçamentário.

Artigo VI

O controle e direção técnica das obras serão realizados por técnicos da SPHAN, do Governo do Estado da Paraíba e do I.C.I.

Artigo VII

A utilização dos edifícios reabilitados será aquela prevista no Estudo de Revitalização. Caso haja alguma modificação, será esta negociada pelas instituições executoras do presente Convênio.

Artigo VIII

1. O presente Convênio se aplicará provisoriamente a partir da data de sua assinatura e vigorará quando as Partes se notificarem sobre o cumprimento das respectivas formalidades internas.

2. O presente Convênio poderá ser denunciado, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência de um mês.

Feito em Brasília, aos 26 dias do mês de abril de 1988, em dois originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Paulo Tarso Flecha de Lima

Pelo Governo do Reino da Espanha **ad referendum**
Luis Yañez-Barnuevo

Protocolo anexo ao Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a realização das obras previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba, correspondente ao financiamento de obras para o ano de 1988

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura do Brasil - SPHAN,

O Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura do Brasil - IPC,

O Governo do Estado da Paraíba,

e

O Instituto de Cooperação Ibero-americana (ICI), da Espanha, e

A Comissão Nacional Espanhola para a Comemoração do V Centenário do Descobrimento da América,

Em cumprimento ao disposto no Artigo III do Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a realização de obras previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba, firmado a 26 de abril de 1988.

Acordam o seguinte Programa de Financiamento de Obras de Restauração no Centro Histórico de João Pessoa para o ano de 1988:

I - A SPHAN e o IPC contribuirão para realização das obras abaixo citadas, com as quantidades relacionadas a seguir:

Restauração do Horto de São Francisco
7.263.645,00 cruzados

Reestruturação da Praça de São Francisco
3.252.728,00 cruzados

Reestruturação da Praça Dom Adauto
5.268.630,00 cruzados

Restauração do Edifício da Antiga Alfândega
2.904.966,00 cruzados

Recuperação da Praça Anthenor Navarro
1.310.000,00 cruzados.

II - O Governo da Paraíba contribuirá com os seguintes recursos:

Expropriação do Hotel Globo
10.000.000,00 cruzados

Expropriação dos Edifícios existentes no Horto de São Francisco
5.200.000,00 cruzados.

III - O ICI e a Comissão Nacional Espanhola para a Comemoração do V Centenário do Descobrimento da América contribuirão com os recursos correspondentes às seguintes obras:

Restauração da Igreja de São Bento
10.900.000,00 pesetas

Restauração dos Edifícios do Hotel Globo
9.100.000,00 pesetas.

IV - Desta forma, e conforme o disposto no Artigo V do Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, para a realização das obras previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, caso venha a ocorrer uma defasagem orçamentária entre as previsões financeiras dos projetos de obras arrolados nos itens anteriores e a variação dos preços reais no Brasil, o Governo do Estado da Paraíba se compromete a complementar os ditos fundos para o financiamento total das obras deste ano.

O presente Protocolo se aplicará provisoriamente desde a data de sua assinatura e entrará em vigor na mesma data do Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a

realização das obras previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, e permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 1988.

Feito em Brasília, no dia 26 de abril de 1988, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura do Brasil

Celso Monteiro Furtado

Pelo Instituto de Cooperação Ibero-americana da Espanha, e pela Comissão Nacional Espanhola para a comemoração do V Centenário do Descobrimento da América

Luiz Yañez-Barnuevo

Pelo Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura

Oswaldo José de Campos Mello

Pelo Governo do Estado da Paraíba

**Maria Luísa Librandi
Tarcísio Burity**

brasil e cuba assinam acordo de cooperação cultural e educacional

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, firmado em 28 de abril de 1988, no Itamaraty

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cuba
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Inspirados pelo desejo de fortalecer os laços comuns de amizade e compreensão existentes entre os seus dois povos,

Motivados pela intenção de desenvolver o conhecimento mútuo através do estreitamento das suas relações culturais e educacionais,

Animados pelos princípios de respeito recíproco à soberania e não-intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte de outro,

Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Acordo rege todas as iniciativas e atividades de caráter cultural, acadêmico, educativo e desportivo levadas a efeito pelo Governo e pelas instituições governamentais de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante.

Artigo II

As Partes Contratantes promoverão o intercâmbio e a cooperação bilateral nos campos da cultura, da educação e dos esportes, observadas as respectivas legislações e normas vigentes e o disposto no presente Acordo.

Artigo III

1. O intercâmbio e a cooperação entre as Partes Contratantes poderão compreender:

- a) o intercâmbio de professores, escritores, compositores, pintores, diretores teatrais e cinematográficos, artistas, cantores, solistas de balé, regentes de orquestra, escultores, arquitetos, desportistas e estudantes em nível de pós-graduação;
- b) a tradução e publicação de obras literárias e artísticas da outra Parte;
- c) o intercâmbio de livros, publicações culturais e de informações sobre os museus, bibliotecas e outras instituições culturais;
- d) o intercâmbio de missões educacionais de interesse recíproco, e
- e) a organização de manifestações culturais, tais como exposições, conferências, representações teatrais, mostras cinematográficas, apresentações musicais, espetáculos de dança, exibições circenses e certames desportivos.

2. As Partes Contratantes estudarão, com a possível brevidade, mecanismos que permitam um mais eficaz intercâmbio estudantil, levando em conta suas respectivas possibilidades e interesses.

3. A fim de implementar o presente Instrumento, as Partes Contratantes estabelecerão de comum acordo programas bianuais de intercâmbio, que compreenderão atividades de cooperação, assim como as condições financeiras, entre outras, essenciais à sua concretização.

4. As Partes Contratantes facilitarão, em seus respectivos territórios, a organização dos programas bianuais de intercâmbio cultural, educacional e desportivo no âmbito do presente Acordo, inclusive quanto à admissão e saída de material artístico, obras de arte, material didático e equipamento cultural e educativo.

Artigo IV

1. As Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão Mista Cultural, composta por representantes dos órgãos competentes de ambos os Governos, à qual caberá:

- a) analisar o desenvolvimento do intercâmbio e da cooperação bilateral nos campos cultural, educacional e desportivo;
- b) avaliar o cumprimento dos programas bilaterais de intercâmbio, examinar e aprovar programas bianuais elaborados e projetos específicos;
- c) propor medidas para o aperfeiçoamento da implementação do presente Acordo.

2. A Comissão Mista reunir-se-á alternadamente em Brasília e em Havana a cada 2 anos, ou de acordo com a conveniência de ambas as Partes Contratantes.

3. As decisões e recomendações estipuladas nas reuniões da Comissão Mista Cultural deverão constar de uma Ata Final, feita em dois textos originais, em português e em espanhol, ambos igualmente autênticos.

Artigo V

No intervalo das sessões da Comissão Mista, todas as negociações pertinentes à implementação dos programas periódicos

de intercâmbio cultural, educacional e esportivo e dos mecanismos financeiros para a execução deste serão realizados por via diplomática.

Artigo VI

As Partes Contratantes examinarão as condições pelas quais os diplomas, certificados e títulos universitários concedidos em ambos os países possam ser reconhecidos nos estabelecimentos de educação e outras instituições.

Artigo VII

Cada uma das Partes Contratantes protegerá os direitos autorais das obras educativas, científicas, literárias e artísticas da outra Parte, de acordo com a legislação aplicável em cada um dos dois países.

Artigo VIII

As Partes Contratantes estimularão as visitas de equipes esportivas e o intercâmbio de treinadores e especialistas em educação física e esportes entre os dois países.

Artigo IX

As Partes Contratantes darão facilidades para que as Delegações da outra Parte possam visitar bibliotecas, arquivos, museus e outras instituições científicas, culturais e educacionais, segundo a regulamentação vigente em cada país.

Artigo X

As Partes Contratantes convidarão representantes para congressos, conferências, festivais de arte e outros encontros científicos e culturais de caráter internacional que se celebrem em cada país, e para os de caráter nacional que, dadas as suas características, tomem conveniente a participação de uma representação da República Federativa do Brasil ou da República de Cuba, conforme o caso.

Artigo XI

As Partes Contratantes poderão celebrar Ajustes Complementares ao presente Acordo que visem à criação de programas de trabalho entre universidades e instituições de ensino superior, bem como culturais e esportivas de ambos os países, que desejem cooperar nos campos da cultura, educação e esportes, em conformidade com os dispositivos deste Acordo.

Artigo XII

Qualquer modificação ao presente Acordo, ou a sua revisão deverá ser proposta por escrito e entrará em vigor depois da aprovação por ambas as Partes Contratantes.

Artigo XIII

As Partes Contratantes se notificarão sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas para a entrada em vigor do presente Acordo, o qual passará a vigorar após a segunda notificação.

Artigo XIV

O presente Acordo terá uma vigência de cinco anos, findos os quais será automaticamente renovado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes comu-

nique à outra por via diplomática e com uma antecedência de seis meses, sua intenção de dá-lo por terminado.

Artigo XV

A menos que as Partes Contratantes decidam em contrário, o término do presente Acordo não prejudicará programas em andamento.

Feito em Brasília, aos 29 dias do mês de abril de 1988, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil Secretário-Geral das Relações Exteriores

Paulo Tarso Flecha de Lima

Pelo Governo da República de Cuba

Jorge Alberto Bolaños Soares

ix reunião da comissão mista brasil-iugoslávia

Realizou-se, no período de 02 a 04 de maio, em Brasília, a IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, estabelecida em 1963 pelo "Protocolo sobre Conversações Econômicas", assinado pelos dois países e confirmado pelo "Acordo de Comércio e Pagamentos", de 8.7.77. A Comissão Mista já se reuniu oito vezes, a última das quais em Belgrado, em 1985.

2. As relações do Brasil com a República Socialista Federativa da Iugoslávia, apesar de boas, situam-se, em termos econômico-comerciais, aquém das possibilidades dos dois países: de janeiro a novembro de 1987, por exemplo, as exportações brasileiras atingiram US\$ 43.992 milhões, enquanto nossas compras totalizaram US\$ 3.489 milhões. Neste contexto, a Comissão Mista constitui oportunidade importante para buscar reverter este quadro e, ao analisar as causas da presente situação, estudar maneiras de reaquecer o relacionamento brasileiro-iugoslavo.

3. Compareceram à IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia setores-chave da área governamental, tais como a CACEX, a CEME e a CINGRA do Ministério da Agricultura, bem como diversas empresas como a CVRD e tradings como a Interbrás.

brasil-república federal da alemanha: novo programa de cooperação técnica

Como resultado de negociações entre o Governo brasileiro e o Governo da República Federal da Alemanha, em fins de 1987, firmou-se acordo para projetos de cooperação técnica a se implementarem a partir do segundo semestre de 1988, em 7 Estados brasileiros.

A coordenação do Programa caberá, no lado brasileiro, à Agência Brasileira de Cooperação - ABC, órgão executivo do Ministério das Relações Exteriores para Cooperação Técnica, e, na parte alemã, à GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, vinculada ao Ministério da Cooperação Técnica da RFA.

Os projetos compõem um programa denominado "PRORENDA - Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para as Populações de Baixa Renda", que prevê atuação tanto na área urbana quanto rural, incluindo-se ações relativas a proteção ambiental.

Trata-se de um programa inovador voltado para as populações de baixa renda e que, numa fase piloto, de duração de cinco anos, pretende realizar ações que agreguem a população alvo, mediante soluções locais, simples e que sejam resultado da participação e autogestão das comunidades beneficiadas com os projetos.

O PRORENDA será desenvolvido numa primeira fase, nos Estados do Ceará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O primeiro projeto, visando áreas rurais, foi iniciado em 11 do corrente, e a segunda missão, também composta de técnicos brasileiros e alemães, começará seus trabalhos, nas áreas urbanas, na próxima segunda-feira, dia 25 de abril. Duas outras missões, no âmbito do mesmo PRORENDA, para meio ambiente e artesanato, desenvolverão seus trabalhos nos próximos meses, devendo a primeira fase do programa terminar em agosto próximo.

atos bilaterais que entraram em vigor durante o 2º trimestre de 1988

ARGENTINA

- 01 - Programa de Integração e Cooperação Econômica, seus Anexos e Protocolos.
 - Celebrado em Brasília, a 07 de abril de 1988.
 - Entrou em vigor em 07 de abril de 1988.
 - D.O. nº 082, de 03 de maio de 1988.
 - D.O. Retificação, nº 113, de 17 de junho de 1988.

BOLÍVIA

- 01 - Acordo, P.T.N., para a Criação de uma Comissão Mista Permanente de Coordenação.
 - Celebrado em Brasília, a 17 de junho de 1988.
 - Entrou em vigor em 17 de junho de 1988.
 - D.O. nº 119, de 27 de junho de 1988.

CHINA

- 01 - Acordo, P.T.N., sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite sino-brasileiro de Sensoriamento Remoto.
 - Celebrado em Beijing, a 30 de abril de 1988.
 - Entrou em vigor em 30 de abril de 1988.

VENEZUELA

- 01 - Execução, P.T.N., do Programa de Cooperação Científica.
 - Celebrado em Brasília, a 17 de maio de 1988.
 - Entrou em vigor em 17 de maio de 1988.
 - D.O. nº 105, de 07 de junho de 1988.

VENEZUELA

- 02 - Memorandum de Entendimento relativo à Cooperação para Construção da Rodovia BR 174 no Trecho entre Boa Vista e o Marco BV-8.
 - Celebrado em Brasília, a 17 de maio de 1988.
 - Entrou em vigor em 17 de maio de 1988.
 - D.O. nº 105, de 07 de junho de 1988.

VENEZUELA

- 03 - Memorandum de Entendimento para Regularizar o Transporte Fronteiriço de Passageiros entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar.

- Celebrado em Caracas, a 04 de fevereiro de 1988.
Entrou em vigor em 17 de maio de 1988.
D.O. nº 105, de 07 de junho de 1988.

VENEZUELA

- 04 - Acordo, P.T.N., para a Criação de Mecanismo Permanente de Cooperação que favoreça a Análise, sob Enfoque Técnico, de Temas e Fatos no Âmbito Consular e a Promoção de Soluções Práticas tendentes à Superação de Dificuldades Conjunturais que possam vir a Afetar o Relacionamento Bilateral.
 - Celebrado em Brasília, a 17 de maio de 1988.
Entrou em vigor em 17 de maio de 1988.
D.O. nº 105, de 07 de junho de 1988.

**registro de assentamentos de atos
multilaterais dos quais o Brasil é parte,
ocorridos no segundo trimestre de 1988**

- 1. Protocolo sobre Substâncias que esgotam a Camada de Ozônio,
Montreal, 16/09/1987

México - ADERIU

- 2. Tratado sobre Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, Lima, 16/11/1987

Uruguai - RATIFICOU

- 3. Acordo Internacional para o Estabelecimento de uma Universidade para a Paz,
Nova York, 05/12/1980

URSS - ADERIU

- 4. Convenção sobre a Proteção Física de Materiais Nucleares,
Viena, 03/03/1980

México - ADERIU

- 5. Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial,
Nova York, 08/04/1979

Austrália - DENUNCIOU

- 6. Convenção sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais,
Viena, 21/03/1986

México e Suíça - RATIFICARAM

- 7. Convenção Internacional sobre a Eliminação e a Repressão do Crime do "Apartheid",
Nova York, 30/11/1973

Iêmen - ADERIU

- 8. Protocolo sobre a Antártica,
Washington, 01/12/1959

Canadá - ADERIU

- 9. Convenção para a Prevenção e a Repressão de Crime de Genocídio,
Paris, 09/12/1948

Iêmen - ADERIU

- 10. Convenção sobre Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias,
Viena, 11/04/80

Finlândia e Áustria - RATIFICARAM

- 11. Emenda à Convenção e ao Acordo Operacional Destinados a Ampliar sua Competência para prover serviços de Comunicação por Satélite Aeronáutica, 16/10/1985

Canadá - ADERIU

- 12. Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo (SAR),
Hamburgo, 27/04/1979

URSS - RATIFICOU

- 13. Protocolo Relativo à Intervenção em Alto Mar em Casos de Poluição Marinha por Substâncias Diversas do Óleo,
1973,
Suíça, 15/12/1987

- 14. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio,
Viena, 22/03/1985

França - APROVOU

Suíça, México, Áustria - RATIFICARAM

Austrália e Guatemala - ACEITARAM

- 15. Emenda a Convenção e a Acordo Operacional da IN-MARSAT Destinadas a Ampliar sua Competência para Prover Serviços de Comunicação por Satélite Aeronáutica, 16/10/1985

Polónia e Kuwait - ADERIRAM

- 16. Convenção de Aviação Civil Internacional,
Chicago, 07/09/1944

Ilhas Marshall - ADERIU

- 17. Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil

Londres - ADERIU

- 18. Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, Particularmente com "Habitat" das Aves Aquáticas,
Ramsar (Irã), 02/02/1971

Nepal - ADERIU

- 19. Convenção do Bureau Intergovernamental de Informática

Iraque - DENUNCIOU

- 20. Convenção Universal sobre Direito do Autor,
Paris, 24/07/1971

Chile - DENUNCIOU

Índia - RATIFICOU

- 21. Convenção de Viena para proteção da Camada de Ozônio, 23/03/85

- França - APROVOU
- Suíça - RATIFICOU
22. Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Punição Cruel, Desumano e Degradante, Assembléia-Geral da ONU, 10/12/85
- Togo e Colômbia - RATIFICARAM
23. Acordo Internacional do Açúcar, Genebra, 05/07/84
- Nova Zelândia - RETIROU-SE, art. 40
24. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, Genebra, 28/07/51
- Malawi - ACEITOU com DECLARAÇÃO art. 1, b
25. Protocolo Relativo a Convenção ao Estatuto dos Refugiados, Nova York, 31/01/67
- Malawi - ACEITOU com RESERVA arts. 7, 13, 15, 19, 22, 24, 17, 26 e 34
26. Protocolo Opcional ao Convênio Internacional sobre Direito Civil e Político, na Assembléia-Geral da ONU, 16/12/66
- Áustria - RATIFICOU com RESERVA art. 9(2)
27. Estatuto do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, Madri, 13/09/83
- Argélia - RATIFICOU
28. Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Venda Internacional de Mercadorias, Viena, 11/04/80
- Finiândia e Suécia - RATIFICARAM com DECLARAÇÃO art 92 e 94
- Austria e México - RATIFICARAM
29. Acordo sobre Transporte Internacional de Alimentos Percebíveis e sobre o Equipamento Especial usado neste Transporte (ATP)
- Hungria - ADERIU com RESERVA art. 16, parágrafo 1
30. Atas da União Postal Universal, Hamburgo, 27/07/84
- França, San Marino, Israel, Austrália e Nicarágua - RATIFICARAM
- Albânia e Nicarágua - ADERIRAM
- França e Israel - APROVARAM
31. Convenção das Nações Unidas sobre Condições para Registro de Navios, Genebra, 07/02/86
- México - RATIFICOU
32. Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abaloamento no Mar, Londres, 20/10/72
- Antigua e Barbuda - ADERIRAM
33. Protocolo à Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Óleo, Londres, 19/11/76
- Suíça - ADERIU
34. Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 25/07/86
- Trinidad Tobago - ACEITOU
35. Convenção Internacional contra o "Apartheid", no Esporte, ONU, 10/01/85
- Mongólia - APROVOU
- Polônia e Zâmbia - RATIFICARAM
36. Acordo Internacional sobre Juta e Produto de Juta, Genebra, 01/10/82
- CEE - APROVOU
37. Convenção das Nações Unidas sobre o Transporte de Mercadorias por Mar, Hamburgo, 31/03/78
- Botsuana - ACEITOU
38. Protocolo de Emenda à Convenção sobre Limitação do Período de Venda Internacional de Mercadoria, Viena, 11/04/80
- México - ADERIU
39. Convenção Relativa ao Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, Nova York, 10/06/58
- Camarões - ADERIU
40. Acordo Internacional da Madeira Tropical, Genebra, 18/11/83
- Austrália - ADERIU
- Equador - RATIFICOU
41. Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 25/07/86
- França - APROVOU
- Trinidad Tobago - ADERIU
42. Convenção Internacional sobre Intervenção no Alto Mar em Casos de Acidentes que causem Poluição por Óleo, Bruxelas, 29/11/69

Suíça e Côte d'Ivoire – RATIFICARAM

43. Protocolo de 1978 Relativo à Convenção Internacional para Prevenção de Poluição causada por Navios, Londres, 17/02/78

Suíça – ADERIU

44. Protocolo Adicional às Convenções de Genebra 12/08/49, Relativo à Proteção de Vítimas de Conflito armado Internacional Protocolos I e II

Nova Zelândia – RATIFICOU

Guiana – ADERIU

45. Emenda à Convenção Internacional de Linhas de Carga, 1966 (Resolução A. 411(XI), Londres, 15/11/79

Suíça – ACEITOU

46. Protocolo à Convenção de Atenas Relativa ao Transporte Marítimo de Passageiros e sua Bagagem, Londres, 19/11/74

Suíça – ADERIU

47. Convenção sobre Limitação de Responsabilidade para Reclamações Marítimas, Londres, 19/11/76

Suíça – ADERIU

48. Convenção de Atenas Relativa ao Transporte Marítimo de Passageiros e sua Bagagem, 1974, Atenas, 13/12/74

Suíça – ADERIU

49. Emenda à Convenção Internacional de Linhas de Carga, 1966, Resolução a 319(IX)

Suíça – ADERIU

atos bilaterais assinados no 2º trimestre de 1988, mas que ainda não entraram em vigor

Espanha

- 01 – Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

- 02 – Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988.

– Celebrados em Brasília, aos 26 de abril de 1988.

Finlândia

- 01 – Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica.
- Celebrado em Helsinque, a 02 de junho de 1988.

Guiné

- 01 – Acordo que Cria uma Comissão Mista.
- Celebrado em Washington, DC, a 04 de abril de 1988.

Índia

- 01 – Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.
- Celebrado em Nova Delhi, a 26 de abril de 1988.

Portugal

- 01 – Protocolo Adicional ao Acordo Cultural, criando o Prêmio "Luis de Camões".
- Celebrado em Brasília, a 22 de junho de 1988.

Tchecoslováquia

- 01 – Acordo sobre Cooperação Económica.
- Celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1988.

Venezuela

- 01 – Acordo de Co-Produção Cinematográfica.
- Celebrado em Brasília, a 17 de maio de 1988.

- 02 – Acordo para o Estabelecimento de uma Zona "Non-Aedificandi" entre os dois países.
- Celebrado em Brasília, a 17 de maio de 1988.

comunicados e notas

brasil condecora personalidades japonesas

No quadro dos atos comemorativos do 80º Aniversário da presença japonesa no Brasil, celebrado no corrente mês de junho, decidiu o Governo brasileiro condecorar diversas personalidades japonesas. Foram agraciados os Governadores das Províncias de onde provieram os contingentes mais numerosos de imigrantes japoneses, autoridades financeiras e nomes importantes das áreas empresarial e cultural, todos ligados ao intercâmbio Brasil-Japão nesses campos.

É a seguinte a relação dos condecorados:

Governador Shunichi Suzuki, da Província de Tóquio;
Governador Ryozo Tagawa, da Província de Mie;
Governador Morihiko Hiramatsu, da Província de Oita;
Governador Kaname Kamada, da Província de Kagoshima;
Senhor Eishiro Saito, Presidente da "Federation of Economic Organization" (KEIDANREN);
Senhor Takashi Tanaka, Presidente de "The Export-Import Bank of Japan";
Senhor Mitsuhide Yamaguchi, Presidente de "The Overseas Economic Cooperation Fund";
Senhor Takashi Mukaibo, Presidente, em exercício, da Comissão de Energia Atômica do Japão;
Senhor Kaneo Nakamura, Presidente de "The Industrial Bank of Japan";
Senhor Mamoru Sakai, Presidente de "The Long-Term Credit Bank of Japan";
Senhor Minoru Inouye, Presidente de "The Bank of Tokyo";
Senhor Katsuhisa Yamada, Vice-Presidente e membro do Conselho de "The Overseas Economic Cooperation Fund";
Senhor Shinroku Morohashi, Presidente da "Mitsubishi Corporation";
Senhor Koichiro Ejiri, Presidente da "Mitsui & Co.";
Senhor Tadashi Itoh, Presidente da "Sumitomo Corporation";
Senhor Tomio Tatsuno, Presidente da "Marubeni Corporation";
Senhor Yoshihisa Tabuchi, Presidente da "Nomura Securities";
Senhor John Hiroyoshi Aoki, Presidente das Organizações Hotel Caesar Park;
Senhor Yoneho Tabata, Chefe do Laboratório de Pesquisas em Engenharia Nuclear da Universidade de Tóquio;
Senhor Fujio Tachibana, Presidente do Conselho de Administração do Banco América do Sul;
Senhor Yukinori Ito, Diretor do Departamento de Empréstimos - III do "Export-Import Bank of Japan";
Senhor Tatsushi Ueshima, Presidente da "Ueshima Coffee Corporation";
Senhor Kotaro Horisaka, Professor Assistente da Universidade de Sofia;

Senhor Toshio Hara, Diretor do Museu Hara de Arte Contemporânea;
Senhor Chiyuki Murakata, Presidente da Associação Villa-Lobos do Japão;
Senhor Konosuke Suzuki, Gerente-Geral do "Overseas Administration & Planning Dept." da "C. Itoh & Co.";
Senhor Hiroyuki Shimizu, "Senior Managing Officer" do Departamento de Empréstimos - III do "Export-Import Bank of Japan";
Senhor Mamoru Itoh, Gerente-Geral Adjunto da "Mitsui & Co.";
Senhor Shigeki Tsutsui, Gerente da "C. Itoh & Co."; e
Senhora Kyoko Tsukamoto, Presidente do "Clube do Brasil" e "Servbras Companhia".

governo brasileiro repudia atos de terrorismo

O Governo brasileiro, fiel à sua tradição de repúdio ao terrorismo em todas as suas manifestações, condenou, com veemência, o seqüestro da aeronave da Companhia Aérea do Covoite e deplorou profundamente a perda de vidas humanas causada por seus autores.

O Governo brasileiro reitera sua convicção de que todo ato de terrorismo, onde quer que seja praticado e quaisquer que sejam suas motivações, merece a mais ampla repulsa da comunidade internacional.

O Brasil continuará a apoiar os esforços da comunidade internacional para reprimir todos os atos de terrorismo e erradicar suas causas.

questão palestina

O Governo brasileiro novamente manifesta sua inquietação com o prolongamento dos distúrbios em Jerusalém, Gaza e Cisjordânia, que há mais de quatro meses trazem à luz o descontentamento da população palestina desses territórios com o regime de ocupação a que está submetida. A violação dos direitos humanos, em desrespeito às obrigações assumidas e ao Direito Internacional, à custa de centenas de vítimas, demonstra a necessidade urgente de busca de solução para a Questão Palestina.

2. Nesse sentido, o Brasil reafirma sua posição, consoante os termos das resoluções 607 e 608 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de profundo desagrado com as recentes medidas adotadas pelas autoridades de ocupação de banir habitantes dos territórios palestinos, em flagrante contravenção às disposições internacionais relativas à proteção de civis em tempo de guerra.

assassínio do subcomandante e chefe da oip

O Governo brasileiro deplora profundamente o atentado, recentemente ocorrido em Túnis, que resultou no assassinio do líder palestino Khalil Al-Wazir, cognominado Abu Jihad.

2. O Brasil, de acordo com sua convicção de que todo ato de violência política merece a mais ampla repulsa da comunidade internacional, onde quer que seja perpetrado e quaisquer que sejam suas motivações, lamenta que episódios dessa natureza continuem a ocorrer, provocando o acirramento do ódio e tensão entre povos e o agravamento da crise no Oriente Médio.

xix reunião da comissão nacional para assuntos antárticos (conantar)

Na tarde do dia 20 de abril, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, presidiu no Itamaraty a XIX Reunião da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), que contou com a presença de representantes dos Ministérios da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Agricultura, da Educação, das Minas e Energia, da Secretaria do Planejamento, do Estado-Maior das Forças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional, do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Durante a reunião passaram-se em revista os principais acontecimentos ligados ao gerenciamento internacional da Antártida, bem como a posição do Brasil diante desses acontecimentos.

Especificamente, examinou-se a inserção do Brasil no Sistema do Tratado Antártico e a forma como os interesses nacionais são protegidos pelo Tratado.

A CONANTAR deu seqüência ao cumprimento de sua obrigação de considerar a aprovação, pelo Governo brasileiro, das Recomendações adotadas pelas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártida.

Considerou ainda a CONANTAR a necessidade de se consolidar e expandir a presença brasileira na Antártida, conforme os objetivos da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), e de maneira a fortalecer a posição do Brasil no gerenciamento da cooperação internacional do continente antártico.

visita do ministro de relações exteriores e culto da bolívia

No contexto da preparação da próxima visita do Presidente José Sarney à Bolívia, o Ministro de Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, Guillermo Bedregal Gutiérrez, efetuou visita de trabalho a Brasília em 19 de abril do corrente. O Chanceler Guillermo Bedregal foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República e manteve encontro com seu colega brasileiro, o Chanceler Roberto de Abreu Sodré.

Foram, assim, durante as conversações mantidas pelo Chanceler Bedregal em Brasília, passados em revista os principais

temas que conformam o relacionamento bilateral, e examinados outros temas relevantes no quadro internacional. Ficou mais uma vez patenteada a importância que ambos os países atribuem aos esforços de cooperação bilateral, como passos essenciais para a consecução do objetivo mais amplo da integração regional, necessária à solução dos graves problemas econômicos e sociais de que os dois países, como toda a região, se ressentem. Foram passados em revista os campos em que a cooperação entre o Brasil e a Bolívia já vem dando frutos, com o objetivo de aprofundá-la e intensificá-la, e estudadas novas iniciativas em setores em que o potencial da cooperação é grande, mas ainda pouco explorado.

Os Chanceleres concordaram na necessidade de que a integração energética seja um elemento fundamental das relações entre a Bolívia e o Brasil. Neste sentido, o Chanceler do Brasil reiterou a decisão política do seu governo de executar um esquema de integração energética levando as negociações para a compra do gás boliviano a bom termo, adequando-as às circunstâncias atuais e encarando as negociações finais com espírito de realismo, objetividade e sentido econômico. Acordou-se a elaboração, de comum acordo, de um programa de trabalho que contemple a integração sob formas novas e imaginativas e propicie mais dinamismo comercial, um padrão mais equilibrado de relacionamento econômico e do desenvolvimento industrial de ambos os lados da fronteira.

Com relação ao Projeto Hidroelétrico de Cachuela Esperanza, aprovou-se dar continuidade a acordos anteriores, complementando-os com o compromisso brasileiro de compra de energia em volumes adequados e progressivos e com um esforço conjunto nos estudos, engenharia, construção e obtenção de financiamento respectivo.

Foram também debatidos em profundidade outros temas de cooperação de imediato impacto econômico e social. Dentre eles, os setores de transporte, comercial, navegação, cultural e de cooperação técnica, em que o Brasil já vem prestando cooperação à Bolívia. Na área comercial, acordou-se quanto à conveniência de esforços comuns com vistas à obtenção do equilíbrio dinâmico dos fluxos do comércio entre os dois países. Foram também passados em revista os entendimentos já existentes no que respeita à cooperação técnica, que se vem desenvolvendo de maneira satisfatória com base nas novas diretrizes que o Brasil vem seguindo neste campo.

A cooperação fronteiriça foi considerada área das mais fecundas e úteis para a promoção da integração regional, tendo sido trocadas idéias sobre as experiências que os dois países vêm desenvolvendo neste campo, com o objetivo de aplicá-las em projetos a serem executados ao longo de sua fronteira comum, dentro de um espírito de interdependência e complementação. O Chanceler Bedregal debateu com as autoridades brasileiras as possibilidades de serem intensificados, de comum acordo e em conjunto, os esforços destinados a combater o tráfico de entorpecentes, contribuindo para o controle do uso indevido de drogas.

Na área cultural e de desenvolvimento científico acordou-se incentivar e fortalecer os mecanismos de intercâmbio que aproximam os povos e os governos do Brasil e da Bolívia.

brasil assina convenção com a índia

Em cerimônia realizada no dia 26 de abril passado, em Nova Delhi, foi assinada a "Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia

destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda".

Constituindo-se no primeiro acordo do gênero firmado pela Índia com um país da América Latina, a Convenção foi assinada, pelo lado brasileiro, pelo Embaixador Octávio Rainho da Silva Neves, atual Embaixador do Brasil na Índia, e, pelo lado indiano, pelo Secretário Adjunto para "Foreign Tax", Sr. P.K. Appachoo.

Ao evitar que a renda gerada em um dos Estados seja taxada simultaneamente nos dois Estados contratantes, a referida convenção estimulará o fluxo bilateral de capitais, tanto na forma de empréstimos quanto de investimentos diretos, bem como o intercâmbio de profissionais liberais, pesquisadores e artistas.

ação militar de israel; posição do Brasil

O Governo brasileiro deplora as novas ações militares de Israel no Sul do Líbano e os atos de violência praticados contra a população local. O Governo brasileiro reitera sua consternação com o sofrimento imposto ao povo libanês, bem como sua posição a respeito da necessidade do respeito à integridade territorial, soberania e independência política do Líbano de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, conforme estabelecido nas pertinentes resoluções das Nações Unidas, em particular a resolução 425(1978) do Conselho de Segurança.

abreu sodré nos países nórdicos

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, visitou os países nórdicos de 24 de maio a 2 de junho do corrente, no contexto de intensificação do diálogo político e econômico entre o Brasil e aqueles países, sobretudo na última década. O Ministro Sodré foi recebido em audiência pelos soberanos da Suécia, Dinamarca e Noruega e pelo Presidente da República da Finlândia, que lhe ofereceu um almoço.

Nos últimos quatro anos tem-se registro de visitas oficiais ao Brasil de autoridades nórdicas do mais alto nível, como exemplo, a visita dos Reis da Suécia ao Brasil em 1984, e as do Primeiro-Ministro da Finlândia e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, ambas em 1986, estando também prevista ainda para este ano a visita da Primeira-Ministra da Noruega.

Por outro lado, a assinatura de Acordos bilaterais entre o Brasil e cada um daqueles parceiros instituindo Comissões Mistas de Cooperação Econômica e Industrial contribuiu para dinamizar o nosso relacionamento com aquela região do globo.

Com efeito, os países nórdicos se destacam pela expressiva cooperação que conosco mantêm, constituindo-se o Brasil o principal parceiro econômico-comercial na América Latina nas relações bilaterais com cada um deles. A Suécia, por exemplo, distingue-se como forte investidor em nosso país, com cerca de US\$ 400 milhões aplicados em mais de 90 empresas subsidiárias no Brasil. Com a Noruega, estamos iniciando, através da Braspetro, ambicioso programa de pros-

peção de petróleo no Mar do Norte, o qual poderá vir a proporcionar-nos, quando finalizado, cerca de 100.000 barris diários de petróleo. Dinamarca e Finlândia investem igualmente no setor industrial, sobretudo nos campos da produção de equipamentos destinados à agricultura, tais como tratores, e beneficiamento de insumos agrícolas. Nos últimos anos a pauta das exportações brasileiras para aqueles países registra produtos de maior valor agregado, tais como automóveis (Ford Escort) e aviões (Bandeirantes).

No intuito de diversificar e ampliar os contatos entre grupos privados nacionais e nórdicos esteve o Ministro das Relações Exteriores acompanhado de uma missão empresarial brasileira integrada pelos representantes dos setores de maior interesse para o nosso intercâmbio.

Finalmente, no campo científico e tecnológico, são promissoras as perspectivas para o desenvolvimento pleno das nossas relações com aqueles países, aproveitando a experiência e o avanço que detêm, principalmente nos setores florestal, marítimo, energético e de controle do meio ambiente.

arcebispos de salvador e de brasília. novos cardeais da igreja

Sua Santidade o Papa João Paulo II anunciou, no Vaticano, a intenção de convocar um Consistório em 29 de junho para a criação de novos Cardeais da Igreja.

Naquela oportunidade, foram elevados à dignidade cardinalícia dois prelados brasileiros: Dom Lucas Moreira Neves, Arcebispo de Salvador, e Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília.

Pela via diplomática, o Senhor Presidente da República teve conhecimento antecipado da deliberação pontifícia, gesto de singular distinção que muito o comoveu.

Amigo pessoal dos dois novos membros do Colégio Cardinalício, o Presidente José Sarney admira e enaltece as virtudes de pastores, de patriotas e de intelectuais dos recém-purpurados.

Por isso mesmo, instruiu o Ministério das Relações Exteriores a dividir melos de bem traduzir, durante a realização do Consistório, o sentimento de júbilo, que partilha com toda a Nação brasileira, pelas sábias escolhas do Santo Padre.

viii reunião da comissão mista brasil-bulgária

Realizou-se, em Brasília, nos dias 13 e 14 de junho, a VIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Bulgária. A reunião em apreço teve por objetivo passar em revista o relacionamento econômico e comercial entre os dois países, bem como procurar explorar novas oportunidades de comércio e as perspectivas da cooperação em ciência e tecnologia.

A Comissão de Comércio com a Europa Oriental (COLESTE) organizou a reunião, que contou com a presença, não só de representantes das instituições governamentais e empresas

públicas, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Alcalis e a INTERBRÁS, mas também de empresas privadas e **tradings**, bem como de Governos estaduais.

comissão mista brasil-bolívia acordo firmado por troca de notas

Em 17 de junho de 1988, o Senhor Ministro de Estado e o Embaixador da Bolívia, Jaime Balcazar, firmaram por Troca de Notas acordo para estabelecimento da "Comissão Mista Permanente de Coordenação". O referido acordo pretende consolidar, através da criação de um mecanismo dinâmico e abrangente, as diversas áreas de cooperação bilateral Brasil-Bolívia. Dota a cooperação entre os dois países de formas ágeis, tendo em vista a disposição mútua de procurar, de imediato, a elevação dos níveis de entendimento e de cooperação. Os dois Governos acreditam que, dentro do vasto campo aberto ao relacionamento bilateral, existem áreas específicas, suscetíveis, no curto e médio prazos, de receber formas concretas e bem definidas de cooperação. A Comissão Mista Permanente de Coordenação, formalizada no dia 17, se encarregará, como o próprio nome indica, de coordenar iniciativas nessas áreas, através de diversas Subcomissões bilaterais, de ação temática. Estão assim previstas as Subcomissões seguintes: (a) cooperação econômica, financeira e comercial, onde um dos objetivos básicos é a ativação imediata do comércio bilateral, com estudos específicos dirigidos à abertura de mercados e à complementação industrial; (b) transportes e comunicações, a ocupar-se sobretudo de projetos prioritários para os dois países, tais como a ligação Cáceres - San Matias - Santa Cruz, ou o derrocamento do Canal do Tamengo; ou, ainda, a integração no setor de telecomunicações; (c) energia e combustíveis, tratando-se, nesse caso, de projetos de mais alta transcendência bilateral, como o relativo à aquisição de gás boliviano pelo Brasil, ou de projetos que facilitarão o atendimento da demanda energética ora existente nos Estados do Acre e de Rondônia, através de aquisição de energia elétrica boliviana; (d) mineração e siderurgia, ligada, mais a médio e longo prazos, a toda cooperação possível no âmbito da complementação industrial; (e) assuntos culturais, educacionais e turismo, setor no qual se procurará explorar o potencial já existente, notável particularmente na área educacional, e em todos os casos dirigido a um melhor conhecimento das respectivas culturas, procurando-se, ao mesmo tempo, dar atenção focal às regiões fronteiriças, em resposta ao crescente dinamismo sócio-econômico ali verificado; (f) agricultura, agropecuária, recursos naturais e meio ambiente, igualmente centrada nas necessidades de desenvolvimento e de preservação ambiental dos espaços da Amazônia comum; (g) salubridade, voltada para o projeto altamente prioritário relativo ao controle das ações de saúde na fronteira; (h) cooperação fronteiriça, dedicada a coordenar a elaboração e a execução de projetos binacionais de desenvolvimento sócio-econômico de comunidades vizinhas e de regiões na fronteira comum; (i) cooperação no combate ao tráfico ilícito de drogas.

Todo esse esforço de consolidação, que ora se procura fazer com a criação da Comissão Mista Permanente de Coordenação, consiste naturalmente em um processo onde se prevêem várias etapas. Os Governos do Brasil e da Bolívia, na consolidação de seus regimes democráticos, se sentiram estimulados a explorar, de forma concreta e criativa, as amplas possibilidades de cooperação. O próprio Presidente Sarney, ao programar para breve sua visita a La Paz, para encontrar-se com o Presidente Paz Estenssoro, confere, no mais alto nível, autoridade a esse processo de estreitamento diplomático, numa projeção que se quer atualizada dos estreitos vínculos históricos e de amizade e de um espaço geográfico comum e vizinho.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para referir-me ao futuro desenvolvimento das relações bilaterais entre o Brasil e a Bolívia, que indica a conveniência de atualizar os mecanismos institucionais e os procedimentos seguidos até o momento.

Com tal propósito, tenho a honra de propor a Vossa Excelência a criação de uma Comissão Mista Permanente de Coordenação, que terá a finalidade de fortalecer a cooperação entre nossos países e desenvolver o tratamento dos assuntos bilaterais, submetida às normas especificadas a seguir:

1. OBJETIVOS E FUNÇÕES

A Comissão Mista Permanente de Coordenação está incumbida de:

- a) examinar, avaliar e estimular as relações de cooperação entre Brasil e Bolívia, orientando-as para a intensificação dos interesses comuns e o fortalecimento dos vínculos que unem os dois países;
- b) estabelecer as bases para uma programação conjunta de ações que promovam o desenvolvimento político, econômico, social e cultural de ambos os países, especialmente nas áreas fronteiriças, levando em conta os compromissos de integração já assumidos;
- c) elevar aos Governos de ambos os países, por iniciativa própria ou por solicitação dos mesmos, recomendações e sugestões destinadas a melhorar e ampliar as relações de cooperação, complementação e integração entre Brasil e Bolívia;
- d) velar pela aplicação e cumprimento das medidas adotadas por ambos os Governos, examinar os resultados obtidos e propor soluções para os problemas que venham a apresentar-se.

2. COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

a) A Comissão Mista Permanente de Coordenação é um sistema binacional de cooperação multissetorial, constituído por (i) uma Secretaria Pro Tempore e (ii) por Subcomissões dedicadas aos seguintes temas:

- 1) assuntos econômicos, financeiros, comerciais e complementação industrial;
- 2) transportes e comunicações;
- 3) energia e hidrocarbonetos;
- 4) mineração e siderurgia;
- 5) assuntos culturais, educacionais e de turismo;
- 6) agricultura, agropecuária, recursos naturais e meio ambiente;
- 7) salubridade;
- 8) cooperação fronteiriça;
- 9) cooperação no combate ao tráfico ilícito de drogas.

b) A Secretaria Pro Tempore será exercida alternadamente, por períodos de um ano, pelos dois países.

c) As Subcomissões Mistas serão integradas por duas Seções Nacionais, respectivamente do Brasil e da Bolívia, que poderão adotar suas próprias normas de funcionamento interno.

d) A Comissão Mista Permanente de Coordenação será presidida por dois funcionários de alto nível das respectivas Chancelarias, que exercerão também, um de cada vez, as funções de Secretário Pro Tempore.

- e) As Seções Nacionais das Subcomissões Mistas serão presididas por funcionários de alto nível dos setores competentes que cada Governo designar por Notas diplomáticas, conforme propostas a serem submetidas pelos Presidentes da Comissão Mista Permanente de Coordenação.
- f) As Subcomissões Mistas executarão suas tarefas com autonomia e poderão reunir-se quantas vezes seja necessário para adotar as decisões que considerem mais apropriadas para a consecução de seus objetivos.
- g) As Subcomissões Mistas adotarão seus respectivos regulamentos, que serão aprovados por troca de notas, e informarão periodicamente de seus trabalhos a Secretaria Pro Tempore, que deles manterá informados os dois Governos e que, ademais, deverá coordenar os programas de trabalho das Subcomissões Mistas.

3. PRESIDÊNCIA, DOCUMENTAÇÃO E SECRETARIA DAS REUNIÕES

- a) A Presidência de cada reunião da Comissão Mista Permanente de Coordenação e das Subcomissões Mistas corresponderá ao Presidente da Seção Nacional do país sede da reunião.
- b) Ao término de cada reunião das Subcomissões Mistas, sua Ata, de que constarão suas conclusões e recomendações, será elevada à consideração dos dois Governos.
- c) Os serviços de Secretaria ficarão a cargo do país sede da reunião.

A Comissão Mista Permanente de Coordenação poderá também opinar e decidir, primária ou secundariamente, sobre assuntos da competência de outras Comissões Mistas de caráter geral, previstas em Acordos em vigor entre o Brasil e a Bolívia.

Esta Nota e a Nota que Vossa Excelência se digne dirigir-me, de idêntico teor e da mesma data, constituirão um Acordo que

contribuirá para fortalecer ainda mais as fraternais relações de amizade e de cooperação entre Brasil e Bolívia, a vigorar a partir desta data. Qualquer um de nossos respectivos Governos poderá, com uma antecedência mínima de seis meses, comunicar ao outro sua intenção de dar por terminado este Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

Roberto de Abreu Sodré

assinatura de atos entre o brasil e a argentina

Relação dos Atos assinados pelos Presidentes da República Federativa do Brasil e da Argentina, em 07 de abril de 1988:

- 01. Declaração Conjunta sobre Política Nuclear.
- 02. Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina - Relatório da Comissão de Execução. Documentos anexos ao Relatório da Comissão de Execução do Programa:

- Protocolo sobre Bens de Capital (nº 1)
- Protocolo sobre Expansão do Comércio (nº 4)
- Protocolo sobre Fundo de Investimentos (nº 7)
- Protocolo sobre Energia (nº 8)
- Protocolo sobre Biotecnologia (nº 9)
- Protocolo sobre Siderurgia (nº 13)
- Protocolo sobre Transporte Terrestre (nº 14)
- Protocolo sobre Integração Cultural (nº 18)
- Protocolo sobre Indústria Automobilística (nº 21)
- Protocolo sobre Indústria Alimentícia (nº 22).

NOTA: A íntegra dos Documentos anexos ao Relatório encontra-se na publicação "Visita do Presidente José Samey à República Argentina", que será editada pelo Centro de Documentação.

mensagens

telegrama de congratulação do ministro abreu sodré ao secretário-geral das nações unidas

Em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, congratulo-me com Vossa Excelência pela assinatura nesta data dos Acordos de Genebra sobre a situação do Afeganistão. A conclusão desses Acordos, para a qual Vossa Excelência e seu Representante Especial tanto contribuíram, é demonstração eloqüente da capacidade das Nações Unidas de agir decisivamente para promover a solução pacífica de controvérsias e situações que ameaçam ou podem ameaçar a paz e a segurança internacional, em diferentes regiões do mundo.

O Brasil, que tem apoiado as resoluções adotadas sobre o assunto pela Assembléia-Geral das Nações Unidas desde 1980, vê, com satisfação, que foi possível chegar nesse caso a uma solução política negociada que se fundamenta no respeito aos princípios da não-interferência, do não-uso da força e da autodeterminação, normas básicas do convívio internacional, consagradas na Carta de São Francisco.

Esperamos que, com base nos Acordos de Genebra, cuja implementação exigirá grandes esforços de todas as partes envolvidas, seja possível assegurar aos povos dessa região do terceiro mundo um futuro de paz.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

mensagem de congratulações do governo brasileiro ao emir do coveite, sua alteza jaber al-ahmed al-sabah, pelo desfecho do seqüestro da aeronave coveitiana

Em nome do Governo brasileiro, e em meu próprio nome, transmito a Vossa Alteza nossas congratulações pelo feliz desfecho do trágico episódio do seqüestro da aeronave da Kuwait Airways. Lamento o sacrifício de duas vítimas inocentes e reitero a condenação do povo e do Governo do Brasil a atos de terrorismo que ferem a moral e o direito internacional, colocando em risco a convivência civilizada entre nações.

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

mensagem enviada pelo presidente sarney ao presidente da bolívia

Tenho a honra de me dirigir ao prezado amigo e ilustre Primeiro-Mandatário da República imã da Bolívia para reiterar-lhe as expectativas positivas com que antecipo minha próxima visita a La Paz, oportunidade em que o povo e o Governo brasileiro e eu próprio poderemos testemunhar ao povo e ao Governo bolivianos e a Vossa Excelência, homem público cujo nome está inscrito em algumas das melhores páginas da história latino-americana, nossas homenagens e expressões de profundo apreço. Dispunha-me, atendendo ao honroso convite que recebi de Vossa Excelência, a viajar a seu país ainda no curso do presente mês de maio. Circunstâncias supervenientes, no entanto, obrigam-me a solicitar a Vossa Excelência sua bondosa compreensão para a necessidade em que me encontro de adiar, por algumas semanas, nosso projetado encontro. Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões que movem o pedido que ora lhe faço. Não tenho dúvidas de que nossos Ministérios de Relações Exteriores poderão acertar novas datas no menor prazo possível para a celebração de minha visita a La Paz, que antevejo como marco significativo das relações entre nossos dois países. Mais alta consideração.

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

125º aniversário da criação da cruz vermelha. mensagem do presidente sarney

Na oportunidade em que se comemora o 125º aniversário da criação da Cruz Vermelha, desejo expressar a Vossa Excelência o reconhecimento do Governo e do povo do Brasil pelos inestimáveis e meritórios serviços que essa reputada instituição vem prestando à humanidade. Em um mundo permanentemente envolvido em catástrofes morais e naturais, a Cruz Vermelha se faz sempre presente, procurando minorar os males das populações atingidas, sem medir esforços e sem se deter ante as inúmeras dificuldades que se atravessam em seu caminho.

Rendemos, nesta ocasião, nosso preito a Henri Dunant, fundador do movimento da Cruz Vermelha, e à sua determinação inquebrantável em concretizar seus ideais humanitários. Hoje, aqueles que o sucedem nessa árdua missão enfrentam dificuldades ainda maiores, pois cresceram na razão direta do avanço tecnológico e do poder de destruição dos artefatos humanos. Ainda assim, pôde ser garantido o desenvolvimento progressivo da Cruz Vermelha, que atualmente beneficia 146 países.

O Brasil se regozija com os êxitos alcançados pelas iniciativas do movimento da Cruz Vermelha, imbuído dos mais elevados sentimentos humanos e fruto de um trabalho de renovação constante. Reitero os meus votos pelo continuado êxito do trabalho dessa nobre instituição em seus propósitos pacifistas e benemerentes.

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

mensagem de sarney a amin gemayel

O Governo brasileiro tem manifestado o seu apoio à preservação da soberania política e da integridade territorial do Líbano, nação cujos emigrantes tanto contribuíram para o desenvolvimento do Brasil e a formação de nossa nacionalidade. Nesse sentido, o Governo brasileiro tem-se pronunciado em Brasília e nos foros apropriados das Nações Unidas.

Dando nova demonstração de sua confiança no retorno daquele país à plena normalidade e atendendo a manifestações de ilustres parlamentares brasileiros de origem libanesa, o Presidente Sarney está enviando, através de representante pessoal, o Embaixador Amaral de Sampaio, Chefe do Departamento do Oriente Próximo, do Itamaraty, mensagem de apreço e solidariedade ao Senhor Amin Gemayel, Presidente da República Libanesa.

dia da solidariedade. mensagem presidencial

Por ocasião do transcurso do Dia Internacional de Solidariedade com a Luta do Povo da África do Sul – Dia de Soweto – reitero, em nome do povo e Governo brasileiros, a posição de repúdio e vigorosa condenação à política de discriminação racial e sua institucionalização em regime oficial como é praticada na África do Sul. Fundado na errônea concepção da supremacia de uma raça sobre outras, o **apartheid** constitui um anacronismo histórico e uma aberração social e deve ser urgentemente erradicado do convívio das nações civilizadas. A história da humanidade tem ensinado que não existe inspiração mais fecunda para a luta pela emancipação do homem do que a noção fundamental da unidade do gênero humano.

O Brasil, que se orgulha de vir construindo uma sociedade democrática baseada na interação harmoniosa de etnias e culturas, tem estado permanentemente ao lado daqueles países que condenam, de forma inequívoca, as práticas violatórias dos direitos humanos no sul da África. Nesse sentido, em consonância com as resoluções da Assembléia-Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Governo brasileiro, por decreto em vigor desde 1985, proibiu não só o intercâmbio cultural, esportivo e artístico, como também a venda de armas, material de emprego militar, petróleo e seus derivados ao regime de Pretória.

Uma vez mais o Brasil se solidariza com a luta do povo sul-africano, no sentido de conquistar seu direito fundamental e inalienável de construir um país pluralista, democrático, justo e livre.

ÍNDICE

presidente da república de moçambique visita o brasil

discursos dos presidentes José Samey e Joaquim Chissano, na recepção no palácio Itamaraty, em 8 de abril de 1988 3

comunicado conjunto 9

itamaraty comemora o dia do diplomata

discurso do presidente da república José Samey, na cerimônia do dia do diplomata, em 20 de abril de 1988, realizada no Itamaraty 11

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na cerimônia comemorativa do dia do diplomata 14

discurso pronunciado pelo conselheiro Tadeu Valladares, paraninfo da turma de formandos de 1987, durante a cerimônia do dia do diplomata 16

discurso do orador da turma de formandos do Instituto Rio Branco, secretário Manoel Adalberto Carlos Monteiro Lopes da Cruz 19

simpósio internacional sobre literatura

cerimônia de instalação do simpósio internacional sobre o papel dinâmico da literatura da América Latina e do Caribe na criação literária universal, realizada no palácio Itamaraty, em 18 de abril de 1988 23

abreu sodré na china

discurso pronunciado pelo ministro das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, no banquete oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros da República Popular da China, Senhor Qian Quchen 29

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na abertura da reunião de consultas políticas com a República Popular da China 31

palestra pronunciada pelo ministro das relações exteriores, Roberto de Abreu Sodré, perante exportadores e importadores de Xangai, durante sua visita à China 32

reunião ministerial da cepal

discurso do ministro das relações exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, na solenidade de abertura da 22ª reunião ministerial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) 39

40º aniversário da assinatura da carta da oea

discurso pronunciado pelo ministro de estado, interino, das relações exteriores, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, por ocasião da cerimônia do 40º aniversário da assinatura da Carta da OEA 43

visita do vice-primeiro-ministro e ministro dos negócios estrangeiros do iraque ao brasil

discurso pronunciado pelo ministro de estado, interino, das relações exteriores, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, por ocasião do jantar oferecido ao vice-primeiro-ministro e ministro dos negócios estrangeiros do Iraque, Senhor Tariq Faruk 47

visita do primeiro-ministro da tchecoslováquia ao brasil

discursos do presidente José Samey e do primeiro-ministro da República Socialista da Tchecoslováquia, Senhor Lubomír Štrougal, no palácio Itamaraty, em 11 de maio de 1988 49

129

comunicado conjunto brasil-tchecoslováquia, assinado em 12 de maio de 1988, entre o presidente da república federativa do brasil, josé sarney, e o primeiro-ministro do governo da república socialista da tchecoslováquia, senhor lubomir strougal	52
acordo sobre cooperação econômica entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república socialista da tchecoslováquia, assinado por ocasião da visita do primeiro-ministro lubomir strougal ao brasil	55
ministro das relações exteriores da venezuela visita brasilia	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no almoço em homenagem ao ministro das relações exteriores da venezuela, embaixador germán nava carrillo, em 16 de maio de 1988, no palácio itamaraty	59
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião da palestra do ministro das relações exteriores da venezuela, embaixador germán nava carrillo, no instituto rio branco	60
discurso do ministro das relações exteriores da venezuela, germán nava carrillo, por ocasião da palestra aos alunos do instituto rio branco, em 16 de maio de 1988	61
discurso pronunciado pelo ministro das relações exteriores, roberto de abreu sodré, na cerimônia de abertura da iv reunião ordinária da comissão de coordenação brasil-venezuela	68
discurso pronunciado pelo ministro roberto de abreu sodré, na cerimônia de assinatura de atos com o ministro das relações exteriores da venezuela, embaixador germán nava carrillo	71
xi reunião plenária do conselho empresarial brasil-estados unidos	
discurso do ministro de estado, interino, das relações exteriores, embaixador paulo tarso flecha de lima, por ocasião da xi reunião plenária do conselho empresarial brasil-estados unidos, em 1º de junho de 1988	73
presidente josé sarney na organização das nações unidas	
discurso do presidente josé sarney perante a terceira sessão especial da assembléia-geral das nações unidas, dedicada ao desarmamento	77
discurso pronunciado pelo presidente da república, josé sarney, perante o grupo latino-americano e do caribe, em nova iorque, dia 07 de junho de 1988	83
visita do primeiro-ministro de portugal, anibal cavaco silva	
discursos do presidente josé sarney e do primeiro-ministro de portugal, anibal cavaco silva, no palácio itamaraty, em brasília, em 9 de junho de 1988	85
discurso do primeiro-ministro anibal cavaco silva, por ocasião de sua visita ao congresso nacional	90
80 anos da imigração japonesa: visita de sua alteza imperial o príncipe fumihi-to	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, por ocasião de almoço oferecido à sua alteza imperial o príncipe fumihi-to, do japão	93
guillermo bedregal gutierrez visita brasilia	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião do almoço oferecido ao ministro das relações exteriores da bolívia, guillermo bedregal gutierrez	95
discurso pronunciado pelo ministro roberto de abreu sodré na cerimônia de assinatura de acordo, por troca de notas, para a criação da comissão mista permanente de coordenação brasil-bolívia, em 17 de junho de 1988	97

o gatt e a rodada uruguaí

palestra do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, na cerimônia de abertura do seminário sobre "o gatt e a rodada uruguaí", dia 21 de junho de 1988, na faculdade de direito da universidade de são paulo 99

visita do diretor do departamento político da oip

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no almoço em homenagem ao senhor faruk kaddumi, diretor do departamento político da organização para a libertação da palestina (oip) 103

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros 105

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros 105

tratados, acordos e convênios

brasil e venezuela assinam acordos 107

brasil e espanha assinam convênio de cooperação técnica 113

brasil e cuba assinam acordo de cooperação cultural e educacional 114

ix reunião da comissão mista brasil-iugoslávia 116

brasil-república federal da alemanha: novo programa de cooperação técnica 116

atos bilaterais que entraram em vigor durante o 2º trimestre de 1988 116

registro de assentamentos de atos multilaterais dos quais o brasil é parte, ocorridos no segundo trimestre de 1988 117

atos bilaterais assinados no 2º trimestre de 1988, mas que ainda não entraram em vigor 119

comunicados e notas

brasil condecora personalidades japonesas 121

governo brasileiro repudia atos de terrorismo 121

questão palestina 121

assassínio do subcomandante e chefe da oip 122

xix reunião da comissão nacional para assuntos antárticos (conantar) 122

visita do ministro de relações exteriores e culto da bolívia 122

brasil assina convenção com a índia 122

ação militar de israel. posição do brasil 123

131